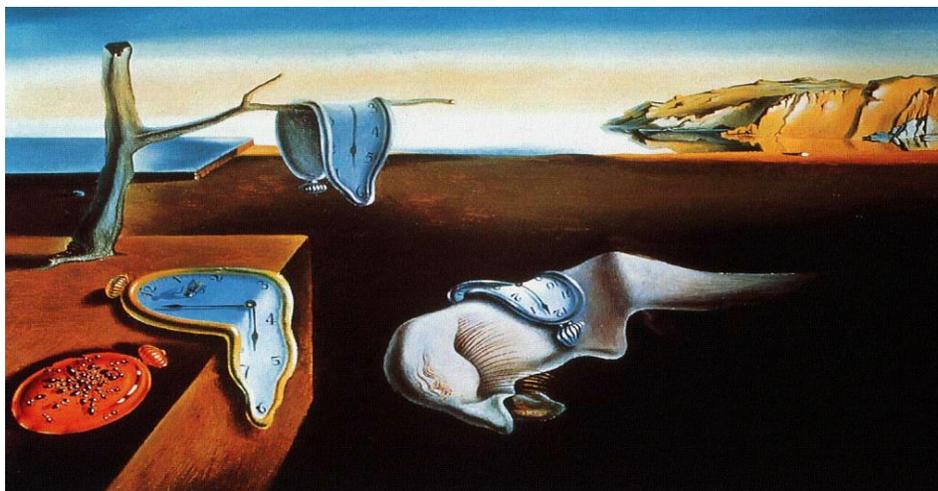




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
LINHA DE PESQUISA: ETNICIDADE E TERRITORIALIDADES: USOS E
REPRESENTAÇÕES

MARTHA LUIZA COSTA VIEIRA

“OS DONOS DO RIO ESTÃO SEM RIO”: os Xipaya versus UHE Belo Monte –
Altamira/PA.



Belém/PA
2021

MARTHA LUIZA COSTA VIEIRA

“OS DONOS DO RIO ESTÃO SEM RIO”: os Xipaya versus UHE Belo Monte –
Altamira/PA.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Orientada pela professora Dra. Leila Mourão Miranda.

Belém/PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V657d Vieira, Martha Luiza Costa.
"Os donos do rio estão sem rio": os Xipaya versus UHE Belo Monte –
Altamira/PA /Martha Luiza Costa Vieira. — 2021.
xvii, 113 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Leila Mourão Miranda Dissertação
(Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em História, Belém, 2021.

1. Xipaya. . 2. Sensibilidades. . 3. Belo Monte.. 4.
Hidrelétrica.. 5. Resistência.. I. Título.

CDD 306.089811

MARTHA LUIZA COSTA VIEIRA

**“OS DONOS DO RIO ESTÃO SEM RIO”:
os Xipaya versus UHE Belo Monte – Altamira/PA.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Orientado pela professora Dra. Leila Mourão Miranda.

Data da aprovação: ____/____/2021

Banca Examinadora

Conceito:

_____ - Orientadora

Prof. Dra. Leila Mourão Miranda

Doutora em Ciência e Desenvolvimento Sócio-Ambiental –
UFPA Universidade Federal do Pará.

_____ - Membro da Banca Examinadora

Prof. Dra. Iane Maria Da Silva Batista

Doutora em História Social da Amazônia – UFPA
Universidade Federal do Pará.

_____ - Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

Doutor em História Econômica - Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Pará.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este SONHO, lembro-me de muitas pessoas a quem ressalto reconhecimento, pois esta conquista concretiza-se com a contribuição de cada uma delas, seja direta ou indiretamente. No decorrer dos dias, vocês colocaram uma pitada de amor e esperança para que se findasse essa etapa tão significativa para mim.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte de vida e libertação, que me embebeda todos os dias no seu amor e me faz acreditar num mundo mais justo, mais humano e mais fraterno, crença essa que me mantém em pé todos os dias da minha vida. Sem Ele, não estaria aqui.

A todos da minha família que de alguma forma incentivaram-me na constante busca pelo conhecimento. Em especial, aos meus pais, Maria Luiza e Dilmo Vieira, por me apresentar a simplicidade e o gosto pela vida, inculcando valores sem os quais jamais teria me tornado pessoa, buscando de fato todos os dias, ser mais humana e sensível às necessidades dos outros. Muito obrigada pelas boas energias, pelas orações e por ser meus maiores incentivadores.

Ao meu irmão, Dilmo Júnior, que foi grande parte da minha fonte de forças nesta longa trajetória de vida, permanecendo sempre presente na partilha de minhas conquistas e frustrações.

Ao meu esposo Laécio Araújo, homem que adentrou em minha vida e me faz crescer como mulher, como pessoa, como profissional, que dentre suas possibilidades me fez enxergar um mundo novo. Espero tê-lo sempre perto de mim. A você, o meu muito obrigada, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, jamais conseguirão expressar toda a minha admiração por ti.

Ao Professor Dr. José Maia, pela oportunidade de remoção para o campus de Salinópolis, onde conseqüentemente tive as condições de aliar trabalho e mestrado.

Agradeço meu colega, André Cutrim, cuja inteligência me assusta e fascina, pela parceria, pelos cafés, pelos artigos e por ouvir meus desabafos. Obrigada, meu amigo, por me acolher com carinho e abrir muitas portas.

Aos servidores e funcionários administrativos do Programa de Pós-graduação em História, pelos serviços prestados para melhorar nosso ambiente de estudo.

Agradeço aos professores que participaram da avaliação de meu trabalho, quando da ocasião de meu exame de qualificação e de minha defesa, bem como as valorosas contribuições dadas.

Aos professores do programa, e em especial a minha orientadora, Prof. Dra. Leila Miranda, a minha gratidão pela parceria e cordialidade fraterna, incentivo e aprendizado nos momentos em que passamos juntas. Muito obrigada pelos momentos de ensinamentos proporcionados ao longo da Dissertação. Aprendi muito!

Dedico aos meus pais (Maria Luiza e Dilmo),
pelo orgulho que sentem por mim.

Nós [os indígenas] necessitamos de saúde e educação, mas principalmente que respeitem nosso modo de viver e de ser índio. (Maturu, 2010)

RESUMO

A presente dissertação consiste em um estudo a partir do caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHEBM), no Estado do Pará, na Amazônia brasileira. Este estudo teve como objetivo geral analisar, através de narrativas, como os Xipaya, que têm uma singularidade própria e viviam na região da UHEBM, se expressam em face aos problemas que ocorreram, localizando os sentimentos, emoções e ações que sentiram e realizaram quanto ao processo de perda de seus modos de vida. A pesquisa iniciou com uma apresentação do histórico do projeto da obra no rio Xingu, em meados dos anos 1970. Dos primeiros estudos da bacia hidrográfica do Xingu até o início da obra de Belo Monte, passaram-se aproximadamente trinta anos e, durante esse período, muitas polêmicas e disputas envolveram as populações atingidas, políticos, intelectuais, artistas, cientistas, ativistas e movimentos sociais. A partir dessa primeira abordagem ao megaprojeto, passei a dar ênfase à perspectiva das populações atingidas por Belo Monte, especificamente os povos indígenas Xipaya. Para tanto, foi necessário, primeiramente, conhecer melhor o universo das populações atingidas, compostas por populações urbanas, rurais, comunidades ribeirinhas e indígenas. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, em que foi possível conhecer e reconhecer a diversidade dessas populações e, assim identificar algumas questões relevantes que não foram objeto de debate com o poder público e o empreendedor. É o que Boaventura de Sousa Santos (2006) chama de produções de não existência, ou invisibilidades. Assim, foi identificado como um dos problemas relevantes decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte a relação entre o sofrimento sentido pelas populações atingidas e o surgimento de novos modos de vida, em que interessa inserir ao estudo a História dos sentimentos, também conhecida por História das Sensibilidades, em que o que se tem é a possibilidade de abordar algo para além do materialmente palpável, algo inserido na ordem das subjetividades. Nada mais insólito que as emoções de um indivíduo ou, o que é ainda mais difícil de compreender, de uma coletividade; isso não foi percebido como uma situação merecedora de atenção por parte do órgão fiscalizador responsável pela concessão das licenças que permitiram Belo Monte ser construída, o Ibama, isto porque não foi previsto ou discutido como uma possibilidade, nem no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), nem no seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa revelou sua dimensão qualitativa, pois essa perspectiva é capaz de captar as intensidades fenomênicas do real em suas múltiplas determinações presentes no cotidiano. Trivinos (1987) ajudou neste esforço, ao abordar que a pesquisa com enfoque qualitativo tem o ambiente como fonte, por excelência, dos dados e o pesquisador é um sujeito importante nesse processo. Foi realizada a pesquisa documental através da análise de depoimentos em relatórios, documentários e documentos de indígenas Xipaya diretamente afetados com a construção da UHEBM, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Ademais, o presente trabalho fez também o uso de análise do tipo exploratória e buscou o maior número possível de informações, sendo que o o corpo documental foi composto por fontes manuscritas, documentais e impressas, isto é, foram utilizadas fontes historiográficas e hemerográficas, imprescindíveis para a compreensão do tema em estudo. A dissertação concluiu que houve uma contínua violação de direitos praticada durante a implantação do projeto, que é projetada na realidade por meio de diversos tipos de violência contra o meio ambiente e os povos Xipaya, restando apenas memórias singulares e a resistência das lutas e forças sociais. Neste campo de forças heterogêneas, a resistência é estruturante, pois forja o agendamento público da questão, denunciando para a sociedade o projeto energético brasileiro, que representa uma das facetas de mundialização do capital sobre os territórios, que ameaça o projeto civilizatório de humanidade.

Palavras-chaves: Xipaya. Sensibilidades. Belo Monte. Hidrelétrica. Resistência.

ABSTRACT

This dissertation consists of a study based on the case of the Belo Monte Hydroelectric Plant (UHEBM), in the State of Pará, in the Brazilian Amazon. The general objective of this study is to analyze, through narratives, how the Xipaya express themselves in the face of the problems that occurred, locating the feelings, emotions and actions that they felt and performed, as to the process by which this group that has its own singularity and lived in the UHEBM region they lost their ways of life and proclaimed themselves as a specific ethnic group. The research begins with a presentation of the project's history on the Xingu River, in the mid-1970s. From the first studies of the Xingu hydrographic basin to the beginning of the Belo Monte project, approximately thirty years passed, many controversies and disputes involved the affected populations, politicians, intellectuals, artists, scientists, activists and social movements. From this first approach to the megaproject, I will emphasize the perspective of the populations affected by Belo Monte, specifically the Xipaya indigenous peoples. For that, it was necessary, first, to get to know better the universe of the affected populations, composed of urban, rural populations, riverside and indigenous communities. Through the bibliographic study, it was possible to know and recognize the diversity of these populations and, thus, identify some relevant issues that have not been the subject of debate with the government and the entrepreneur. It is what Boaventura de Sousa Santos (2006) calls productions of non-existence, or invisibilities. Thus, it was identified as one of the relevant problems arising from the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant the relationship between the suffering felt by the affected populations and the emergence of new ways of life, where it is interesting to insert the History of feelings, also known as History of Sensitivities, where what we have is the possibility to approach something beyond the materially palpable, something inserted in the order of subjectivities. Nothing more unusual than the emotions of an individual or, what is even more difficult to understand, of a community that was not perceived as a situation worthy of attention on the part of the supervisory body responsible for designing the licenses that allowed Belo Monte to be built, Ibama, because it was not foreseen or discussed as a possibility, neither in the Environmental impact study (EIA), nor in its respective Environmental Impact Report (RIMA). From a methodological point of view, the research reveals its qualitative dimension, as this perspective is capable of capturing the phenomenal intensities of the real in its multiple determinations present in everyday life, Trivinos (1987) helps in this effort, when approaching that the research with qualitative focus, the environment is the source par excellence of the data and the researcher is an important subject in this process. Bibliographic research was carried out, through the analysis of testimonies in reports, documentaries and documents of Xipaya indigenous people directly affected with the construction of UHEBM, made from the survey of theoretical references already analyzed, and published in written and electronic media, such as books, scientific articles and web site pages. In addition, the present work will also make use of exploratory analysis and seek as much information as possible, and the documentary body will consist of handwritten, documentary and printed sources, that is, historiographic and hemerographic sources will be used, essential for understanding of the topic under study. The dissertation concludes the continuous violation of rights practiced during the implementation of the project, which is projected in reality through various types of violence against the environment and the Xipaya peoples, where only singular memories and the resistance of struggles and social forces remained. In this field of heterogeneous forces, resistance is structuring, as it forges the public agenda of the issue, denouncing to society the Brazilian energy project, which represents one of the facets of the globalization of capital over territories, which threatens the civilizing project of humanity.

Keywords: Xipaya. Sensitivities. Belo Monte. Hydroelectric. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Famílias removidas pela hidrelétrica.....	26
Figura 2:	Protásio Nene/AE (21/02/1989)	36
Figura 3:	A UHE Belo Monte e as Terras Indígenas – Norte Energia.....	42
Figura 4:	Plano Emergencial indígena e desestruturação das aldeias.....	46
Figura 5:	Mapa dos municípios de abrangência da UHE Belo Monte	49
Figura 6:	Mapa com a localização da TI Xipaya e Kuruaya.....	53
Figura 7:	Índios Xipáya e Kuruáya registrados por Snethlage às margens do rio Curuá 1909.....	62
Figura 8:	Manoelzinho Xipaya entre os indígenas Xipaya e Kuruaya (Snethlege, 1913)..	62
Figura 9:	Rio Curuá perto da casa do indígena Manoelzinho Xipaya (Snethlege, 1913)..	63
Figura 10:	Altamira e Rio Xingu - detalhe do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú...	67
Figura 11:	Vista Aérea da Região dos Bairros Jardim Independente I e II.....	68
Figura 12:	Mapa com com famílias Xipaya por bairros da sede de Altamira.....	69
Figura 13:	Mapa com o percentual de famílias Xipaya por bairros da sede de Altamira..	70
Figura 14:	Percentual de famílias indígenas afetadas por Belo Monte, por etnia, na Cidade de Altamira, 2009.....	71
Figura 15:	Cruz colocada no Bairro Independente II, considerado o marco da cidade e detalhe da cruz com os nomes de todas as etnias indígenas da região do médio Xingu.....	72
Figura 16:	Imagens do I Encontro dos Povos Indígenas, cidade de Altamira-Pará, 1989.....	72
Figura 17:	Marcas de mãos simbolizando o pertencimento ao território.....	73
Figura 18:	Terra Indígena Xipaya.....	76
Figura 19:	Antigo território da criança desterritorializada.....	86
Figura 20:	RUC Laranjeiras: atual local de moradia.....	87
Figura 21:	Elizabete Xipaia e seus netos em sua casa no RUC Laranjeiras.....	89
Figura 22:	Muro e casas construídos em frente à casa de indígenas, impedindo o acesso ao rio Xingu.....	92

Figura 23: Objetivo da Pesca.....	101
Figura 24: Um cartaz no escritório da ONG de proteção ambiental Xingu Vivo.....	105
Figura 25: Juma Xipaya no encontro Amazônia Centro do Mundo, em 18 de novembro de 2019, em Altamira, e ao seu lado, Mitã Xipaya, jovem liderança indígena.....	106

LISTA DE SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Científico e Tecnológico
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional
ISA	Instituto Socioambiental
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MDRTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica pelo Xingu
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PLHIS	Políticas Locais de Habitação por Interesse Social
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBA	Plano Básico Ambiental
PPP	Parceria Público-Privada
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios

UFPA
UHEBM

Universidade Federal do Pará
Usina Hidrelétrica de Belo Monte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 RELATO DO COMPONENTE UHE BELO MONTE: O ELEMENTO (DES)ORGANIZADO.....	32
<i>1.1 De Kararô a Belo Monte.....</i>	<i>32</i>
<i>1.2 Os povos Indígenas do Xingu e a UHE Belo Monte.....</i>	<i>42</i>
2 O POVO XIPAYA – DESCRREVENDO UMA CONJUNTURA.....	56
<i>2.1 Aspectos Gerais dos Povos Indígenas Xipaya.....</i>	<i>56</i>
<i>2.2 Costumes e usos da terra pelos povos indígenas Xipaya.....</i>	<i>79</i>
3 POVOS XIPAYA: TERRITORIALIZAÇÕES, PERTENÇAS E LUTAS IDENTITÁRIAS.....	85
<i>3.1 As condições de vida dos povos indígenas Xipaya pós UHE Belo Monte.....</i>	<i>85</i>
<i>3.2 As sensibilidades e resistências dos Xipayas.....</i>	<i>97</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

“A Persistência da Memória”, obra surrealista de Salvador Dalí, uma de suas obras mais famosas do ano de 1931, é marcada por figuras extremamente interessantes, como os relógios derretidos, as formigas, o autorretrato ao chão e o litoral vazio, referindo-se a uma melancolia característica.

Ao fundo, podemos observar um penhasco e o mar no horizonte. Essa paisagem é o retrato do local onde Dalí vivia em Catalunha. Neste quadro, ele preferiu retratá-las sem qualquer **símbolo metafórico**, limitando-se ao real. No canto esquerdo da tela, algumas formigas reúnem-se em cima de um dos relógios. Estes insetos são a única representação de vida na pintura, além da mosca sobre o relógio que se encontra próximo ao descrito anteriormente.

O pintor surrealista não gostava de formigas e quando as colocava nas suas obras era com o objetivo de simbolizar a putrefação. A pintura bem que poderia expressar, portanto, o sofrimento, angústia e dor relacionados à perda da lugaridade¹ de um socioespacialmente² atingido devido à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) no sudoeste do estado do Pará, Amazônia brasileira, retratando, assim, a memória de angústia e dor de mais de 40 mil socioespacialmente atingidos, impactados diretamente, especificamente os povos Xipaya, pelo processo de construção de uma das obras mais controversas da história do País: a UHEBM. Tendo em vista a distinção entre memória e história, cito as colaborações de Pierre Nora, Maurice Halbwachs e Patrick Hutton, analisadas por Marieta de Moraes Ferreira em “História, tempo presente e história oral”:

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2002, p. 321).

Assim, a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração, ressaltando que a revisão das memórias ocorre juntamente com a sua repetição. Para Patrick Hutton, “a memória

¹ A lugaridade, como emergência topológica, pode nos ajudar a pensar de forma situada essas geografidades que não se dão no espaço, mas que se constituem como espaços-entre a partir de relações de lugaridades existencialmente significadas em sua multiplicidade, coexistência e conflitividade (MARANDOLA JÚNIOR, 2020).

² Adoto, para o espaço social, a mesma compreensão de Souza (2008, p. 160), ou seja, de que se trata de “um produto [...] das relações sociais [...] e, ao mesmo tempo, parte integrante da totalidade social concreta”.

coletiva depende do poder social do grupo que a detém, porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós” (HUTTON, 1993).

Tendo em vista a vida material dos sujeitos e suas experiências de vida, a construção do conhecimento mantém uma relação direta com a forma pela qual interpretam o mundo. Suas experiências vividas, percebidas e modificadas são fontes históricas para a análise de sua formação. Para Thompson:

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida (THOMPSON, 1981, p. 112).

O conceito de “experiência”, baseando-se em Thompson (1981), informa que as experiências geram efeitos sobre as vidas das pessoas, no momento em que a consciência social é determinada pelo ser social, sendo tarefa dos cientistas a investigação sobre o que elas fazem às vidas das pessoas e como elas reagem.

A construção da hidrelétrica fazia parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), programa que centraliza os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, com o envolvimento em ações conjuntas, como as Parceria Público-Privada (PPPs), impulsionando o crescimento econômico do Brasil (BRASIL, 2007a).

Instalada em uma região com ausência histórica do Estado, a UHEBM continua desde os estudos para instalação até sua implementação efetiva a ser símbolo de inadimplência socioambiental e desrespeito às populações atingidas, entre elas, ribeirinhos, extrativistas, comunidades indígenas, oleiros, entre outras.

A UHEBM era considerada uma obra de vital importância para o PAC do Brasil. Serviu como uma espécie de “carro-chefe” do governo liderado pelo ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em decorrência dos investimentos direcionados para um território carente de investimentos, investidores e do Estado brasileiro em si. Para Corrêa e Oliveira (2016, p. 60):

Dentre os vários megaprojetos e empreendimentos de infraestrutura do PAC destinados para a região amazônica, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte ganha destaque e é apresentado pelo Governo Federal como um dos principais símbolos da nova era de “aceleração do crescimento” e de “desenvolvimento” do Brasil na atualidade, em particular da Amazônia. Esse megaempreendimento está situado no sudoeste do Estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, em Vitória do Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo (e a primeira totalmente nacional) com mais de 11.000 MW de potência e com o maior investimento público do PAC.

A discussões no cenário político tiveram um papel preponderante em torno das muitas mudanças para continuidade da UHEBM, fundamentalmente por terem partido, com certa insistência, do próprio PT, como explicitado por (MELO, 2005, p. 57 *apud* CORRÊA; OLIVEIRA, 2016, p. 60):

Antônia Melo, liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minero-metalúrgicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos do espectro da esquerda.

A UHEBM faz uso dos rios da Amazônia brasileira como matriz energética e sua viabilidade, em face às nove etnias atingidas, restou condicionada à execução de um Plano de Mitigação de Impacto, que deveria garantir a implantação deste marco desenvolvimentista, sem a eliminação dos modos de vida de grupos que historicamente vivem na bacia do rio Xingu e que reproduziram uma concepção peculiar de existência e de relação com a natureza.

O Plano de Mitigação de Impacto foi negligenciado e não efetivado em vários aspectos e reformulado unilateralmente pela concessionária Norte Energia. A omissão do Estado em dotar o órgão indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de condições mínimas para cumprir sua missão institucional diante dos desafios que acompanhariam a UHEBM, de garantir o usufruto dos indígenas.

O usufruto incide sobre as terras indígenas em si, e não só sobre o solo, em que devem ser vistas como uma universalidade de bens: solo, águas, fauna e flora e suas riquezas, além da proteção sobre suas terras, soma-se à atuação heterodoxa da Norte Energia que, após obter as

licenças ambientais, blindada pelo suposto “interesse nacional” de seu projeto, passa a decidir – segundo suas prioridades – quando e como os recursos das políticas socioambientais seriam aplicados.

Com isso, além de as ações mitigatórias tornarem-se obviamente incapazes de fazer frente aos impactos aos quais se destinavam, elas se transformaram num instrumento de reiteração de práticas etnocidas, que até o advento da Constituição Federal de 1988 justificaram a extinção dos povos indígenas e a sua incorporação forçada à cultura dominante.

Quanto aos colapsos, segundo Batista e Miranda (2019, p. 130):

As análises econômicas que orientaram a construção de hidrelétricas na Amazônia, de modo geral não levaram em consideração os seus efeitos sociais e ambientais. Isso se deve, em parte, ao fato de terem sido decididas em contextos autoritários, a exemplo da usina de Tucuruí, alcunhada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto de “barragem da ditadura”. É evidente que em conjunturas políticas não democráticas, os interesses políticos e financeiros envolvendo a execução de obras da dimensão das hidrelétricas tendem a ignorar ou subestimar os seus impactos e/ou superdimensionar os seus benefícios.

O colapso social e ambiental já esperado em decorrência da construção da hidrelétrica eclode sem barreiras. E, incoerentemente, é maximizado pelos conflitos gerados pelo seu próprio Componente Indígena, sobrepondo, ao prognóstico já limítrofe do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), impactos ainda não mensurados, que transformaram radicalmente a mais remota aldeia, antes mesmo dos efeitos da interferência física da UHEBM no curso do rio Xingu.

A partir dos anos 1970, em virtude dos movimentos indígenas e acordos internacionais que reconheciam juridicamente direitos de grupos étnicos, sendo um importante marco destes processos a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), avanços ocorreram na relação entre o Estado brasileiro e as populações indígenas que estão neste território. Assim avanços ocorreram em direção às fronteiras no estado do Pará; no entanto, muitas vezes a prática não corresponde a estes avanços legais.

Na presente dissertação, adota-se desde o período do inventário inicial da obra até os dias atuais, marcado por uma medida provisória que estabeleceu um tempo máximo de seis meses para conceder aprovação ambiental para o projeto de energia. Quanto à periodização escolhida nesta dissertação, justifica-se por se tratar de um contexto de transformações ocorridas aos grupos residentes nas mediações da implantação da UHEBM, especificamente os povos indígenas Xipaya, visto que suas dimensões foram profundamente alteradas à medida que avançaram as relações capitalistas durante esse período.

A existência de um conjunto de processos recentes induziu os Xipaya a novas dinâmicas e tendências de uso a novos espaços, e o que interessa é discutirmos a História dos sentimentos, também conhecida por História das Sensibilidades, cuja compreensão do conceito e teorização podem ser dados pela citação abaixo, retirada do artigo já citado de Sandra Pesavento:

As sensibilidades são uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade (PESAVENTO; LANGUE, 2007, p. 10).

As transformações socioambientais provocadas pela construção na vida dos Xipaya foram devastadoras, pois retirou-lhes os espaços de trabalho, de moradia, de rituais, crenças, perda da biodiversidade, bem como sobre as condições de vida, saúde e sobrevivência. Perdas que afetaram emocionalmente todos os grupos indígenas que viviam em regiões da implementação da UHEBM, entre eles o povo indígena Xipaya, como observa-se na seguinte fala da líder indígena Juma Xipaya, em 21 de julho 2020:

Em 2012, a Norte Energia introduziu um plano de emergência, que na verdade era apenas uma lista de mercadorias para as pessoas preencherem. Elas receberam fogões, geladeiras, tevês e toneladas de itens alimentares. Atualmente, a maioria de nossas casas é feita de tijolo e cimento. A maioria das pessoas come alimentos industriais, como macarrão instantâneo, e bebe refrigerantes. Como resultado, agora temos tudo o que não tínhamos há dez anos: diabetes, colesterol alto, câncer, obesidade. Em uma década, foi-se o modo de vida baseado na pesca no Rio Iriri e na coleta de frutos da floresta. Durante a minha infância, minha vila era minha única verdade, minha única cultura. Um mundo de liberdade, segurança e felicidade. Eu nunca poderia imaginar que uma força externa como Belo Monte mudaria tudo (informação verbal).³

Será, pois, diante desse desafio que a pesquisa com os povos Xipaya, afetados pela implantação da UHEBM, se desdobrará em um caminho sobre os sentimentos expressos nas narrativas dos povos indígenas Xipaya, sentimentos fundamentais do homem, suas modalidades, suas aceitações e recusas sociais.

Segundo a pesquisadora, Lupion (2017, p. 10):

No caso da História das Sensibilidades o que se tem é justamente a possibilidade de abordar algo para além do materialmente palpável, algo inserido na ordem das

³ Como observa-se na seguinte fala da líder indígena Juma Xipaya, em 21 de julho 2020.

subjetividades. Busca compreender os motivos pelos quais determinadas ações foram praticadas e seus resultados individuais ou coletivos é uma das motivações que tal abordagem carrega consigo.

Dada essa característica, a História que tem nas emoções seu foco principal, tornou-se o melhor meio para compreender alguns fatos relativos aos sentimentos expressos nas narrativas dos povos indígenas Xipaya que foram afetados pela implantação da UHEBM, entre os anos de 1975 e 2001.

O objetivo geral desta dissertação é analisar, através de narrativas, como os Xipaya se expressam em face aos problemas que ocorreram, localizando os sentimentos, emoções e ações que sentiram e realizaram. Esse grupo, que tem uma singularidade própria e vivia na região da UHEBM, perdeu seu modo de vida e se autoproclamou como grupo étnico específico. Este objetivo geral foi subdividido nos seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, trazendo informações sobre as questões sociais e ambientais enfrentadas pelo povos indígenas Xipaya que se mobilizaram durante todo esse processo, afinal a história de Belo Monte é acompanhada pela história da resistência ao projeto;
- b) Recuperar, a partir de fontes, a história da formação e características dos povos indígenas Xipaya;
- c) Analisar, através de narrativas, os sentimentos, emoções e ações dos povos indígenas Xipaya nos processos de resistências e mobilização socioculturais na garantia de territórios e de recursos socioeconômicos devastados claramente com a instalação da UHEBM.

A metodologia utilizada nesta dissertação será a análise de narrativa. Analisar depoimentos orais, as histórias de vida, as memórias, as narrativas dos sujeitos como possibilidade de produção do conhecimento não é exatamente novidade no campo do fazer científico. Nóvoa (2000, p. 18) afirma que a utilização de “abordagens (auto) biográficas é fruto da insatisfação das ciências sociais em relação ao tipo de saber produzido e da necessidade de uma renovação dos modos de conhecimento científico”. A própria Nova História emerge dessa insatisfação e dessa necessidade, trazendo à tona procedimentos metodológicos que vislumbram a história vista a partir de diversos olhares e diversas fontes.

“Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002, p. 91). De alguma forma narramos. Narramos fatos, feitos, fenômenos. Narramos experiências, sentimentos, outras pessoas e nos narramos. Vale dizer que

os textos científicos também se constituem, de forma elaborada, coesa e parametrizada, em narrativas: narram descobertas, compreensões, interpretações, recomendações. Portanto, narrar é dimensão fundamental de comunicação humana e de atribuição de significado ao mundo.

No entanto, as narrativas são infinitas em sua variedade e nós as encontramos em todo o lugar. Bauer e Jovchelovitch (2002, p. 91), afirmam que “comunidades, grupos e culturas localizadas contam histórias, palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida, fazendo uso do ‘léxico do grupo social’, o que constitui sua perspectiva de mundo”. Dessa forma, pensar sobre as modalidades de narrativas⁴, no âmbito da reflexão sobre os sentimentos e emoções de indígenas Xipaya atingidos pela UHEBM, significa ter contato com algumas categorias, concepções, descrições e formas de narrar.

Para atender o objetivo deste estudo, me fundamentei na literatura específica e análise dos recursos narrativos nas visualizações de depoimentos em jornais, revistas, periódicos, sites, cartas de repúdio, documentários, relatórios de eventos, livros, filmes, narrativas impressas, gravadas em vídeo e áudio ou na internet. No acervo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), disponível em site, há relatórios, ofícios, memorandos e outras correspondências oficiais sem periodicidade estabelecida, abordando questões como extensão territorial das áreas indígenas, bem como a retirada de famílias indígenas de determinados locais e sua transferência para outras áreas.

Essa pluralidade de fontes ganha visibilidade quando os pesquisadores trazem para a pesquisa a voz dos sujeitos; quando depoimentos e textos tornam-se conjunto de informações de uma pesquisa; quando a singularidade é considerada. Assim, a narrativa como fonte de dados será o recurso para compreender como os indígenas Xipaya vivenciaram a implementação da UHEBM, e as alterações ao seus modos de vida, e como vão significando e ressignificando o vivido.

Assim, enfatizou-se a seguinte problemática: como os povos indígenas Xipaya se sentiram e reagiram em face da retirada de seus tradicionais modos de vida e vivência devido à implementação da UHEBM?

A principal hipótese nesta dissertação conduz à conjuntura de que os povos indígenas Xipaya sofreram com o processo de mudanças de modos de vidas, com rupturas identitárias, sociais e culturais, ao serem expropriados e expulsos de suas terras com a construção e, posteriormente,

⁴ Utilizei essa expressão para dar conta das diferentes possibilidades de estudo e ferramentas que visam, em última instância, trazer à tona memórias, episódios, biografias, enfim reconstruir a história dos sujeitos.

operacionalização da UHEBM.

O interesse por essa temática surgiu mediante minha experiência durante um ano como assistente social da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Altamira, visto que, cotidianamente, acolhia discentes indígenas que explanavam suas lutas, trajetórias, violências múltiplas e intraduzíveis sofridas no trajeto de embates e acordos, e também pela busca interminável e acidentada da verdade e da desinformação crescente promovida pelos próprios construtores e interessados em tais projetos. Assim, dada a magnitude impositiva do empreendimento autocrático energético atender à racionalidade hegemônica capitalista e ameaçar a soberania popular, urge a necessidade de mais estudos que analisem e problematizem a viabilidade social das grandes obras econômicas na Amazônia Paraense, tendo por princípio a primazia humana e não a do capital.

Por isso, este estudo tem, enquanto relevância acadêmica, uma abordagem que se propõe a explicitar as múltiplas e distintas perdas materiais e imateriais propiciadas pela desterritorialização de grupos humanos de seus lugares, modos de viver e vivências. Portanto, está na base dessa trajetória acadêmica o compromisso de seguir na militância da pesquisa, que se configura como um instrumento de luta e resistência.

Ao delimitar o tema desta dissertação, levou-se em consideração a relevância em compreender a representação social dos povos indígenas Xipaya que conviviam em um ambiente formado por relações e representações, haja vista que a representação de um modo de vida implica diretamente no indivíduo.

A realização desta pesquisa propõe ampliar os estudos sobre os povos indígenas Xipaya, povos ainda poucos explorados devido ao processo lento de reconhecimento étnico ou apoio para salvaguarda dos saberes e práticas tradicionais, quando repercute entre as famílias e gerações, criando subjetividades capazes de criar novas possibilidades de compreensão e ações orientadas pela disposição em viver melhor.

O tema escolhido busca esclarecer os sentimentos e emoções individuais e coletivas relacionados ao seu meio social, e compreender a nova conjuntura quanto ao entendimento do indivíduo em suas sensibilidades e a influência do meio social no qual está inserido, que o transforma constantemente. Pesquisas nas áreas vêm sendo realizadas com o objetivo de compreender a nova conjuntura imposta compulsoriamente aos povos indígenas Xipaya.

Analisar o universo da construção das narrativas publicadas em revistas e jornais nacionais

e internacionais de informação, relatórios de encontros, ações judiciais, entre outros, é o objeto deste estudo. A proposta é reunir elementos através de narrativas que revelem sentimentos e emoções dos Xipaya quanto ao período de construção e implementação da UHEBM, e quanto ao novo contexto vivenciado após a obra.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) fica situada na Região Oeste do Pará, a aproximadamente 900 quilômetros da capital Belém, no município de Vitória do Xingu. Todavia, é no município de Altamira que a pesquisa foi desenvolvida, onde se concentram as infraestruturas de serviços que atendem as demandas do empreendimento. Conforme dados do censo de 2020, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Altamira é o maior município da Região e possui cerca de 115.969 mil habitantes. Os mais afetados pelo empreendimento são onze municípios, dez territórios indígenas e vinte e uma comunidades quilombolas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2010).

A escolha do município de Altamira deve-se ao fato de a cidade ter recebido grupos específicos, entre eles os indígenas Xipaya, que tiveram suas áreas diretamente, e/ou indiretamente, impactadas pela usina e sofreram com o processo de desterritorialização causado pela realocação ou abrupta transformação dos espaços em que desenvolvem suas vidas. Segundo a Norte Energia (2011), “na área urbana de Altamira, o total de remoções gira em torno de 8 mil famílias e, nas áreas rurais dos municípios afetados, aponta-se um total de quase 2,5 mil famílias removidas”, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Famílias removidas pela hidrelétrica

FAMÍLIAS REMOVIDAS PELA HIDRELÉTRICA

Construção de Belo Monte retira moradores do entorno dos canteiros de obras, em Vitória do Xingu (PA)

AS OBRAS EM BELO MONTE

📍 Pontos onde as obras já começaram

■ Terras indígenas



Propriedades no entorno da obra

600 já foram compradas

300 em negociação

1.540 propriedades afetadas

640 pendentes de avaliação e negociação

BELO MONTE - rio Xingu (PA)

NÚMERO ATUAL DE OPERÁRIOS
10 mil

INÍCIO DA OBRA 2011

INÍCIO DA GERAÇÃO DE ENERGIA
2015

TÉRMINO DA OBRA 2019

CAPACIDADE 11,2 mil MW

CUSTO PREVISTO R\$ 25 bilhões

EMPRESA RESPONSÁVEL

Norte Energia, formada por Eletrobras, Chesf, Eletronorte, Vale, Petros, Funcef, Neoenergia e outras

Exemplos de ofertas

- > R\$ 2.972 (0,5 hectare)
- > R\$ 4.966 (1,2 hectare)
- > R\$ 302.924,17 (126 hectares)
- > R\$ 869.934,93 (158 hectares)

Crítérios de preços

- > Tamanho do terreno
- > Cultivos
- > Construções

Fonte: Norte Energia

Quais os tipos de indenização

- > **Em dinheiro:** empresa avalia o valor do terreno e das benfeitorias existentes
- > **Carta de crédito:** morador compra uma nova propriedade, paga pela empresa
- > **Reassentamento:** empresa providencia outro local para a família removida morar

Quem tem direito

- > Proprietários dos imóveis rurais afetados
- > Agregados que moram e trabalham no imóvel com família própria
- > Empregados fixos ou temporários do imóvel

Os problemas

- > Algumas famílias não são reconhecidas como locais e têm de sair sem receber nada
- > Famílias que discordaram do valor foram desapropriadas

Fonte: Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, Norte Energia (2011).

Para adentrar em contato com a Altamira de 1975-2001, foi necessária a utilização de análises de fontes. Conforme Bloch (2001, p. 73), o “conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, [...] deve ser um conhecimento através de vestígios”.

Na citação acima, aparecem bem o peso dado a Marc Bloch, ou melhor dizendo, percebido por ele, dos vestígios na explicação histórica, pois o conhecimento histórico é tido como “um conhecimento através de vestígios”. Na impossibilidade de captar o tempo em si mesmo, temos um saber acerca de resíduos das ações dos sujeitos históricos no tempo.

Assim, utilizei manifestações escritas, orais ou visuais, produzidas pelas seguintes instituições: **Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)**: Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro; **Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica pelo Xingu (MDRTX)**: Carta – SOS Xingu – um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia; **Instituto Socioambiental (ISA)**: De Olho em Belo Monte: 2013, no pico da contradição; A Dívida de Belo Monte; Placar Geral do cumprimento das condicionantes socioambientais para a emissão da Licença de Operação da UHE Belo Monte; Dossiê Belo Monte; Não há condições para a Licença de Operação; **Movimento Xingu Vivo para Sempre**: O Movimento Xingu Vivo para Sempre e o discurso da contestação contra Belo Monte; “A favor de outro desenvolvimento”: O Movimento Xingu Vivo para Sempre, Belo Monte e suas manifestações na World Wide Web; **Ministério Público Federal (MPF)**: Relatório de inspeção interinstitucional: Áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte; Ação Civil Pública Belo Monte potencial Hidrelétrico Irregularidades Ambientais; Relatório de Vistoria Interinstitucional: garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da volta grande do rio xingu; **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Relatório de Impacto Ambiental – Rima; FUNAI: Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, Yudjá Kariá – Festa Juruna; Nota do **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)** contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Conflitos de terra do Brasil 1985, da **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**.

Quanto aos documentários, utilizei os seguintes: **Uma jornada de saúde mental na Amazônia**, o qual narra a jornada de uma equipe de atenção em saúde mental na Amazônia, formada para escutar os ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte da documentarista Eliane Brum; **Belo Monte, Anúncio de uma Guerra**, do diretor André D’Elia; documentário **Depois de Belo Monte**, coordenação geral de Marina Amaral; documentário **A Batalha de Belo Monte**, direção de Douglas Lambert, Marcelo Leite e Lalo de Almeida; documentário **“Belo**

Monte: Depois da Inundação”, do cineasta Todd Southgate – Brent e narrado por Marcos Palmeira; **Petição de Raoni contra o projeto de Belo Monte.**

Quanto aos estudiosos que tratam da mesma temática da pesquisa em questão, utilizei os seguintes: *History as an art of memory*, **de Patrick Hutton**; História, tempo presente e história oral, **de Marieta de Moraes Ferreira**; A noção de experiência histórica, **de Edward Thompson**; *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais*, **de Sandra Pesavento**; História das Sensibilidades, **de Márcia Regina de Oliveira Lupion**; o artigo Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia, **de Iane Maria Batista e Leila Miranda**; os seguintes trabalhos **de Philip Martin Fearnside**: O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas Goela Abaixo; As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa; Hidrelétricas na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras; Projetos de colonização na Amazônia brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano; Hidrelétricas e povos tradicionais; Belo Monte: A ponta de Lança de Barragens na Amazônia?; Emissões: Os impactos mais renegados das hidrelétricas; O lado obscuro de Belo Monte; **de Eduardo Viveiros de Castro**: Livro Araweté: um povo tupi da Amazônia; Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso Brasileiro; as seguintes publicações **de Lúcio Flávio Pinto**: Impasse em Belo Monte; Qual o futuro de Belo Monte?; Belo Monte: inviável?; Belo Monte ameaça Xingu; os seguintes projetos **de Emílio Frederico Moran**: Depois das hidrelétricas: processos sociais e ambientais que ocorrem depois da construção de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio na Amazônia Brasileira; Transformações socioespaciais na Amazônia Brasileira: um estudo de caso dos territórios das populações ribeirinhas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Processos sociais e ambientais que acompanham a construção da hidrelétrica de Belo Monte, Altamira, PA; **de Oswaldo Sevá**: Tenotã-mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu, Pará, Brasil; os seguintes artigos **de Célio Bermann**: O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma; O Brasil não precisa de Belo Monte; Belo Monte de equívocos; **de Andréa Zhouri**: coletânea de artigos Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais; Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas; **livro de Lúcio Flávio Pinto**: A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas; **de Emília Sneath**: A travessia entre o Xingu e o Tapajoz; **de Nimuendaju**: Tribes of the lower and middle Xingu river; **de Coudreau**: Viagem ao Xingu; **de Karl von den Stein**: O Brasil Central: Expedição em

1884 para a Exploração do Rio Xingu; **pelo Príncipe Aldaberto da Prússia**: Brasil: Amazonas – Xingu 1811-1873.

Desse modo, a dissertação está organizada em três capítulos que contemplam a temática: “Os donos do rio estão sem rio”: os Xipaya versus UHE Belo Monte – Altamira/PA.

No Capítulo 1 – Relato do Componente UHE Belo Monte: o elemento (des)organizado –, apresento e analiso os aspectos jurídicos, sociais e ambientais da construção da UHEBM com vistas a subsidiar a análise dos reflexos sobre as lutas sociais travadas frente aos impactos deste projeto de desenvolvimento para a região, em que serão apresentados: o histórico de implantação da UHEBM a partir dos estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu; a resistência dos atingidos quanto ao projeto de construção que foi iniciado no período da ditadura militar; e os eventos políticos na região que acompanharam a formatação do projeto até chegar ao modelo atual. As fontes utilizadas neste capítulo foram as especificadas anteriormente: as instituições; os documentários; e estudiosos que tratam da mesma temática do estudo em questão.

No Capítulo 2 – O Povo Xipaya – descrevendo uma conjuntura, objetiva-se apresentar os povos indígenas Xipaya através de uma reconstituição histórica dessa população, o seu desaparecimento seguido de sua suposta extinção e sua emergência étnica, através de leituras de textos, principalmente os relatos de viajantes, como o Príncipe Adalberto da Prússia (1977), Karl von den Stein (1942), Coudreau (1977), entre outros textos de observação direta, como o da ornitóloga e naturalista do Museu Goeldi, Emília Snethlage (1910) e do etnógrafo Nimuendaju (1948, 1981, 1982), com vistas a um desenho social desses sujeitos que articulam lutas sociais de resistência à UHEBM, com o intuito de nos trazer ao atual processo pelo qual essa população passa.

No Capítulo 3 – Povos Xipaya: Territorializações, pertencas e lutas identitárias –, analisam-se as manifestações sentimentais, emocionais, ações e reações aos processos de desterritorialização e perdas das condições de vida e vivências sofridas pelos povos indígenas Xipaya após a implantação da UHEBM, através de narrativas, mostrando as reações quanto à retirada e destruição dos seus modos de vivência, da espacialidade que assegurava suas crenças e festas, enquanto um espaço de cultura. Assim, prevalecem os sentimentos nos diálogos dos povos indígenas Xipaya, registrados em encontros articulados pelas forças dos movimentos sociais (Movimento Xingu Vivo para Sempre, Instituto Socioambiental, Conselho Indigenista Missionário, Comitê Gestor Indígena, Conselho Ribeirinho), realizando a análise de conteúdo das

narrativas publicadas nas reportagens das quatro revistas de informação nacionais: *Carta Capital*, *IstoÉ*, *Época* e *Veja*, como também das reportagens publicadas nos jornais paraenses *O Liberal* e *Diário do Pará*, dois dos principais impressos do Estado, tendo como recorte temporal o início das discussões do projeto, a partir das primeiras audiências públicas até abril de 2001, bem como análises de relatos de indígenas Xipaya sobre a destruição do modo de vida tradicional e do meio ambiente no Rio Xingu, ouvidos pela relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para direitos indígenas, Victória Tauli-Corpuz e nas narrativas da reportagem *Tudo sobre a Batalha de Belo Monte*, A Folha.

CAPÍTULO 1 - RELATO DO COMPONENTE UHE BELO MONTE: O ELEMENTO (DES)ORGANIZADO

O meio de sustento a partir da pesca e outros recursos do rio foi perdido (FEARNSIDE).

A linha teórica para a apreciação das lutas sociais obstinadas ao processo histórico de colonização da Amazônia se baseia na altercação da descolonização. O alcance da racionalidade hegemônica do capital traduz, em sua envergadura, alterações profundas e abusivas ao modo de vida local. Por ilógico, levanta um contramovimento por meio de atuações sociopolíticas que fazem frente às coações do modo da produção capitalista.

Deste modo, são combates sociais que, dependendo da totalidade, remontam ações de aversão em nível preliminar, no sentido de atentar mobilização e assoreamento dos empreendimentos do grande capital, por isso são consideradas elementares. As ações sociopolíticas em nível de resistência secundário (DAVIDSON, 1978 *apud* SAID, 2011) se caracterizam pelo término dos empreendimentos (e com ele toda a sorte de enfermidades e agravos ao território e povos).

Frisa-se que essas transgressões não têm sido capazes de silenciar os ruídos desarmônicos dos movimentos sociais na Região Amazônica. Neste contexto de lutas primárias e secundárias, os níveis são determinados pela realidade, conforme trabalhado pelos referidos autores:

Depois do período de ‘resistência primária’, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período da resistência secundária [...] quando se tenta reconstituir uma ‘comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial (DAVIDSON, 1978 *apud* SAID, 2011, p. 328-329).

Certamente, em todas as etapas da resistência social corroboram-se os agravos, na medida em que os planos de amontoamento do capital requerem níveis de aniquilamento material e imaterial que contestam absolutamente nos povos indígenas, nos povos tradicionais, nos migrantes e, por imediato, na população como um todo, ponderando a intranquilidade socioambiental incitada pela ingerência funesta do capital sobre o homem e a natureza.

1.1 De Kararô a Belo Monte.

O Brasil é o país que construiu o maior número de barragens na América Latina, durante o século XX (KHANGRAM, 2004), e o terceiro maior produtor de energia de fonte hidráulica no mundo (BRASIL, 2007b). O arrojo de construir barragens para a geração de energia elétrica aparece como um dos componentes centrais da estratégia de desenvolvimento do país adotado a partir da década de 1930.

Diante desse contexto, abrem-se diversos questionamentos, conforme aponta Becker (2012, p. 789) em uma reflexão sobre grandes projetos hidrelétricos na região:

Os recursos da Amazônia serão mais uma vez utilizados para abastecer o Centro-Sul do país e as empresas de alumínio, processo acrescido agora com a construção de hidrovias para escoar a soja do Centro-Oeste? Essa nova dinâmica deverá gerar benefícios para a Amazônia? Ou, pelo contrário, à região serão destinados apenas os impactos sociais e ambientais perversos?

Diante dos questionamentos feitos pela autora no trecho acima, trarei para análise o percurso histórico de construção do empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte (antiga Kararaô), que se iniciou com o objeto técnico no final dos anos de 1970, o qual reporta ao período militar, em que foram deflagrados os estudos de viabilidade técnica e econômica para a formação de um complexo hidrelétrico na região:

Voltando-se à bacia Amazônica e, mais especificamente, à subbacia Xingu, observa-se que o complexo hidrelétrico Kararaô, como foi inicialmente conhecido esse evento intencionado para ser incorporado ao Xingu, teve seu início em 1975 com os estudos realizados pela Eletronorte para avaliar o aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio, concluído em 1980. A publicização, ainda que parcial, das intenções do governo militar gerou um conjunto de resistências. Cientistas, organizações indígenas e populares empenharam-se em conhecer o teor do projeto que, sem dúvida nenhuma, redundaria em rebatimentos espaciais importantes aos lugares eleitos (RODRIGUES, 2012, p. 397).

Nesta linha, advêm várias contestações e questionamentos por parte de grupos críticos das instituições públicas acadêmicas, dos movimentos sociais e populares, à época muito representada pelos segmentos da Igreja Católica (Prelazia do Xingu, CIMI, CPT), movimento de trabalhadores rurais, movimento indígena da Região do Xingu, dentre outros.

Estes atentavam-se aos problemas socioambientais que tal projeto poderia provocar para a Região e seus povos – considerando que desde a década de 1960 já assistiam a históricos de brutalidade na luta por terras, trazendo à tona a deficiência da reforma agrária e o favorecimento de acumulação de terras, representados por amplos latifúndios, o desmatamento e a exploração de madeira, exploração de minérios (ouro, pedras preciosas). Estes são contrassensos que já se faziam presentes neste território que, historicamente, convive com as marcas da rapina,

exploração, violência e saque.

Juntam-se a esses procedimentos os impactos provocados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, que também robusteceu a concretização do 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989, ato político que definiu historicamente o enfrentamento e a resistência ao grande projeto. Assim, o acúmulo dessas lutas sociais frente ao projeto violador hegemônico na territorialidade:

[...] contribuiu para que em 1989 fosse realizado um grande encontro em Altamira (Pará) no qual os povos, as entidades da sociedade civil, algumas instituições estatais e cientistas presentes declararam-se contrários ao evento. O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira no Pará, é um dos constrangimentos exemplares à intencionalidade hegemônica, tendo implicado em recuo temporário do governo em tentar implementá-lo, quando a índia Tuíra Kayapó, em ato simbólico, aproximou um terçado do pescoço de José Antônio Muniz, então diretor da Eletronorte [...]. A imagem de Tuíra dizendo um não ao projeto de engenharia do complexo hidrelétrico de Kararaô que, então, fora apresentado, comoveu o mundo e obrigou o governo a congelar o processo (RODRIGUES, 2012, p. 395-396).

O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu foi um grande sucesso. Graças a este evento, grande visibilidade foi dada às críticas das populações locais, em especial às indígenas, aos projetos hidroelétricos na bacia do rio Xingu. O governo brasileiro dependia de financiamento internacional do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a construção das barragens previstas, e tal cenário foi prejudicial para o andamento dos referidos projetos.

Nesse momento de aumento das forças imperiais hegemônicas sobre o território amazônico, o Estado, de maneira coerciva, passou a desempenhar o papel de subsidiador da infraestrutura física e social, com aceites ao aumento da acumulação do capital sobre a Região, adotando, assim, um discurso de unificar a Amazônia com as demais regiões do país e conectá-la ao circuito internacional do capital, dando vazão para que os amplos projetos tomassem conta do território.

Em 1975, a Eletronorte inicia os estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, onde foi realizado o primeiro mapeamento do rio e o projeto de localização de barramentos, inicialmente com o nome Kararaô, que significa “grito de guerra” do Kaiapó, fazendo parte de uma série de usinas a serem implantadas no rio Xingu (Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô).

Diante desse contexto, é relevante indicar alguns aspectos da organização dos indígenas ao enfrentarem várias instituições governamentais e empresas privadas, isto é, em relação às perspectivas do investimento bilionário instalado, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Belo

Monte. Segundo Castro *et al.* (2014, p. 107-108):

O projeto de construção foi iniciado no período da ditadura militar, era chamado *Kararaô* que significa 'grito de guerra'. É interessante observar as “ondas”, isto é, as repercussões sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte são manifestadas por dois grupos antagônicos: os prós e os contras à construção, que “gritam” e disputam seus interesses. Frente a tantos protestos contra a empreitada da construção, tornou-se incoerente manter o nome original, o projeto passou a ser chamado de “Belo Monte”. Denominação esta mais agradável e menos suscetível a atitudes reivindicatórias contra o belo monte. Os “gritos de guerra” ecoam há mais de quatro décadas.

Ao que se observa, durante o projeto de construção, grupos de indígenas e seus líderes estavam no centro da luta de Belo Monte. Eles mantiveram a pressão sobre os funcionários do governo através de uma longa série de manifestações e ações diretas, tais como ocupações de escritórios do governo ou dos locais de construção. Aqui é necessário registrar que os contrários ao projeto nomeiam o empreendimento como “Belo Monstro”, em decorrência dos possíveis impactos sociais e ambientais que serão produzidos em razão da nova reconfiguração e dinâmica territorial⁵.

Nos anos 1980, foi concluído o inventário e começam os estudos para a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira, com as usinas Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW) – esta última deu origem à UHE Belo Monte. Segundo o estudo daquele período, as usinas exigiriam o deslocamento de sete mil índios, de 12 terras indígenas. No mesmo período, houve a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da UHE Belo Monte, surgindo, assim, as divergências acerca do impacto socioambiental que levaram à suspensão do financiamento da obra. Com a suspensão, foi realizada a revisão dos Estudos de Viabilidade, com diminuição da área inundada e garantia de não inundação das terras indígenas.

Devido às dificuldades de regularização, a barragem desaparece das discussões públicas:

A série de represas no Rio Xingu teria consequências sérias para os povos indígenas e para as grandes áreas de floresta tropical que os reservatórios inundariam [...]. Dificuldades para obter a aprovação dos órgãos de defesa ambiental levaram à formulação de um segundo plano para Belo Monte, com cálculos que não presumiram nenhuma regularização da vazão rio acima [...]. O estudo de viabilidade para o segundo plano deixou claro que a necessidade de uma análise da suposição de vazão não regularizada originou

⁵ Na fase primária de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alguns impactos ocasionados em sua área de influência podem ser percebidos, tais como: especulação imobiliária, incremento populacional, ocupação urbana desordenada, aumento da violência, demanda por serviços públicos (educação, saúde e segurança), entre outros, com variados e distintos níveis, o que torna ainda mais complexo o processo de governança da região, carente de infraestruturas. Esses impactos, indubitavelmente, serão ampliados e serão somados a outros nas fases de construção e pós-construção do empreendimento.

[conforme dispõe a Eletronorte] a ‘necessidade de reavaliação deste inventário sob uma nova ótica econômica e socioambiental’ e que ‘a implantação de qualquer empreendimento hidrelétrico com reservatório de regularização a montante de Belo Monte aumentará o conteúdo energético dessa usina’ (FEARNSIDE, 2011, p. 6).

Segue que, em 1988, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) – substituído, em 1996, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – aprovou o Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu⁶. Nesse período, começaram a se intensificar as mobilizações dos povos indígenas do Xingu contrários ao projeto de construção de hidrelétrica no Xingu.

Figura 2 – 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (Fevereiro/1989).
Índia Tuíra Kaiapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte.



Fonte: Fotografia de : Protásio Nene/AE (21 fev.1989), Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil’s Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. Fearnside (2006).

Importante destacar que em fevereiro de 1989 ocorreu o “Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, liderado pelos Kayapó, com cobertura significativa da imprensa nacional e internacional. O evento foi marcado por Tuíra (Figura 2), uma mulher Kayapó, brandindo um facão perante o chefe da companhia estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) enquanto soltou o grito de guerra “*Tenotã-mõ*”.

Ponderando que o governo militar brasileiro já se encontrava amainado político e

⁶ Portaria DNAEE n. 43, de 02 de agosto de 1988.

financeiramente, o que inviabilizou o implemento do projeto naquela circunstância, nos governos de FHC, as contendas ganharam apoio e solo fértil, cujo projeto de matriz energética privilegiava as fontes de hidroenergia, como também a privatização das companhias estatais de energia.

Após a Manifestação de Altamira, a Eletronorte mudou o nome de “Kararaô” para “Belo Monte” e fez um anúncio que foi interpretado por muitos como cancelamento dos planos para as barragens a montante.

Após 30 anos, o governo de aliança entre partidos do PT, decorridos a partir dos primeiros estudos efetivados pelo corpo de técnicos da autocracia militar (1975), retoma em 2005 o projeto hidrelétrico para o Xingu, amadurecidos nos governos de Lula da Silva (2003-2010), que, nesse todo, passa a ser denominado de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHEBM) e toma formato final em 2011 nos governos de Dilma Rousseff (2011-2017).

Assim, foi iniciada a execução da UHEBM, sob protestações do movimento indígena, dos movimentos sociais, da academia e parte dos membros do Ministério Público – sob a suspeita de que não se tratava apenas de um empreendimento, mas de um complexo hidrelétrico, submergindo as construções de outras usinas, o qual se exhibe com outra nomenclatura, haja vista a grande repercussão negativa que representou o projeto de Kararaô, nome anteriormente dado ao projeto autocrático. Segundo Rodrigues:

a Usina Hidrelétrica de Belo Monte será a primeira UHE do Xingu. O abandono público da intenção de implantar as seis (6) usinas hidrelétricas inicialmente planejadas, além de outros diversos barramentos/comportas complementares, não significa o abandono real dessa intenção, mas faz parte da estratégia de deixar a publicização das demais fases para momento posterior à territorialização de Belo Monte (RODRIGUES, 2012, p. 399).

Relevante destacar a vinculação do projeto da UHE de Belo Monte à influência da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional (IIRSA), consolidada em 2007, cujo eixo energético admite uma acuidade central na política governamental brasileira, acaudilhada pelo PAC. A política energética, com destaque na geração de energia, por meio do uso sem antecedente da água, acarreta a construção acirrada de hidrelétricas, o que implica na fragmentação dos ambientes socioambientais e desterritorialização.

A coerência que guia a política energética brasileira, por começo, não pondera o modo de vida e a organização social dos povos da Amazônia, o que provocou polêmicas e questionamentos por se tratar de uma forma de desenvolvimento predatória e antagônica à miragem ideológica defendida pelo governo brasileiro de coalização do Partido dos Trabalhadores, cuja alocação era

pautada pela defesa dos direitos sociais e democracia, mas que, na prática, retoma e pratica arbitrariamente um projeto do governo militar.

Assim, é necessário destacar que a diversidade cultural representada por populações indígenas e tradicionais foi e está sendo atingida de forma direta e indireta com a construção do empreendimento, com consequentes alterações em seus modos de vida e em sua relação de territorialidade, notadamente para os indígenas:

[...] que habitam a Volta Grande do Xingu - Juruna do Paquiçamba, Arara da Volta Grande - e os Juruna do Km. 17 [...] povos indígenas que habitam às margens do Rio Xingu, acima da Volta Grande – Asurini do Koatinemo, Araweté, Parakanã; e às margens do Rio Iriri – Arara, Arara de Cachoeira Seca, Kararaô. [...] Índios citadinos [...] Xikrin do Bacajá, [...] Xipaya e Kuruaya que habitam acima de Cachoeira Seca, respectivamente às margens do Rio Iriri e de seu tributário o Rio Curuá [...] e as famílias indígenas Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara, Kayapó, etc. Como também a população ribeirinha em geral, que habitam em localidades diversas (Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ressaca, etc.) [...] (MAGALHÃES, 2009, p. 62- 63).

Para tais, o quesito "energia", sobretudo a gerada por usinas hidrelétricas, ocasiona conflitos e resistências, em virtude de abranger muitas indagações e interesses que não são ímpares e exclusivamente econômicos, mas também culturais, sociais, políticos e ambientais, determinados por desiguais protagonistas sociais, como ribeirinhos, agricultores, oleiros, empreendedores, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, entre outros com maior ou menor poder de pressão política.

No ano 2000, foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte, através do qual foram realizados Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte. O estudo foi realizado em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e apresentou o relatório chamado “Avaliação da UHE Belo Monte – junho/2000”, concluindo pela alta atratividade econômica do empreendimento (FLEURY, 2013; ISA, 2010).

Ainda em 2000, a Eletronorte contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (FADESP), vinculada à UFPA, para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Hidroelétrico Belo Monte. O Ministério Público Federal (através da sua Procuradoria da República no Pará), que já acompanhava o andamento do projeto Belo Monte

desde uma representação⁷ realizada no ano 1999, interpôs no ano de 2001 uma Ação Civil Pública⁸ com o objetivo de parar o processo de licenciamento ambiental (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005).

Em setembro de 2001, o Estudo de Impacto Ambiental foi paralisado mediante decisão liminar no corpo da referida Ação Civil Pública. Posteriormente, a ação foi julgada procedente, determinando, assim, que a competência para o licenciamento era do âmbito do órgão federal (IBAMA) e que havia a necessidade de consulta ao Congresso Nacional para o prosseguimento dos estudos em terras indígenas (FLEURY, 2013). Tratou-se de mais uma derrota do projeto de construção de barragens na bacia do Xingu (SEVÁ, 2005).

Em 2002, são apresentados novos levantamentos à ANEEL e o Estudo de Impacto Ambiental é paralisado a pedido do Ministério Público. Em julho de 2005, o Congresso Nacional publicou o Decreto Legislativo nº 788/2005 o qual possibilitou à ELETROBRÁS concluir os estudos. Em agosto de 2005, a estatal e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht firmaram Acordo de Cooperação Técnica para o arremate dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental da já “Usina Hidrelétrica Belo Monte”. Os estudos foram entregues à ANEEL em março de 2009, com a incorporação de resultados dos estudos ambientais EIA/RIMA, concluídos no período e entregues paralelamente à análise do IBAMA.

A consulta a ser realizada aos povos indígenas está presente na Convenção 169, Art 6º, que trata da exigência de consulta aos povos interessados diante de quaisquer medidas legislativas ou administrativas que possam atingi-los diretamente, garantido a eles a participação em todos os níveis decisórios relativos às políticas e programas que lhes afetem. E, ainda, expresso na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em seu Art. 20:

Os Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem (ONU, 2008, p. 12).

Sobre esse quadro deficiente das oitivas em relação aos povos indígenas, quanto às reais

⁷ Representação é uma espécie de queixa ou denúncia de crime ou irregularidade que pode ser feita por qualquer cidadão ou cidadã diretamente para o Ministério Público, para que este investigue o assunto.

⁸ Espécie de ação judicial prevista pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 e pela Constituição Federal de 1988, para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

consequências de sua não efetivação:

Isto criou um precedente perigoso, que iniciou uma onda de projetos para hidrelétricas com impactos sobre povos indígenas, como as barragens do rio Tapajós. A percepção dos proponentes de que, de fato, não existia nenhuma barreira prática limitando a aprovação de obras com esses impactos fez com que o investimento de capital financeiro e de capital político nessas propostas subidamente se tornasse racional do ponto de vista deles. (FEARNSIDE, *Brazilian politics threaten environmental policies*, p. 747, 2016).

Mesmo diante da arbitrariedade em face da não oitiva dos povos indígenas e de maiores esclarecimentos sobre os impactos da UHE Belo Monte, o processo para a sua implantação continuava à sua revelia.

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo apresentou o Plano Plurianual 2000-2003 chamado *Avança Brasil*⁹. No referido plano, Belo Monte surge como prioridade nacional (FEARNSIDE, 2001). Entre julho de 2001 e fevereiro de 2002, o Brasil sofreu com uma crise energética, provocando frequentes interrupções do fornecimento de energia elétrica e abrangendo grande parte do território nacional. Tal episódio ficou conhecido como a crise do apagão (ABREU; AZEVEDO, 2009).

Ainda em 2002, as populações da região de Altamira e Volta Grande do Xingu estavam mobilizadas em torno das discussões e do avanço do projeto de Belo Monte. Em março, as organizações Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MTDX), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) enviaram uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de obras de grande impacto na Amazônia, enquanto não houvesse uma discussão envolvendo a sociedade local. Em setembro, o MDTX, a Prelazia do Xingu, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Associação dos Povos Xipaya, da Aldeia Tukumã, enviaram uma carta aos membros do Conselho Nacional de Política Energética, exigindo que as comunidades afetadas pelo projeto Belo Monte fossem convidadas a participar das discussões (ISA, 2010).

Segundo informações presentes no Plano Básico Ambiental da obra, em sua versão final (setembro/2017), o arranjo geral da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, contido no Projeto Básico de Engenharia, documento referência para elaboração do Plano Básico Ambiental (PBA),

⁹ Publicado através do Decreto nº 4.055 de 14 de dezembro de 2001.

é bastante similar ao arranjo definido nos Estudos de Viabilidade¹⁰ elaborados pela Eletronorte/Eletróbrás no ano de 2002.

Segundo a empresa Norte Energia (2011) (agente responsável pela UHE Belo Monte), a percepção do empreendimento se dá por meio do aproveitamento de cerca de 90 metros de desnível natural existente ao longo de 150 km da Volta Grande do Xingu, entre a cidade de Altamira e as localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal, respectivamente situadas nos municípios de Vitória do Xingu e Anapu.

Esse aproveitamento se faz através da conformação de um reservatório com duas esferas: a casa de força principal e o vertedouro complementar. O trecho do rio Xingu, ao longo da chamada Volta Grande, está submetido ao que a empresa chama de “*regime de restrições de vazão*” determinado por um “*hidrograma ecológico*”.

Ainda conforme o PBA, o arranjo geral da UHE Belo Monte caracteriza-se por apresentar “sítios de obras (locais de construção) distintos e distantes entre si”, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio Belo Monte, onde foi construída a Casa de Força Principal.

A extensão entre estes dois sítios, em linha reta, é de aproximadamente 40 km. Entre estes dois sítios foi construído um sistema de adução à Casa de Força Principal, constituído pelo Canal de Derivação e pelo Reservatório Intermediário, formado por diques e canais de transposição. Esses canais de transposição foram escavados (em selas topográficas) ao longo do Reservatório Intermediário, com a finalidade de condução das vazões para geração de energia no Sítio Belo Monte.

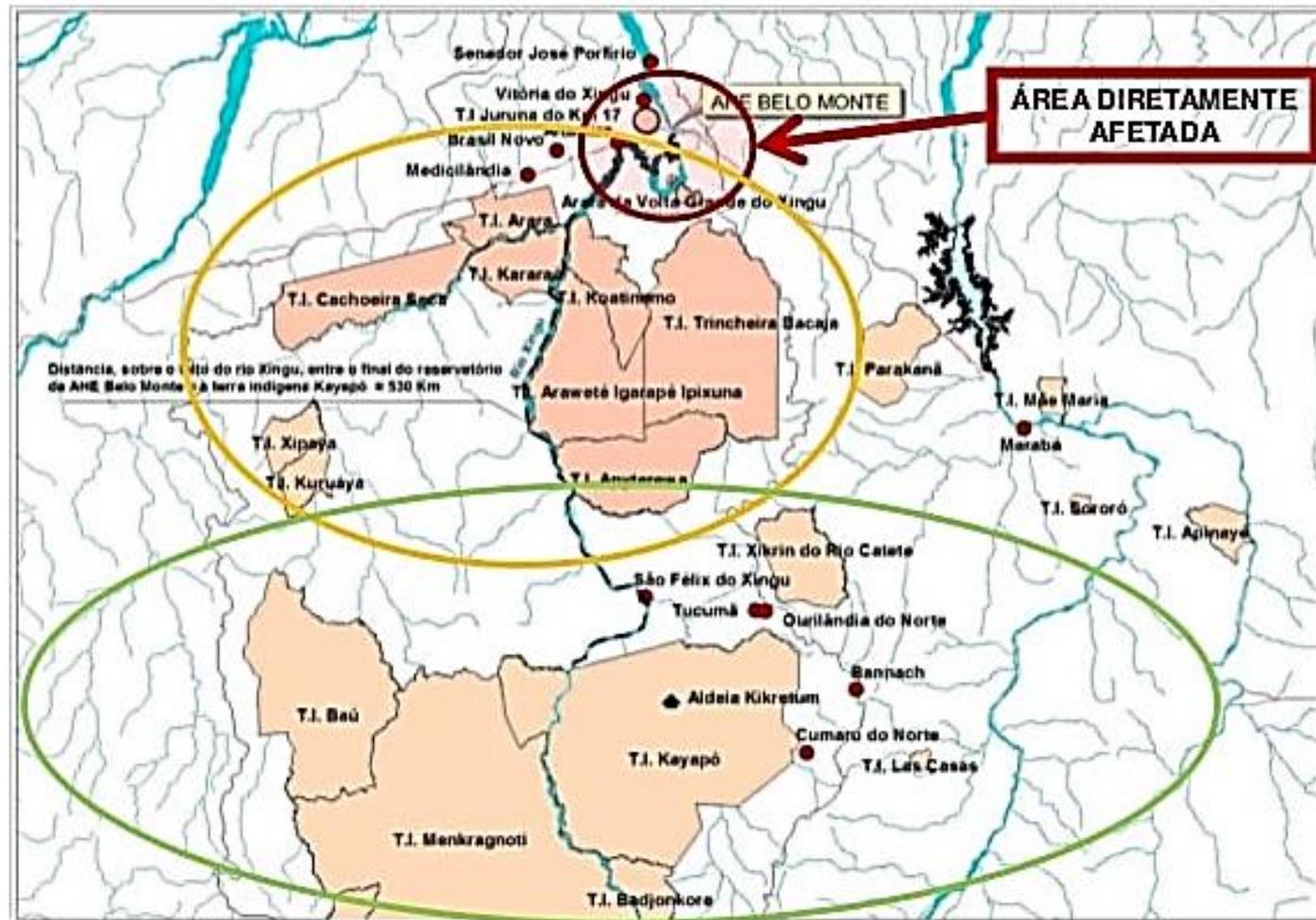
As obras da Usina deram-se de maneira fragmentada no território. Dentre os principais locais de obras, citam-se os sítios Belo Monte, Pimental e Canais. O Sítio Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica e a cerca de 10 km à jusante da interseção do rio Xingu com essa rodovia, no local denominado Belo Monte. Na verdade, neste mesmo local havia uma antiga comunidade, a Comunidade de Santo Antônio. Esta foi retirada para dar lugar à casa de força principal da UHE

¹⁰ Documento que serviu de base para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – elaborados pela Eletróbrás, no ano de 2009, com o título de “Usina Hidrelétrica Belo Monte – Relatório Final do Projeto Básico de Engenharia”, elaborado pelas empresas Intertechne Consultores, Engevix Engenharia e PCE Projetos e Consultoria de Engenharia, e apresentado pela Norte Energia S.A. (NESA) à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para fins de análise e aprovação.

Belo Monte.

1.2 Os povos Indígenas do Xingu e a UHE Belo Monte.

Figura 3 – A UHE Belo Monte e as Terras Indígenas – Norte Energia.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/jhcordeiro/apresentao-mme-belo-monte>, Norte Energia (23 nov. 2011).

Observando a Figura 3, é possível esclarecer quanto às áreas indígenas afetadas pela ocupação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está situada inteiramente dentro dos limites do município de Vitória do Xingu. Já o Sítio Pimental ocupa áreas dos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, com seu eixo de barramento posicionado na calha do rio Xingu, elemento geográfico de divisão municipal. Cabe aludir, ainda, que a manutenção no Projeto Básico de Engenharia das estruturas do aproveitamento, em especial do eixo de barramento principal definido nos Estudos de Viabilidade de 2002, manteve as características da área destinada a servir como reservatório da Usina.

Com isso, foi possibilitado ao reservatório, segundo o empreendedor, acumular um volume da ordem de $4.802,3 \times 10^6 \text{ m}^3$, ocupando uma área de 516 km^2 . Desta área, 386 km^2 correspondem ao reservatório da calha do rio Xingu e 130 km^2 ao Reservatório Intermediário. Ainda de acordo com a empresa Norte Energia, o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte foi elaborado tendo por base as diretrizes e requisitos presentes no Edital do Leilão da Aneel¹¹ 006/20091 e as recomendações, critérios e normas preconizados pelo setor elétrico brasileiro.

No ano de 2010, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) conferiu a licença prévia de Belo Monte, com um acordo de troca por um vigoroso pacote de medidas de mitigação e ressarcimento, conhecidas como condicionantes socioambientais para viabilidade da usina. Dentre as medidas compensatórias previstas, estavam as “ações antecipatórias” de saúde, educação e saneamento básico as quais deveriam preparar a região para receber a obra, precavendo e minimizando os principais conflitos sobre esses serviços públicos, que inevitavelmente ocorreriam decorrentes do aumento populacional.

“Ações antecipatórias” que estavam compreendidas no acordo de troca previam o direito de reassentamento em condições similares às aquelas em que antes moravam todas as comunidades diretamente afetadas pela obra de Belo Monte, dentre elas, povos indígenas.

Quanto às promessas, segundo a Aneel¹², a UHE Belo Monte, quando de sua operação, irá

¹¹ A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Cabe à ela a elaboração de toda a normatização necessária sobre o sistema elétrico brasileiro, desde as geradoras (onde ocorre a produção de energia) até sua distribuição junto à rede de fornecimento (onde ocorre a distribuição de energia). É função dela, ainda, regular a geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; fiscalizar diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e os serviços de energia elétrica; implementar as políticas e diretrizes do governo federal relativas à exploração da energia elétrica.

¹² Informação disponível em: <http://www.aneel.gov.br/a-aneel>.

compor o Sistema Interligado Nacional (SIN), colaborando, assim, para a expansão da oferta em todo o País. Dessa forma, nos períodos de cheia do Rio Xingu será possível gerar muita energia, causando a acumulação de água nos reservatórios das usinas de outras regiões, tirando proveito da sazonalidade hidrológica decorrente das dimensões continentais do País. Complementarmente, nos períodos de seca do rio Xingu, essas usinas com água contida proverão a diferença da menor geração em Belo Monte.

Nesse contexto, a Aneel afirma: “o estado do Pará e os municípios diretamente afetados pelo reservatório ganharão Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH)”. Pelas estimativas do governo e da Norte Energia, deverão ser gerados R\$ 174,8 milhões por ano, a serem distribuídos ao estado do Pará e aos municípios afetados, além dos ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia, e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Além disso, o município de Vitória do Xingu, onde ficarão instaladas as Casas de Força Principal e Complementar, também será favorecido pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a geração de energia.

Em resumo, a UHE Belo Monte (para o Estado brasileiro e para o empreendedor) não concebe somente um “objeto técnico” em muito aprimorado social e ambientalmente, mas representa um adequado projeto de desenvolvimento capaz de conjugar os mais altivos princípios da eficiência técnica, do crescimento econômico, da justiça social e da sustentabilidade ambiental.

O Estado e a Empresa mantêm a crença de que, apesar de alguns “constrangimentos”, classificados como de natureza “leve” e “compensável”, e de alguns “imprevistos” ao longo de todo o processo de compreensão do empreendimento, a UHE Belo Monte é o vindouro, o espaço aberto, o espaço enquanto expressão de infinitas possibilidades às populações da região Xingu.

Quanto aos julgamentos das promessas, os impactos “leves”, as “contrapartidas” e os “inesperados”, na verdade, são representações de uma forma de idealizar o espaço, o desenvolvimento e as identidades (territoriais); forma esta que nada possui de resolvido, tendo em vista ser produto de práticas condenáveis socioambientalmente, bem como de percepções há muito conhecidas, capazes de representar racionalidades hegemônicas; em outras palavras, subalternizadoras.

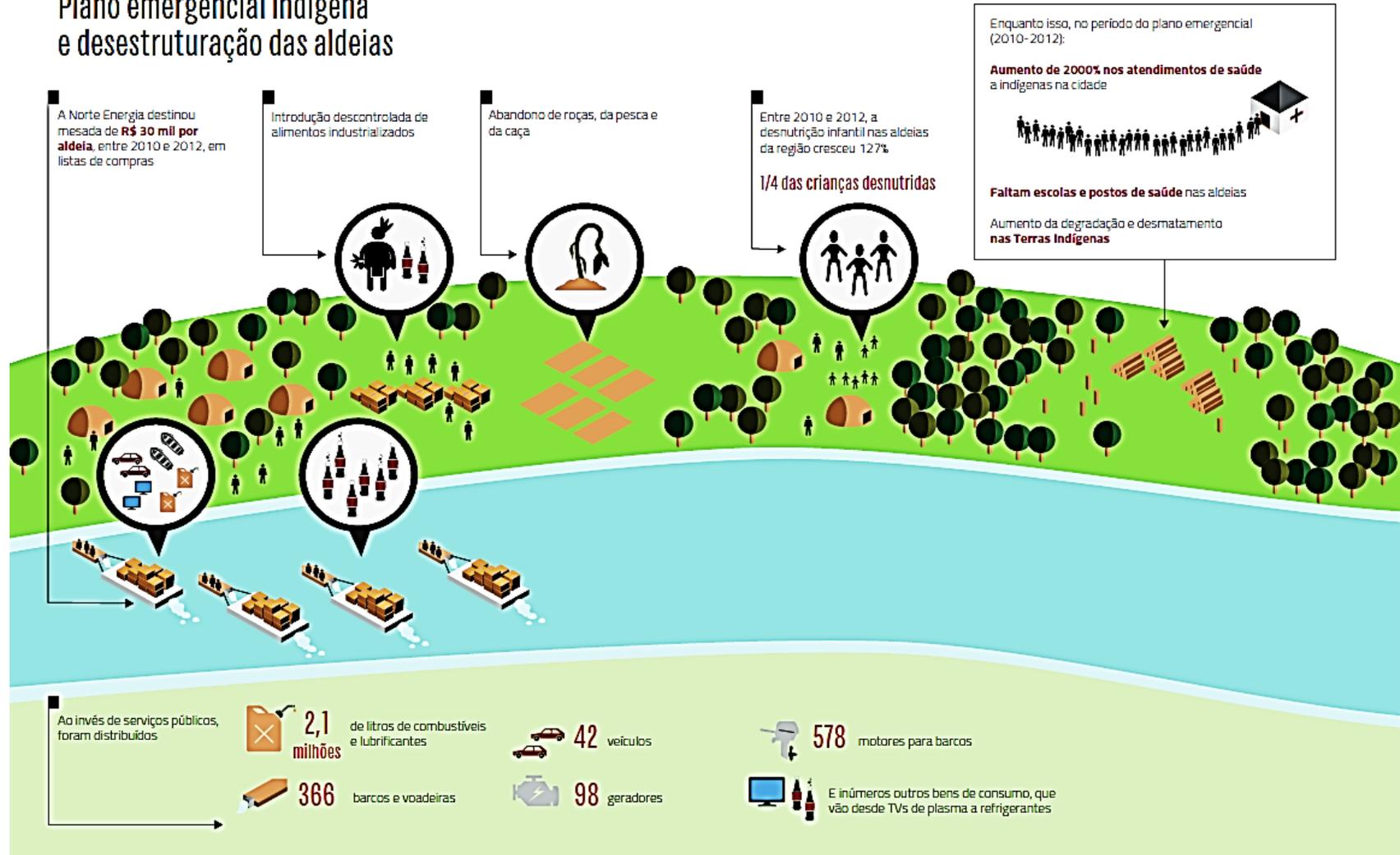
Estas são concepções que andam a partir do chamado de “uma trilha”; trilha esta feita pelos outros, pensada fora do lugar, a partir da fé no poder parcimonioso e repressivo do Estado, que atua como parceiro do capital, seja este local ou global, e que entende “as existências” enquanto

sinônimos de espacialidades (de territórios, lugares) que podem (sempre) ser “contrapesadas”.

Este é o lugar onde a territorialidade indígena, a lugaridade camponesa e ribeirinha e a sociabilidade das periferias dos centros urbanos são negadas. Negação esta expressa por meio da “espoliação” dos sujeitos de seu espaço de referência identitária e que, justamente por ser concebida a partir dessa racionalidade, fecha o espaço, posto ser incapaz de enxergar outros horizontes, de aceitar e propor outras racionalidades.

Figura 4 – Plano Emergencial Indígena e Desestruturação das Aldeias.

Plano emergencial indígena e desestruturação das aldeias



Fonte: Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação, Instituto Socioambiental (2010).

Diante da Figura 4, é notável que as espacialidades viventes antes da implantação junto ao território da UHE Belo Monte foram marginalizadas e/ou marginalmente desconsideradas. Exigências a serem cumpridas enquanto “condicionantes” para a efetiva realização do conjunto de obras foram esquecidas e descumpridas, ou seja, negou-se a construção relacional das distintas “*subjetividades políticas*” que conformam um território, desproporcionando aos territórios e lugares espacialidades alienígenas, estranhas ao lugar, assim como tiveram consequências drásticas relacionadas à saúde, alimentação e abandono dos espaços vividos.

Assim, a identidade e a interrelação dos diferentes grupos sociais se dão conjuntamente; logo, o espaço é, necessariamente, parte integrante e produto desse processo de constituição identitária.

Assim, não somente existe um paralelo entre a maneira de conceitualizar o espaço e a maneira de conceitualizar identidades/entidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço é, desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas (MASSEY, 2004, p. 9).

Desta forma, o espaço está aberto à apresentação/construção de novas proposições de desenvolvimento, posto que o caminho efetivo para um reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença passa pelo reconhecimento da espacialidade. Portanto, a espacialidade como a esfera da sobreposição potencial de diversas narrativas tem o potencial de tramar novas relações, posto que a espacialidade é (também) uma fonte de produção de *novas* trajetórias, de *novas* histórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças, tal qual nos fala Massey (2000, 2004, 2008).

Dentro deste ponto de vista é que trataremos sobre a significação, em termos de práticas espaciais, representadas em objetos como a UHE Belo Monte.

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (CORRÊA, 1995, p. 35).

Quanto a essa reestruturação espacial que os objetos de tal capacidade geram (são capazes de gerar), focamos nos impactos às “escalas da vida”, para, assim, continuarmos a demonstrar, ao longo do trabalho, o quanto o grande empreendimento, imbuído de uma concepção de

desenvolvimento, contribui para “deformar” territórios, cidades, lugares e, concomitantemente, territorialidades, espacialidades e lugaridades.

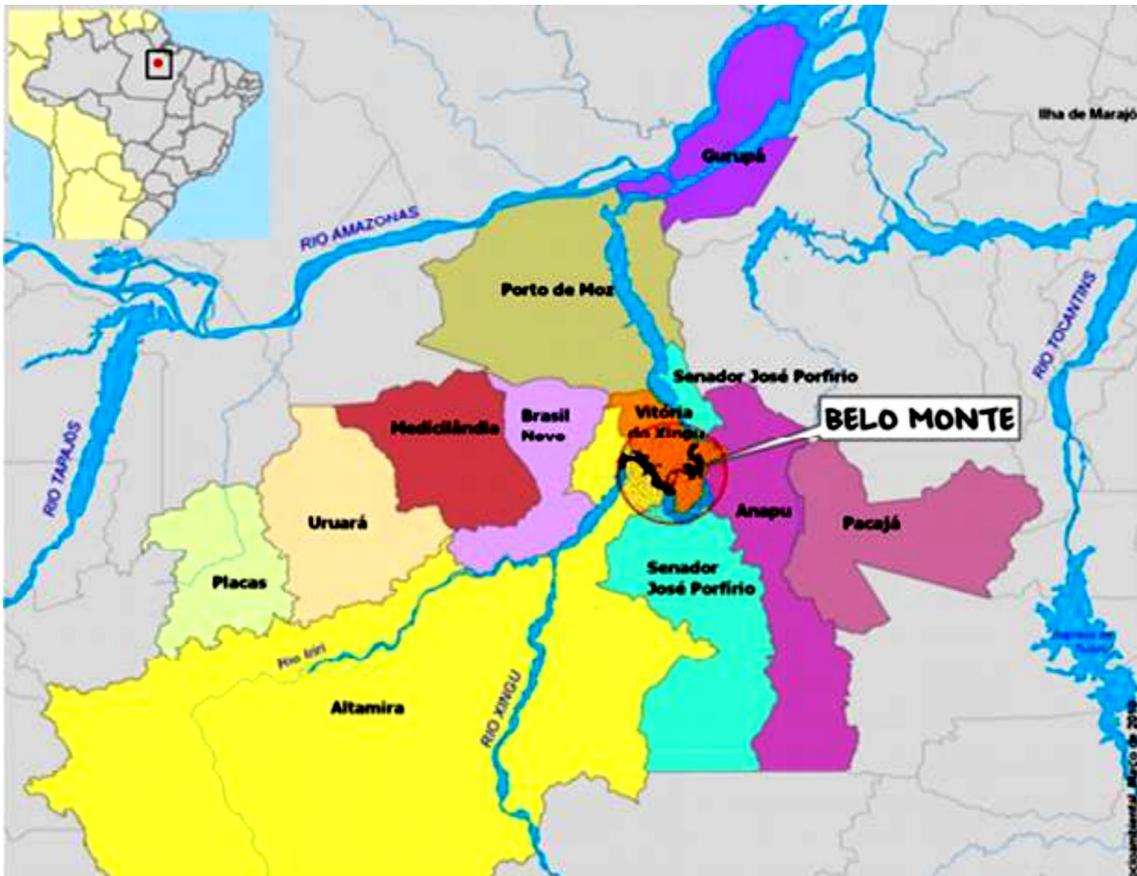
Este entendimento, em nossa concepção, deve ser valorizado, mas, historicamente, vem sendo negado, tendo em vista a natureza dos projetos de inspiração “desenvolvimentistas” ou “neodesenvolvimentista”, a exemplo de Belo Monte. A concepção que alimenta os grandes projetos, pensados para a Amazônia, desde o início do século XX, nega ou mesmo suprime espacialidades.

A UHE Belo Monte incorreu em diversas ações arbitrárias, marcadas por intensas mobilizações, como se pode observar no seu histórico de implantação, e mesmo diante das ações do Ministério Público Federal. Atualmente, tal empreendimento encontra-se em operação sem ter cumprido todas as condicionantes obrigatórias, trazendo impactos à natureza e aos povos indígenas, assim como aos demais grupos sociais. Nesse sentido, reafirma-se o seguinte entendimento:

O significado de Belo Monte para a Amazônia é muito maior que os impactos consideráveis que ela causa na área do rio Xingu. A maneira em que foi aprovada, inclusive revertendo os pareceres negativos do corpo técnico do IBAMA com troca do Presidente do órgão, e ainda com as várias licenças sendo concedidas sem o cumprimento dos condicionantes, abre as portas para obras de todos os tipos, não apenas de hidrelétricas, sem limites em termos de impacto ambiental e social (FEARNSIDE, 2016).

A UHE Belo Monte abrange os seguintes municípios localizados no Estado do Pará: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (Figura 5). Seu principal polo de apoio encontra-se no município de Altamira (PA), sendo, pois, a área denominada de Volta Grande do rio Xingu o local específico de maior abrangência das obras da usina, como demonstrado a seguir.

Figura 5 – Mapa dos municípios de abrangência da UHE Belo Monte.



Fonte: Reflexos da racionalidade econômica: instrumental na Amazônia no contexto dos povos indígenas em face da construção da UHE Belo Monte, Monteiro (2016).

Ao fazer uma referência ampla à continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana, tem-se que tal definição é inconsistente em relação à abrangência dos impactos causados às mesmas com a construção da UHE Belo Monte, no sentido de que tais impactos somente podem ser medidos, em sua mais complexa extensão, em longo prazo.

Mesmo que tal referência seja deslocada para grupos sociais específicos e localizados, como povos indígenas, embora seja possível dimensionar alguns de seus impactos mais imediatos, não é possível prever as interferências que podem resultar em obstáculos, em longo prazo, na continuidade dos seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Nessa perspectiva, o contexto da construção da UHE Belo Monte foi assim sintetizado por Villas-Bôas (2012, p. 4):

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a despeito de todas as críticas sobre sua viabilidade econômica, seus impactos socioambientais mal dimensionados e protestos das populações

afetadas, está sendo construída, junto com várias pequenas centrais hidrelétrica na região das cabeceiras. É um portal das tensões existentes entre sustentabilidade socioambiental e o modelo regional de desenvolvimento econômico, que também pesam sobre o futuro das demais bacias Amazônicas. A região do Xingu, diante de todas essas transformações, se ressentida da inexistência de estudos e informações mais aprofundados sobre a riqueza socioambiental que abriga e sobre a dinâmica socioeconômica que responde pela sua acelerada transformação [...]. Apesar de toda legislação existente, na prática, ainda trabalhamos com a lógica de que os aspectos socioambientais se resolvem durante, ou melhor, depois da obra; caso contrário, “atravancam” o desenvolvimento.

Essas incoerências são ainda mais perceptíveis quando são vistas as classificações da localização das Terras Indígenas baseadas em categorias pré-definidas das áreas de influência das obras da UHE Belo Monte, em que não se têm estudos mais detalhados quanto às interferências de tal empreendimento ao universo das práticas e saberes desses povos, aos mais diversos sentidos e significados de seus territórios, elemento essencial constitutivo de sua própria identidade.

Nos Procedimentos Metodológicos presentes no EIA, em seu Capítulo 6, “Áreas de Influência”, sobre o critério disposto no supracitado Art. 5º, Inciso III, Resolução CONAMA 001/86, tem-se que:

[...] a adoção integral desse critério em bacias hidrográficas de grandes dimensões dificulta ou inviabiliza a representação espacial e análise ambiental integrada do empreendimento em escalas adequadas [...]. No caso específico do AHE Belo Monte, esses critérios tiveram que ser ajustados devido às características técnicas do projeto, à grande dimensão da bacia hidrográfica do rio Xingu e às peculiaridades sociais, ambientais e hidrológicas do trecho do rio onde se prevê a implementação do empreendimento (EIA, 2009a, p. 5).

Diante disso, observa-se no referido documento que a delimitação das áreas relativas à UHE Belo Monte está relacionada com a identificação das influências dos seus impactos potenciais que afetam significativamente os componentes ambientais físicos, bióticos, socioeconômicos e culturais durante sua implantação e operação.

É relevante destacar um dos aspectos mais importantes e questionáveis relativos às definições das áreas de influência da UHE Belo Monte: o fato de que se tratam de categorias pré-definidas apresentadas de forma descontínua, ao separar em suas análises os meios físicos e bióticos dos meios socioeconômicos e culturais, como se não houvesse relação entre os mesmos e, ainda, “[...] desconsiderando inteiramente os mapas mentais (as percepções e representações de espaço e território daqueles que vivem na bacia do Xingu)” (ANTONAZ, 2009, p. 38).

De modo geral, a seguinte afirmação feita em relação à estrutura do EIA reforça tal problemática:

O EIA, quando trata das questões ambientais, se restringe muito à análise de fenômenos físicos, químicos e biológicos, como se não precisassem ser considerados fenômenos que são alvos de estudos de outras ciências incluídas na área das ciências humanas, como a política, a sociologia e a economia. A avaliação dos impactos ambientais do empreendimento fica irremediavelmente prejudicada sem a análise integrada destes componentes [...] (MEDEIROS, 2009, p. 177).

Quando o tratamento é restringido a concepções pré-definidas das áreas de influência, limitadas a um espaço físico-geográfico, corre-se o risco de não considerar, como é o caso, contextos mais amplos e complexos relacionados às populações atingidas, como, por exemplo, os aspectos simbólicos de seus territórios, que são incomensuráveis e, portanto, não podem ser traduzidos em termos de valores numéricos na ordem das compensações e indenizações que podem ser previstas no âmbito dos aspectos das áreas de influência da UHE Belo Monte. Nesse sentido, ao se considerar a área e não as pessoas, tais categorias acabam por não ter correspondência com os processos de desestruturação sociocultural aos quais estão submetidas.

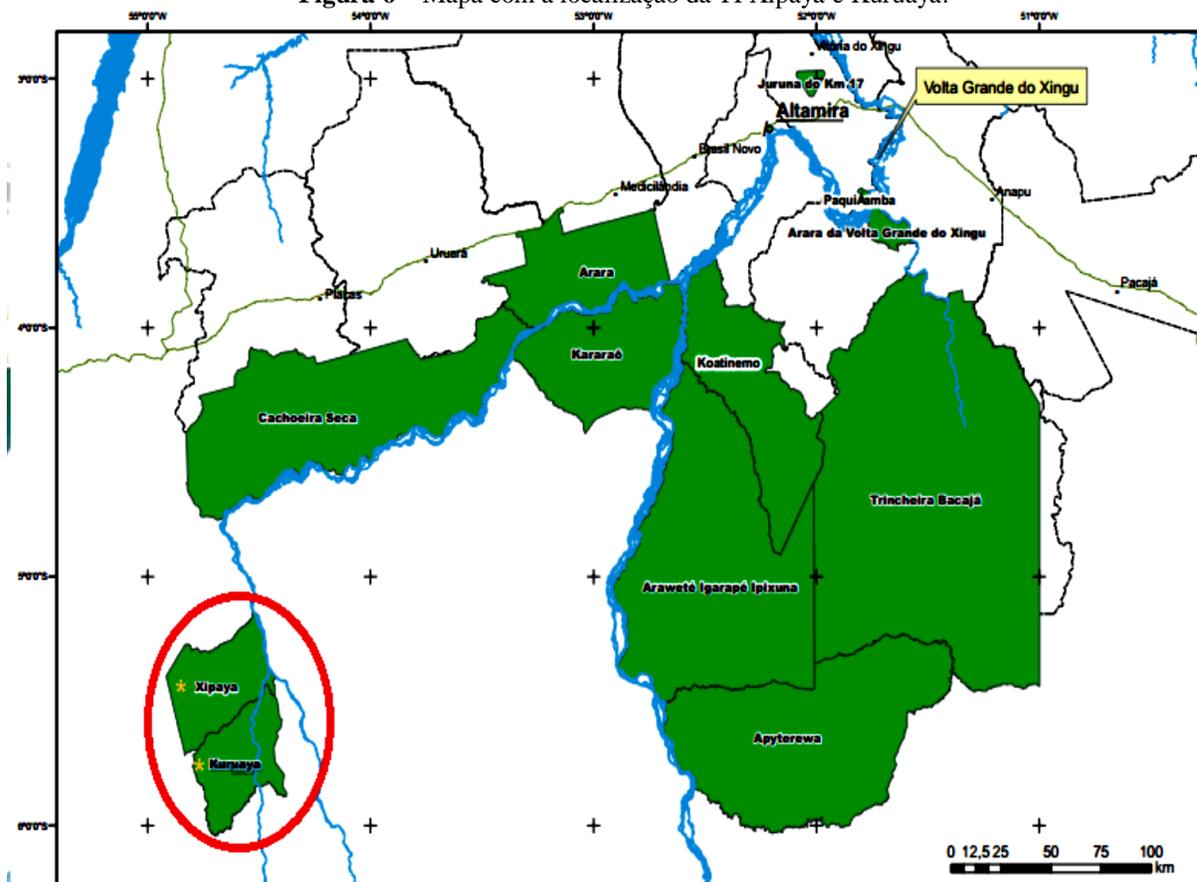
Assim, todos os povos indígenas sofreriam mutações diretas causadas pelo empreendimento, seja pelo fato de as Terras Indígenas se encontrarem localizadas nos limites das suas obras, seja por estarem localizadas em outras áreas em que seu acesso e utilização dos bens naturais serão diretamente impactados.

Essa, pois, é uma das preocupações dos povos indígenas:

Não importa quem está perto ou longe lá da Volta Grande, se morre o rio, se morre a floresta, todos nós somos atingidos. [...] Nós queremos a nossa vida, o nosso rio, a nossa mata. Eles não entendem isso [...]. A gente vai continuar lutando contra Belo Monte (JUMA XIPAIA, 2015 *apud* MONTEIRO, 2016, p. 219).

O empreendimento no âmbito do alcance dos seus impactos e a imprecisão de delimitações ainda se tornou mais grave quando as alterações provocadas nos cursos dos rios afetaram diretamente os modos de vida de todos os que residiam nas regiões afetadas.

Figura 6 – Mapa com a localização da TI Xipaya e Kuruaya.



Fonte: UHE Belo Monte e as comunidades indígenas, Figueiredo (2011).

Importante mencionar os impactos diretos aos povos indígenas, relativos ao excesso de produtos industrializados que chegaram às aldeias e alteraram os seus modos de vida. Por exemplo, o consumo de tais produtos pelos povos Asuri do Xingu, da TI Koatinemo (localizada na AII), aumentou drasticamente. Esse é o caso dos demais povos indígenas. De acordo com Juma Xipaia (2015 *apud* MONTEIRO, 2016, p. 222):

O pessoal de Belo Monte incentivou mais ainda que a gente pegasse essas comidas industrializadas, eram listas imensas com esses produtos, você acha que o povo lá tem condições de saber do mal que faz? Sei que foi muita gente passando mal com o tempo. Muita gente deixou de pescar porque tinha esses produtos, até as roças foram diminuindo, plantando só o básico mesmo. Agora eles dizem que nós não é impactado direito, é sim.

Ao comentar sobre a omissão da análise de impactos sobre índios isolados na região, expõe Magalhães (2009, p. 63) que:

Em uma situação de risco, como é a de qualquer empreendimento de grande porte, torna-se imprescindível uma maior seriedade nos estudos preliminares que tenham por premissa uma investigação rigorosa dos dados, ademais em se tratando povos indígenas, sob pena de o estado brasileiro ser acusado de genocídio.

Do exposto, entende-se como a negligência tende a repercutir na intensificação das transformações de seus modos de vida. Realidade que demanda a realização de novos estudos mais consistentes.

Foi nesse movimento de transformações que os povos indígenas do Xingu foram arrastados pelo caos refletido nos processos intensos que sofreram de desintegração sociocultural, registrados nos mais diferentes episódios de desterritorialização e genocídio. Contudo, foi também nesse contexto que eles deixaram as marcas de sua força, de sua capacidade de resistência, de sua luta por seus direitos. Uma marca de um povo guerreiro.

A resistência de sua cultura encontra-se presente em seu universo simbólico e material. Nesse universo, predominam os conhecimentos minuciosos dos Araweté sobre os elementos da natureza, como os períodos de chuva, que definem sua movimentação espacial; as suas técnicas empregadas na pesca e na caça, definindo instrumentos e áreas; dentre outros aspectos de sua cultura.

O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) elabora um documento intitulado “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia”. Na carta, o MDTX posiciona-se contra a construção da UHE Belo Monte, denunciando o modelo autoritário de desenvolvimento para a Amazônia que anda na contramão do que compreendem por desenvolvimento sustentável, que deveria estar baseado na proteção dos rios, floresta e dos povos do Xingu. Abaixo, estão destacados alguns trechos dessa carta:

Por que sacrificar o rio Xingu com o uso hidrelétrico se sua bacia representa um capital ecológico dos mais importantes do país em estado natural, podendo converter-se em instrumentos de desenvolvimento econômico sustentável e harmonioso com outras opções de investimento [...] de importância estratégica como a própria fonte de água? [...]. No caso do Xingu, com três usinas para os próximos anos, o que restará do rio para uso de igual importância para os seres humanos como os povos indígenas (Kayapó, Parakanã-Apiterewa, Araweté do Igarapé Ipixuna, Asurini do Xingu, Arara do Pará, Juruna, Xipaya e Curuaia)? E para as populações ribeirinhas que dependem desses ecossistemas? E o que restará das florestas que devem ser protegidas por Florestas Nacionais, Terras Indígenas e Reservas Comunitárias desde a cabeceira do rio até sua foz no Rio Amazonas? [...]. Não concordamos com a construção de hidrelétricas do porte de Belo Monte na Amazônia. Esse tipo de obra não combina com os padrões de desenvolvimento apropriados para a região [...]. A construção de projetos que destroem essas riquezas e esses estoques de capital são pouco inteligentes e estão na contramão da modernidade na região e no país. Isso nos remete para a necessidade dos estudos da Bacia do Xingu, com um

macrozoneamento participativo que defina seus múltiplos usos. Desta forma, qualquer projeto para a região deverá ser embasado cientificamente e com ampla aceitação social. Já sofremos e aprendemos o suficiente com os grandes projetos na Amazônia para cair na armadilha da realização de estudos isolados por hidrelétricas, sem considerar as interdependências de todos esses macro-ecossistemas e dinâmicas mais amplas. [...]. A Amazônia é um patrimônio natural fundamental para todos os brasileiros e cidadãos do mundo. Merece cuidado e responsabilidade no uso de seus recursos naturais e evitar o represamento de seus rios que mudam a disposição dos elementos que a natureza construiu para outros fins (MDTX, 2001).

Em relação ao simbolismo do Rio temos a contribuição de Ailton Krenak, durante entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA):

Mesmo que a empresa seja condenada a suprir aquela gente com água mineral naquele lugar, parece que você está colocando uma pessoa num balão, botando soro nela, oxigênio, e ela vai ficar em coma como o rio. O rio está em coma. De certa maneira, essa prontidão que as pessoas estão vivendo na margem do rio agora deixa elas no mesmo estado simbólico de coma em que o corpo do rio está. Eu vejo isso como uma coisa tão assustadora, que tenho dificuldade de falar no *Watu*¹³ sem me revoltar. (Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>, 09 de novembro de 2016. Acesso em 16 de setembro de 2021)

Diante das palavras de Ailton Krenak, nos faz refletirmos a relevância do curso d'água que dá sentido à vida dos índios como um importante signo cultural e forte elemento cosmológico, onde existe uma profunda identificação com o Rio, que vai muito além do fornecimento da água ou do peixe.

A UHE de Belo Monte, com sua construção iniciada, oficialmente, no ano de 2011, vem sendo alvo das lutas de resistência formadas por diferentes grupos sociais, entre eles os povos indígenas Xipaya que, assim como outros grupos, não foram ouvidos durante todo o processo da UHE de Belo Monte. Assim, é compreensível a resistência dos indígenas, que foram até agora desconsiderados enquanto parte do planejamento e do processo decisório; isso poderá deflagrar conflitos de grande monta. A trié identidade, territorialidade e cultura é que movimenta a resistência desse povo, que se constatou ao recuperarmos parcela da história desse povo, como ver-seá a seguir.

¹³ Segundo Krenak o *Watu* é uma transcendência do sentido físico material de um rio para uma entidade que é nosso parente. Assunto não explorado neste estudo.

CAPÍTULO 2 - O POVO XIPAYA – DESCRREVENDO UMA CONJUNTURA

Às beiras dos rios Curuá e Iriri, no Estado do Pará, vivem os índios Xipaya situados na Terra Indígena Xipaya, no município de Altamira, homologada em 2012¹⁴, compondo a Área Etnográfica do Médio Xingu. É relevante frisar que também há a presença muito intensa dos Xipaya que moram na área urbana de Altamira, “[...] consequência da missão Tauaquara fundada pelos jesuítas e pelos diversos períodos migratórios gerados pela fuga dos conflitos nos rios Iriri e Curuá, doenças e casamentos com não índios” (ISA, 2003a). Desses, muitos ainda mantêm contato com seus parentes aldeados.

A julgar pelos intensos processos de desterritorialização e desintegração sociocultural que sofreram, ressalta-se ainda que:

Não sem razão, alguns pesquisadores chegaram mesmo a afirmar que os Xipaya, por exemplo, estavam extintos nos anos 1950. Na verdade, parte deles estava ‘misturada’, [...] fosse com não indígenas, fosse com outras etnias. Uma parte deles, por exemplo, conservava a sua identidade Xipaya, residindo junto aos Kayapó, nos aldeamentos Baú e Krikretum; e depois junto aos Kuruaya, no aldeamento Cajueiro [...]. Somente voltaram a fundar sua própria aldeia a partir dos anos 1990, e tiveram seu território demarcado apenas em 2010, razão pela qual também se chegou a tratar Xipaya-Kuruaya como uma só etnia (MAGALHÃES, A.; MAGALHÃES, S., 2012, p. 22).

Nessa linha, um dos recortes que estão ligados a essa discussão transcorre, por exemplo, pelo “compartilhamento de algumas exterioridades culturais e linguísticas dos Juruna entre os Xipaya, sendo até mesmo suscitado que tais povos antes pertenciam a um mesmo grupo, separados por momentos de decisões” (NIMUENDAJU, 1948; FARGETTI, 2008). Contudo, suas distinções também são percebíveis em seu cotidiano.

2.1 Aspectos Gerais dos Povos Indígenas Xipaya.

Os povos indígenas Xipaya são qualificados como pertencentes à família linguística Juruna, do tronco Tupi. Presentemente, “esses povos não têm mais o domínio de sua língua, processo esse já registrado no início do século XX, juntamente com o desaparecimento de alguns de seus costumes” (SNETHLAGE, 1912, p. 58). Contudo, há entre os mesmos uma inquietação crescente

¹⁴ Decreto de 05 de junho de 2012.

por esse resgate: “nós temos com a gente essa importância de buscar fortalecer mesmo a nossa cultura, já fazemos isso, mantemos nossa vida na aldeia com a nossas danças, eu mesmo de manhã já “alevanto” e começo o meu ritual de canto, para atrair as coisas boas” (MONTEIRO, 2016, p. 98).

A inserção dos Xipaya nas fases da borracha refletiu em diferentes modificações em seus modos de vida, como, por exemplo: a ocorrência de migrações compulsórias do seu povo, mesmo estando empenhados nessa atividade; o alastramento de doenças; a aproximação cada vez mais consolidada com o *modus operandi* capitalista. Esse cenário foi agravado a partir dos anos de 1970, com o grande projeto para Amazônia UHE de Belo Monte, em que já eram apontadas as possibilidades da própria extinção da sua cultura e notável durante todo o processo de instalação do projeto através de atos, ritos, palavras e imagens. É a partir das expressões em falas e imagens que resgato as emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. Segundo Pesavento (2003, p. 58):

As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos. Nesta medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida. Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real.

Por meio da fala de Pesavento (2003), nos deparamos com formas subjetivas de apreensão do real, dos fatos, isto é, as sensibilidades a respeito de um passado, marcas de emoção, pistas dos sentidos – traduzidas externamente em imagens, relatos, sonhos, medos e tudo o que abrange este mundo interminável das percepções.

Neste capítulo, descreverei, por meio das fontes bibliográficas, documentais e teóricas disponíveis, coletadas ao longo da pesquisa, as situações sociais marcadas concomitantemente

por processos de *territorialização* e por *lutas*¹⁵ identitárias do grupo indígena Xipaya. Para tanto, contei com a colaboração do Instituto SocioAmbiental (ISA) que disponibilizou mapa da região, com todas as terras indígenas, áreas de conservação, rios e principais localidades.

Os mapas, certamente, também contribuirão para a luta que está em desenvolvimento pelos povos indígenas Xypaia no Médio Xingu por reconhecimento étnico e reescrita da história ou escrita da história indígena, tantas vezes negada no que foi escrito como história (eurocêntrica, evolucionista e colonialista) e se configurou oficial na região, produzida a partir do olhar não indígena e imbuída de uma série de estereótipos preconceituosos e discriminatórios contra aqueles nos diferentes momentos históricos na região.

Os Xipaya estão entre os muitos povos indígenas sem fontes de dados, com a particularidade de que este povo foi considerado extinto. Em 1750, o jesuíta Roque Hunderfund, missionário alemão da Companhia de Jesus, formou a aldeia-Missão Tauaquara, na confluência do rio Xingu com o Igarapé Pannels. Os índios de sua missão foram reunidos ao longo do percurso que fez ao subir o rio Xingu e o Iriri, abrangendo diversos grupos indígenas, mas de maneira mais expressiva indígenas Juruna, Xipaya, Kuruaya e Arara. No entanto, logo em seguida, durante o período pombalino, a missão foi abandonada, o que não significou um abandono da nova área pelos indígenas.

Foi apenas o padre jesuíta alemão Roque Hundertpfund, através da missão Tavaquara, que teve contato direto com os Xipaya, ao menos quanto ao registro textual do período: “os outros relatos na bibliografia são secundários, dados colhidos na região por outros indígenas, como os Jurunas, e por comerciantes que ali se estabeleciam” (COUDREAU, 1977, p. 37).

Nesse momento, é possível observar, que diante do abandono, a nova localidade oferecia certa proteção aos indígenas que lá se encontravam, pois a área do rio Iriri continuou sofrendo pressões de frentes de colonização, mas foi apenas em 1868 que uma rota foi aberta ligando o baixo Xingu ao médio Xingu para melhorar a retirada de produtos extrativistas. Esta rota foi se transformando em estrada e em 1880 o traçado passa por uma alteração e seu ponto inicial é definido nas proximidades do Igarapé Ambé. Algumas famílias se instalaram ali, onde mais tarde se formou a vila de Altamira.

¹⁵ Luta, enquanto categoria utilizada pelos indígenas, compreende a forma como os sujeitos organizaram e mobilizaram ações para a manutenção da alteridade a cada “nova” situação vivida, desde a “saída” das matas, localizando-se na beira dos rios e, posteriormente, na cidade onde vivem e mantêm as *fronteiras étnicas* para a efetivação da diferença em contexto social que pressupõe a homogeneidade.

Segundo Nimuendaju (1948, p. 219), “ao contrário do povo Juruna, os Xipaya permanecem até 1880 sem contato com o mundo civilizado e é por volta de 1885 que o povo Xipaya passa a ter contato com os ‘neobrasileiros¹⁶’, coincidindo com a primeira fase da borracha”. Não há, portanto, uma descrição ou textos de maior densidade sobre os Xipaya durante esse primeiro momento de ocupação da região acima da Volta Grande.

No contexto da segunda fase da borracha, no período de 1942 a 1945, a estratégia do Governo Federal para ocupação da área e extração da borracha foi a de alistamento de milhares de nordestinos para trabalharem na Amazônia. Assim como na primeira fase da borracha, os Xipaya se envolveram na empresa seringalista, sendo que essa dinâmica permaneceu e se adensou no momento posterior. Dessa maneira, os casamentos entre membros do grupo Xipaya e nordestinos, Xipaya e Kuruaya e a dispersão do grupo fizeram com que o Estado e a sociedade nacional deixassem de perceber a população Xipaya como grupo (PATRÍCIO, 2000).

Outro fato importante na história de contato com a sociedade nacional é o momento em que a frente seringalista, caracterizado por dois ciclos principais (de 1879 a 1912 e de 1942 a 1945), existiram diversas frentes de ocupação do território amazônico. Esta ocupação era feita por donos de seringais que determinavam a forma como a área seria explorada, envolvendo a população local e imigrante, indígena e não indígena. chega até o médio rio Xingu. Neste momento, há um processo de migração compulsória¹⁷ da população Xipaya, que deveria viver em locais determinados pelo dono do seringal. Alguns Xipaya também foram donos de seringais ou “mediadores de negócios” (SNETHLAGE, 1910, p. 59) entre coronéis e indígenas (não apenas do grupo Xipaya). Além deste fato, havia uma grande pressão por parte dos grupos indígenas Kayapó e Munduruku, que migravam em direção à área do rio Iriri, o que direcionava os Xipaya para o território da antiga missão Tauaquara, intensificando a relação da população Xipaya com a frente seringalista.

¹⁶ Nimuendajú foi guiado por um compromisso radical — ético, político, epistemológico e vital — com as formas de vida e a sorte dos povos indígenas. Mais que teuto-brasileiro (naturalizou-se em 1922 com o nome de Curt Nimuendaju), ele foi um teuto-ameríndio: pois Nimuendaju nunca escondeu seu desprezo e sua indignação face aos habitantes de origem ou identidade europeia do Brasil, responsáveis pela miséria física e psicológica dos índios, incapazes, em geral, de perceber e admirar a dignidade intrínseca das formas culturais nativas; incorporando antifrásticamente o uso local, Nimuendaju os chamava de "cristãos", e mais tarde veio a classificá-los de "neobrasileiros", anacronismo nem por isso menos eloquente.

¹⁷ Migração compulsória é o processo pelo qual indivíduos ou grupos de indivíduos são obrigados a se deslocarem de seu local de origem, onde se estabelecia seu modo de vida, sendo local de referência cultural, social, político e econômico. Neste caso, entendemos este tipo de migração tanto como ações decorrentes de conflitos locais, como entre grupos indígenas, quanto advindas por ordem de autoridades públicas.

Na medida em que se intensificou o processo de ocupação na região, os Xipaya e os Kuruaya passaram por conflitos territoriais com outros grupos indígenas que, também pressionados por outras frentes de expansão, invadem seus territórios.

Nimuendaju, (1948, p. 235), em sua viagem de 1896, foi o primeiro pesquisador a trazer informações mais detalhadas sobre os Xipaya, apesar de não os encontrar. De acordo com o autor, “os Xipaya são indígenas do rio Iri, sendo que parte da população estava ‘misturada’ com a população civilizada do rio e parte mantinha sua vida primitiva indígena, conquanto sejam mãos e já relativamente civilizados”.

Nimuendaju (1948) realizou uma expedição para a região por volta de dez anos depois (entre 1916 a 1919) e descreve as mesmas questões que Snethlage (1921), apontando, no entanto, um menor número de indígenas Xipaya, fato que ele interpreta como um erro de cálculo da autora e não como concepções distintas quanto ao ser indígena. Além disso, ele escolhe tratar em seu texto sobre a mitologia e língua Xipaya, vistos como fragmentos que, portanto, não corresponderiam mais a uma totalidade.

Neste período, não foram observados relatos; além disso, é neste momento que esta população deixa de ser vista como um povo organizado, devido aos deslocamentos compulsórios: pressão populacional tanto de indígenas, como os Mebengokre¹⁸ e Munduruku, quanto de não indígenas e donos de seringais.

Em decorrência do declínio do comércio da borracha, outras atividades econômicas se tornaram importantes, como a comercialização de pele de onça, gato do mato e outros animais. No entanto, com a Segunda Guerra Mundial, a extração da borracha volta a ser importante na região, período em que os “soldados da borracha” vão trabalhar nos seringais. Durante todo esse período, segundo Patrício (2000, p. 86),

a “população indígena incorporou-se pela prestação de serviços. Os homens serviam de pilotos de barcos e gateiros, extratores de castanha e do látex da seringa e do caucho, as mulheres como empregadas domésticas, lavadeiras, criadas de companhia, principalmente as mais jovens”.

A primeira pesquisadora a tratar dos Xipaya, após tê-los encontrado, é Emilia Snethlage. Sobre a viagem que realizou para o Médio Xingu em 1909, a autora descreve em dois textos a situação dos Xipaya em meio ao auge da exploração da borracha na região: A travessia entre o

¹⁸ Povo jê setentrional que habitam a bacia do rio Xingu.

Xingu e o Tapajoz (1913) e *Die Indianerstaemme am mittleren Xingú: Im besonderen die Chipaya und Curuaya* (1921). Os indígenas se encontravam realizando trocas com os colonos brasileiros e também estavam a serviço do coronel Ernesto Accioly¹⁹ nos seringais. Sob aspectos mais gerais, Snethlage descreve os Xipaya como “valentes” e “amigos dos civilizados enquanto estes últimos não os ofendem”.

Snethlage, (1921), ao tratar apenas dos indígenas no Médio Xingu, acrescenta informações sobre a mudanças ocorridas. Para a autora, nesse momento “apenas um grupo Xipaya permanece com costumes indígenas”, mas ela interpreta essa questão como uma “disputa interna e não como algo que pudesse realmente ser caracterizado enquanto puramente indígena”.

Quanto à relação interétnica, embora a aliança com os Juruna siga por esse momento (FARGETTI; RODRIGUES, 2008), a relação privilegiada nos relatos é a entre Xipayas e Kuruayas (Figura 7). O Senhor Manoelzinho Xipaya (Figura 8), por ser morador algum tempo na cidade, era o único que falava e compreendia bem o português e adotava o corte de cabelo curto e exercia um papel de destaque mediando as relações de trabalho entre os indígenas Xipaya e Kuruaya e o patrão do seringal (SNETHLAGE, 1913).

Manoelzinho Xipaya era o braço direito de Ernesto Accioly da Silva, coronel da borracha que dava apoio logístico para a expedição de Snethlage. Através do indígena, o coronel conseguia mão de obra para fabricação e condução de canoas, chamadas de “ubás”, que serviam como meio de transporte nos rios Iriri e Curuá, o que demandava destreza e conhecimento.

O indígena Manoelzinho é a figura do indígena que fez a transição da aldeia para o barracão, pois a naturalista via nele traços de “civilização”, como andar vestido, cortar os cabelos e falar português, características necessárias para que os povos indígenas deixassem seus costumes, considerados “bárbaros”, pelos não indígenas e ingressassem no “mundo dos brancos”, como afirma Oliveira (1972).

¹⁹ Representante da economia da borracha durante seu apogeu.

Figura 7 – Índios Xipáya e Kuruáya registrados por Snethlage às margens do rio Curuá, em 1909.



Fonte: Altamira e sua história. Umbuzeiro (2012, p. 382).

Figura 8 – Manoelzinho Xipaya entre os indígenas Xipaya e Kuruaya.



Fonte: A travessia entre o Xingu e o Tapajoz. Emília Snethlage (1913, p. 57).

Figura 9 – Rio Curuá perto da casa do indígena Manoelzinho Xipaya.



Fonte: FARIA, Eliane. Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia. Faria (2016, p. 185).

Ainda de acordo com os relatos da primeira viagem de Emília Snethlage, “os Xipaya como um todo estavam sendo retirados da parte “civilizada” do rio (Figura 9)” (SNETHLAGE, 1913, p. 59), sendo que apenas alguns indivíduos “serviam como tripulantes no serviço das canoas”. Sobre essa questão, ela ainda fez o seguinte relato: “Apenas o grupo sob proteção de Manoelzinho Xipaya está perdendo pouco a pouco os costumes e antes de tudo a língua originaes” (SNETHLAGE, 1913, p. 60). Todos os Kuruaya desse grupo falavam a língua Xipaya. Para além dessas relações de aliança, havia também um conflito entre esses grupos e indígenas conhecidos na região como Carajás e Kayapós.

Corrêa (2003), ao escrever sobre as diferenças na descrição do povo Xipaya entre os autores Nimuendaju e Snethlage, menciona a hipótese de que, “em virtude da formação inicial de Snethlage como ornitóloga, ela não estaria interessada somente em descrever aspectos dos costumes ou tradições indígenas, diferentemente de Nimuendaju”. É importante destacar que Nimuendaju, além de ter realizado um grande estudo comparativo sobre os povos indígenas no Médio Xingu (1948), também coletou vocabulários Xipaya e Kuruaya.

Observei que foi a partir dos anos 1970, em virtude dos movimentos indígenas e acordos internacionais que reconheciam juridicamente direitos de grupos étnicos, que se tem um importante marco destes processos: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), em que avanços ocorreram na relação entre o Estado nacional brasileiro e as populações indígenas que estão neste território. No entanto, muitas vezes a prática não corresponde a estes avanços legais.

Quanto à população Xipaya, foi também a partir dos anos 1970 que se iniciou um movimento centrado na figura e na família de Tereza Xipaia de Carvalho, de reunificação do grupo e luta pela conquista de seu antigo território.

“Os Xipaya de Carvalho deixam a cidade de Altamira e passam por diversos locais (todos na região do Médio Xingu), até o momento em que passam a residir em uma Terra Indígena Kayapó mais ao sul do Pará” (FUNAI, 2002, 2004, p. 31). Os relatos (FUNAI, 2002, PATRÍCIO, 2000) dão conta que um funcionário da FUNAI informou a estes Xipaya que havia uma Terra Indígena a eles reservada próxima ao rio Iriri (PREZIA, 2001, 2002). Em 1993, eles seguem para o rio Iriri. No entanto, a referida Terra Indígena era a Curuá, supostamente de ocupação de indígenas Xipaya e Kuruaya, o que não foi apontado pelos estudos.

Os Xipaya de Carvalho passam a habitar essa Terra Indígena (TI), relatando conflitos entre Xipaya e Kuruaya e a necessidade de uma terra própria, sendo que essa primeira tentativa de reivindicação de demarcação da Terra Indígena Xipaya se realizou com apoio do Conselho Indigenista Missionário. Apenas em 1999 há um novo pedido de demarcação de território Xipaya. “A Terra Indígena foi declarada em dezembro de 2006, sendo que o grupo se divide entre as aldeias Tukamã e Tukayá, e três pequenas comunidades dentro da TI, sendo elas, Nova Olinda, Remanso e São Geraldo” (PATRÍCIO, 2003, p. 42).

É importante frisar que durante algum tempo, dos anos de 1980 até meados da década de 1990, algumas fontes faziam referência com se fosse um só povo, que seria Xipaya Kuruaya. É apenas depois do começo dos estudos para a delimitação da Terra Indígena Xipaya que o povo começa a ser tratado de maneira distinta.

Diante desse contexto, nesse período e em consequência da colonização da região proposta pelo Estado, que possui a Transamazônica como importante marco, que diversos grupos indígenas (Araweté, Arara, Assurini, Parakanã, Kararaô e Xikrin) passam a ter relações mais próximas com a sociedade nacional e a ter maior atenção do Estado. É nesse período de urgência de atração e

pacificação de diversos grupos indígenas e de demarcação de Terras Indígenas, “em virtude da construção da Transamazônica e dos estudos para a construção de Kararaô, que os Xipaya começam a ser novamente descritos como indígenas, especificamente nos estudos realizados por antropólogos” (ANDRADE, 1988, p. 63). Conforme o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), 2012b, uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental (ISA), um interessante retrato desse momento é o fato de que “entre 1985 e 1986 uma das frentes de atração supõe que um grupo de indígenas isolados seria Xipaya, algo improvável dada a história de contato. Porém, mais tarde, constatou-se ser um grupo Arara”.

Em 1993, os Xipaya seguiram para o rio Iriri, e em 1995 houve a primeira solicitação na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela declaração da Terra Indígena Xipaya, com apoio do Conselho Indigenista Missionário. Este pedido foi refeito em 1999 e apenas em 2006 a Terra Indígena (TI) é declarada através da Portaria N° 2.362, de 15 de dezembro de 2006, “sendo que o grupo se divide dentro da TI, na qual parte está nas aldeias Tukamã e Tukayá, e parte vive em três pequenas comunidades dentro da TI, sendo elas, Nova Olinda, Remanso e São Geraldo” (PATRÍCIO, 2003, p. 04). No entanto, “mesmo com sua TI declarada, nem todos os membros do povo Xipaya vivem lá” (PATRÍCIO, 2000, p. 05), diferentemente do que acontece com alguns povos indígenas no Brasil, em que toda a população se encontra na TI.

Ressalto que é preciso entender que os processos que ocorriam na área do rio Iriri, onde fica a TI Xipaya, não estavam desvinculados dos processos que ocorriam no local onde mais tarde se formaria a sede de Altamira. Por este motivo, aborda-se a ida de indígenas Xipaya para cidade de Altamira.

Com o crescimento da cidade às margens do Igarapé Ambé, logo a antiga área da Missão Tauaquara foi incorporada, sendo esta área hoje o bairro Jardim Independente I e II, onde moram muitos indígenas Xipaya. Outro bairro que tem presença significativa de famílias Xipaya é o bairro Açaizal (PATRÍCIO, 2003), formado a partir de invasões durante os anos de 1980, decorrente de um processo de urbanização e especulação imobiliária que ocorreu em Altamira em virtude da abertura da Transamazônica, nos anos 1970. A Transamazônica afeta assim a população Xipaya, que vive na sede urbana de Altamira, no entanto não se relaciona com o processo identitário pelo qual essa população perpassa.

Quanto aos sujeitos em estudo na presente dissertação, defino os Xipaya como população indígena e população que chegou a ser considerada extinta, mas passou por um processo de

ressurgimento na década de 1970. Hoje, essa população tem seus próprios territórios, habitando três áreas distintas: (1) a Terra Indígena Xipaya; (2) bairros da sede urbana do município de Altamira, no Pará; e (3) comunidades ao longo da Volta Grande do rio Xingu.

A contextualização histórica relatada anteriormente e brevemente relatada a partir de agora, nos trará ao atual processo pelo qual esta população passa. Esta população habita diferentes territórios no Estado do Pará, mas para a análise pretendida aborda-se especificamente a população que vive em bairros da sede urbana do município de Altamira - PA. Tendo como base a história de deslocamentos da população Xipaya, busca-se espacializar os processos pelos quais ela passou e ainda hoje passa, sendo esta a migração compulsória de parte da população afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A continuidade da importância do território, formando um corredor com possíveis habitações para os Xipaya, refere-se a fontes de viajantes e pesquisadores que passaram pela região, como Karl Von den Steinen, Henri Coudreau, Emília Snethlage e Curt Nimuendaju. Finalmente para a compreensão dos processos atuais dos Xipaya citadinos, utilizo dados disponíveis no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), fontes bibliográficas e documentais.

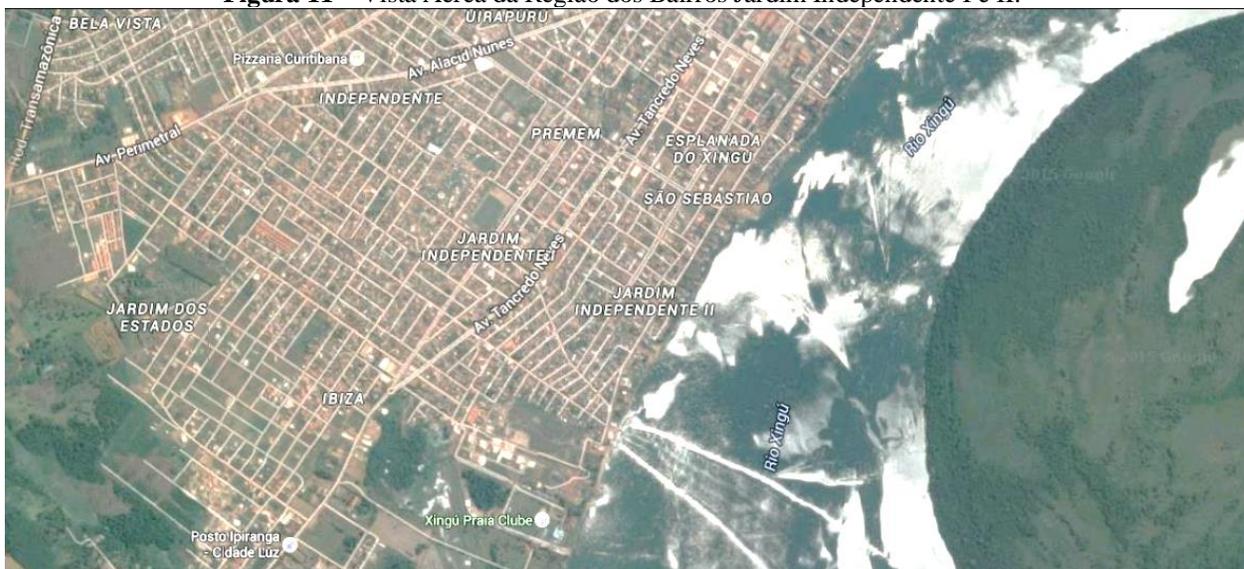
O povo Xipaya, pertencente à família linguística Juruna, do tronco tupi, tem sua população distribuída em três localidades do Pará: (1) parte desta se encontra em bairros da sede urbana de Altamira, sendo que o maior número está nos bairros Jardim Independente I e II (MAGALHÃES, 2008), antigamente chamado de São Sebastião; (2) outra parte está na Volta Grande do Xingu, área do médio curso do rio Xingu onde se planeja a construção da usina hidrelétrica Belo Monte; (3) por fim, outra parte da população habita a Terra Indígena Xipaya, no rio Iriri, que se encontra na Terra do Meio.

Os Xipaya estão passando por um processo de reorganização e esforços no reagrupamento, processo que conceitua de etnogênese e que não será objeto de nossa discussão, sendo que o território é de grande importância para este grupo como um todo, como será exposto mais adiante. Nimuendajú (1948 *apud* PATRÍCIO, 2003) levanta a hipótese de os Xipaya serem “oriundos das cabeceiras do rio Xingu, no entanto, devido à grande experiência com navegação fluvial chegaram até os afluentes dos rios Iriri e Curuá, sendo esta área considerada território ancestral por esta população”. Há relatos sobre os Xipaya desde o século XVII, sendo que um marco na documentação escrita é a ida do padre Roque Hunderfund para a região, onde lá ele iniciou a catequização de diversas populações, como Kuruaya, Juruna, Arara e Xipaya, e formou a missão

do rio Iriri em direção ao rio Xingu. Através do mapa, nota-se como a região era conhecida e ocupada pelos Xipaya, havendo uma circulação por toda a área onde hoje é o município de Altamira.

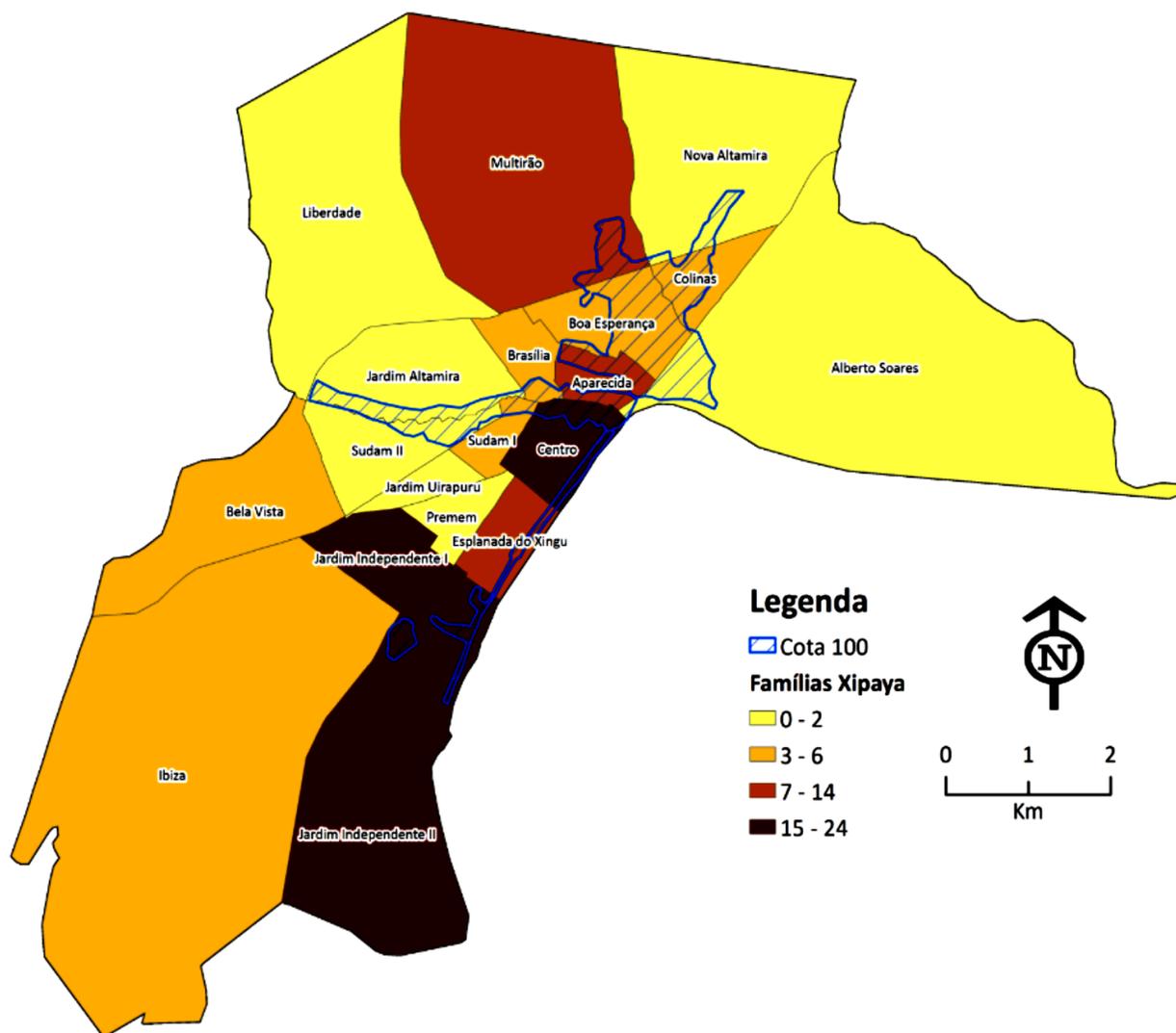
O local escolhido pelos Xipaya e outros povos indígenas da região para habitação na cidade de Altamira foi o da antiga aldeia-missão Tavaquara, próximo ao igarapé Pannels, hoje bairros Jardim Independente I e II (Figura 11). Ao localizarmos espacialmente a população Xipaya na cidade de Altamira (Figura 12 e Figura 13), levando em consideração a área alagada definitivamente pela formação do reservatório de Belo Monte, é possível ver como ela foi afetada. O povo xipaya aparece como o mais impactado pela construção da usina hidrelétrica em volume populacional (Figura 11).

Figura 11 – Vista Aérea da Região dos Bairros Jardim Independente I e II.



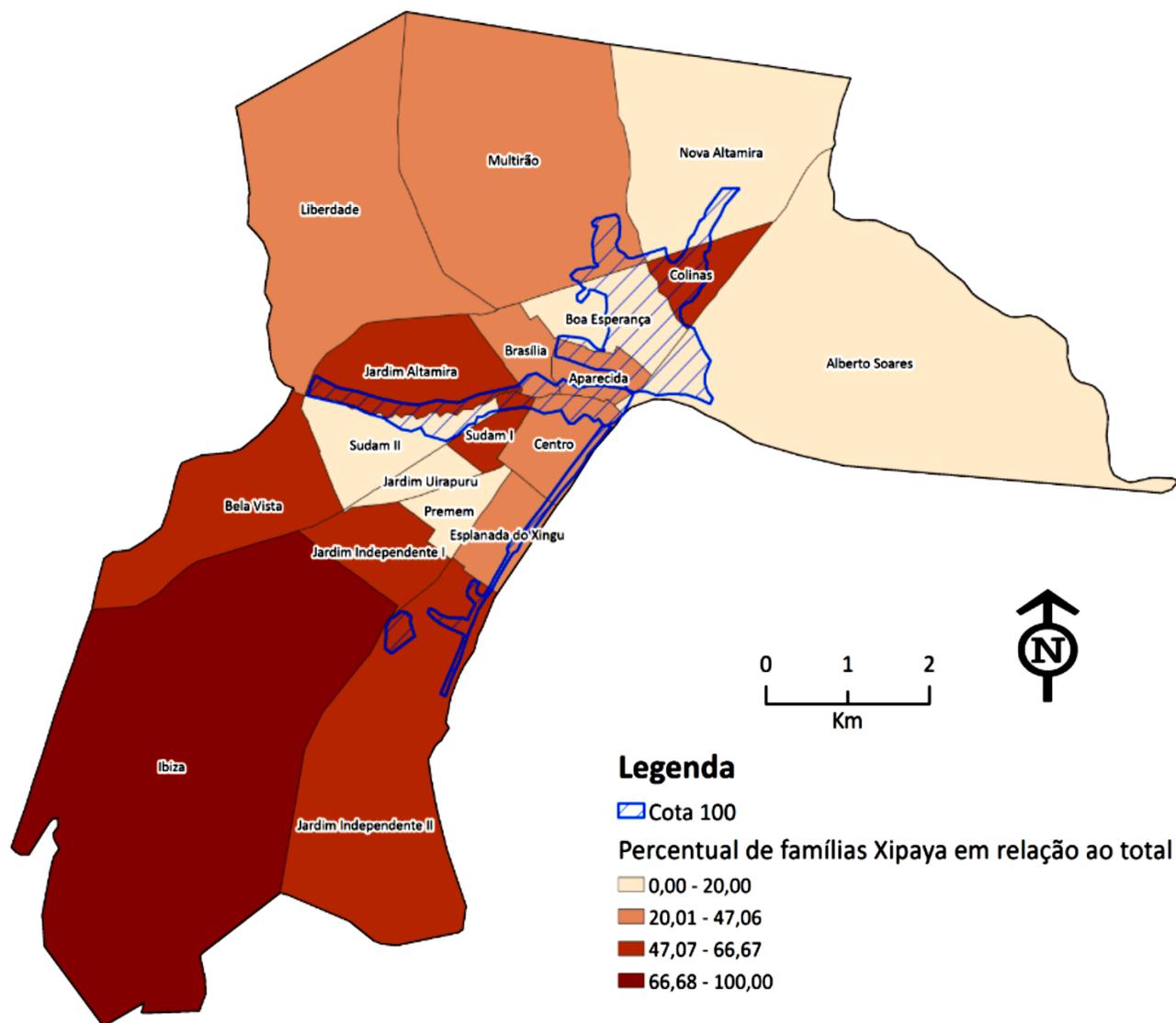
Fonte: Google Maps (2021).

Figura 12 – Mapa com famílias Xipaya por bairros da sede de Altamira.



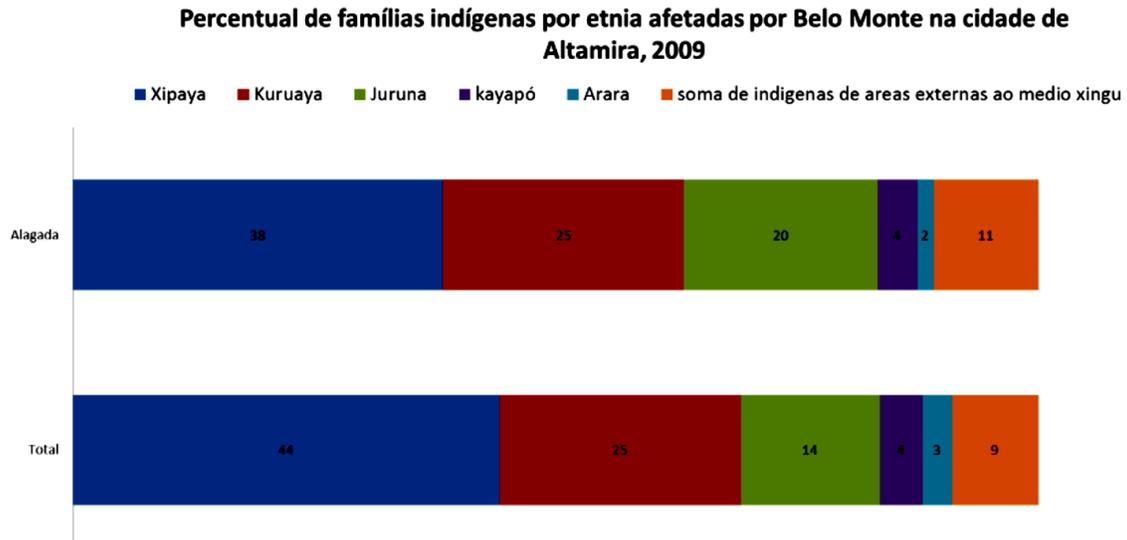
Fonte: ALESSANDRA, Simoni. Dissertação de Mestrado Demografia e identidade do povo Xipaya no médio rio Xingu, PA, (2013, p. 90).

Figura 13 – Mapa com o percentual de famílias Xipaya por bairros da sede de Altamira.



Fonte: ALESSANDRA, Simoni. Dissertação de Mestrado Demografia e identidade do povo Xipaya no médio rio Xingu, PA, (2013, p. 90).

Figura 14 – Percentual de famílias indígenas afetadas por Belo Monte, por etnia, na cidade de Altamira.



Fonte: ALESSANDRA, Simoni. Dissertação de Mestrado Demografia e identidade do povo Xipaya no médio rio Xingu, PA, (2013, p. 91).

Percebe-se com os dados disponíveis como Belo Monte afetou a população indígena - e consequentemente os Xipaya - que vive na cidade de Altamira. O projeto da usina hidrelétrica e sua construção já causaram e causam impactos relevantes, mas constitui paradoxalmente o cenário em que os indígenas citadinos puderam ser reconhecidos e se tornaram visíveis, tendo a possibilidade de garantir seus direitos. Esse movimento se dá, no entanto, em um contexto de deslocamento compulsório e de afronta a esses direitos.

Uma cruz contendo os nomes das etnias da região do Xingu (Figura 15) é considerada o marco da cidade, por isso foi colocada pelo movimento social indígena e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) após 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em fevereiro de 1989 em Altamira (Figura 16), protagonizado pelos povos indígenas, movimentos sociais e ambientais como resposta aos empreendimentos hidrelétricos no Xingu. O lugar da antiga Missão foi o escolhido para a fixação da cruz com as inscrições nominais das etnias do Xingu, como símbolo da presença e resistência indígena nas aldeias e nas cidades; mas, não há como negar que também representa a aliança novamente estabelecida com a Igreja Católica, agora contra os grandes empreendimentos que viriam a se instalar na região, como a UHE Belo Monte.

A cruz representa a luta indígena pela posse da terra, representada também pelas marcas das mãos, assim como a presença do CIMI no movimento indígena na luta pelos seus direitos (Figura 17). Desta maneira, a missão, apesar de ser temporalmente distante, é referenciada na

memória dos indígenas citadinos de Altamira, não apenas Xipaya, mas também Juruna, Kuruaya e Arara.

Figura 15 – Cruz colocada no Bairro Independente II, considerada o marco da cidade e detalhe da cruz com os nomes de todas as etnias indígenas da região do médio Xingu.



Fonte: FARIA, Eliane. Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, (2016, p. 147).

Figura 16 – Imagens do I ENCONTRO DOS POVOS INDÍGENAS, cidade de Altamira-Pará, 1989.





Fonte: PADINHA, Marcel. Tese de Doutorado Grandes objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Padinha (2017, p.178).

Figura 17 – Marcas de mãos simbolizando o pertencimento ao território.



Fonte: FARIA, Eliane. Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, (2016, p.148).

Com o estabelecimento da missão, há uma produção de documentos e relatórios por parte

de administradores locais, sejam eles missionários ou políticos. A descrição do povo Xipaya nesse período é basicamente de comparação em relação ao povo Juruna. O relato mais completo, apesar de pequeno, é o de Brusque (1863, p. 17). Nele, o autor descreve os Xipaya como:

um pequeno grupo (60 pessoas), que habitava quatro barracas em ilhas no Iriri e que obedeciam a um indivíduo, Uacumé, que ocuparia lugar de liderança no grupo. Sobre os costumes, os Xipaya teriam os mesmos dos Juruna, descritos no mesmo texto de maneira negativa, sendo povos muito parecidos quanto às “qualidades morais”, mas “mais indolentes e disformes”.

Nesse contexto, observam-se traços de organização, modos e costumes dos Xipaya determinados pelos mesmos dentro de seu pequeno grupo e liderados por um indivíduo, ao qual os demais deviam obediência.

Adentrando sobre a miscigenação, mais tarde, vê-se o Estado comportando-se com pleno vigor no sentido de recomendar e favorecer, nas palavras de Cunha (1987), os casamentos entre “brancos” e índios, numa conduta clara de impulso da miscigenação da população local, com vistas ao apoderamento do território amazônico e nacional pela supositícia raça branca.

Quanto ao casamento misto é agradável refletirmos que a promoção da política de estímulo a este tipo de matrimônio é uma das astúcias mais produtivas de cessar os indígenas da conjuntura nacional e, ao mesmo tempo, constitui-se num dos principais constituintes da linguagem da “aniquilamento” de alguns povos indígenas, como os Xipaya. Esse tipo de acordo conjugal também aparece no discurso das indígenas mais idosas como um componente relevante para o “desmemoramento” da língua, o que caracteriza que as atrocidades produzidas contra os povos indígenas não foi apenas corpulenta, de genocídios, como a que ocorreu no início da colonização e em algumas passagens do processo colonizador, mas foi, acima de tudo, violência cultural e simbólica, um verdadeiro etnocídio.

Os casamentos entre membros do grupo Xipaya e nordestinos, conhecidos como “soldados da borracha”, e a dispersão do grupo fez com que o Estado e sociedade nacional deixassem de perceber a população Xipaya como grupo.

Outro grande projeto desenvolvimentista que se mostra importante para compreender o processo de reorganização da população Xipaya é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que nos anos 1980 é chamada de Kararaô. É no contexto da primeira tentativa de barragem do rio Xingu que o padre Ângelo Pansa, vinculado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elabora um

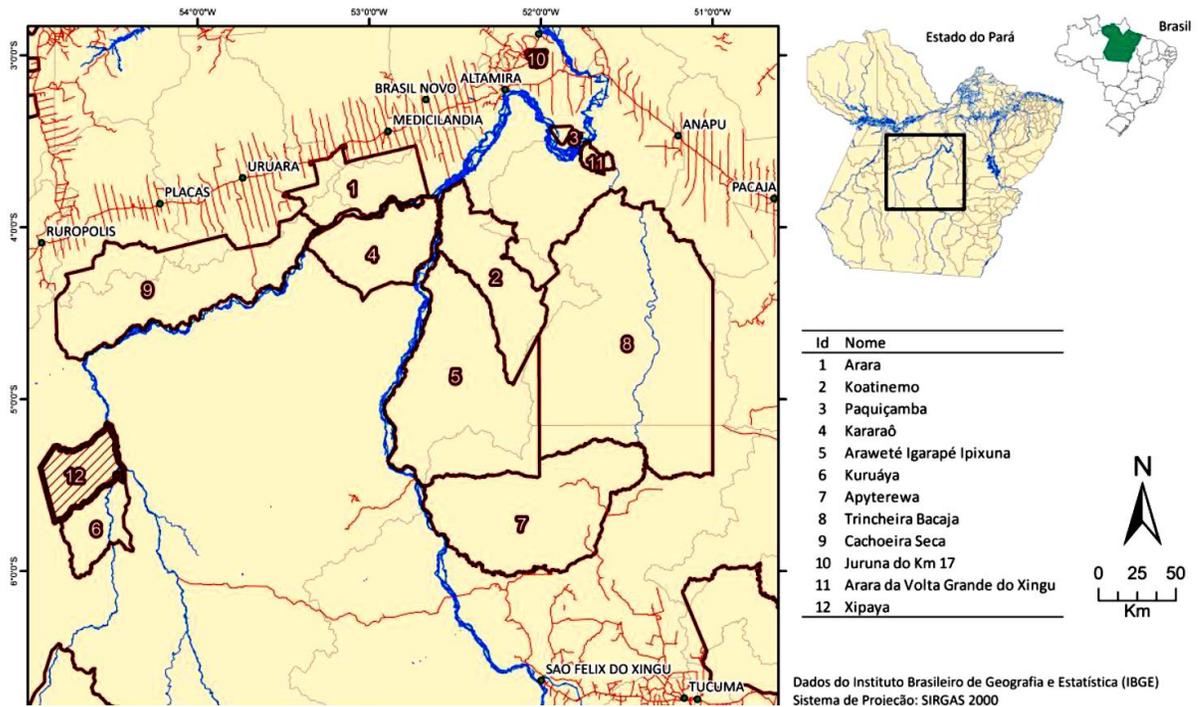
relatório chamando atenção à situação de violência vivida das populações indígenas na região, ainda que se tratasse de uma denúncia contra empresas mineradoras. Este é fato importante, pois é um dos primeiros documentos em que a população Xipaya volta a aparecer.

O reconhecimento da existência da população Xipaya se intensifica com a nova apresentação do projeto, agora com o nome de Belo Monte. Durante o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi levantada a necessidade de se fazer um estudo pormenorizado das populações indígenas da cidade de Altamira e da Volta Grande do Xingu, que incorporavam os Xipaya, assim como o estudo da Terra Indígena Xipaya, mostrando a relação entre estes grupos. Paradoxalmente, este é um fator relevante para o processo de reconhecimento do grupo Xipaya.

A busca pelo reconhecimento étnico dos Kuruaya e Xipaya foi fruto do movimento da cidade. Foi a partir da cidade que fizeram suas “viagens de volta”, no sentido usado por Oliveira Filho (1999a, p. 31), quando diz que: “viagem de volta não é um exercício nostálgico de retorno ao passado e desconectado do presente, mas no sentido que as viagens são consideradas como um fator importante na própria constituição destas sociedades”.

A população Xipaya é bastante expressiva na cidade e corresponde a 38,24% (EIA BELO MONTE, 2009) do total de indígenas que vivem na área urbana de Altamira. É importante ressaltar que, durante o processo de constituição da cidade, os indígenas que lá se encontravam não abandonaram a área do rio Iriri, onde atualmente é a Terra Indígena Xipaya. Ali havia uma constante migração, que persiste até os dias de hoje, mas por motivos diferentes: em um primeiro momento, esta migração ocorria, pois muitos indígenas trabalhavam nos seringais na Terra do Meio; hoje, há uma migração decorrente do estabelecimento de uma Terra Indígena na área, fato que ainda deve ser estudado de forma mais profunda.

Figura 18 – Terras Indígenas e Área Indígena no Médio Xingu, PA, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, p. 69.

A figura 18, acima, demonstra que algumas famílias Xipaya moram em comunidades na Volta Grande do Xingu, que recentemente entraram com um processo para reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Xipaya da Volta Grande do Xingu. Ainda não existem muitas informações sobre os processos de formação destas comunidades e as razões pelas quais as famílias Xipaya escolheram ali morar. Provavelmente, esta área corresponde também à ocupação da região em virtude da formação da missão Tauaquara.

Ao nos debruçarmos nas fontes, especificamente nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebemos que não há dados históricos quanto ao grupo étnico nos Censos Demográficos, pois apenas em 1991 a categoria indígena foi incorporada ao questionário da amostra, sendo que em 2000 houve um esforço para se obter maiores e melhores informações sobre os indígenas, valorizando a diversidade dos povos e culturas. Somente no Censo 2010 que perguntas sobre características dos povos indígenas foram incorporadas no questionário básico, além da categoria indígena, como questões sobre etnia e língua falada. Devo ressaltar que estes dados estão disponíveis apenas para grandes regiões, não havendo ainda informações do Censo 2010 sobre etnia para municípios.

Paradoxalmente, os dados mais completos sobre os Xipaya de Altamira e das comunidades ribeirinhas estão presentes no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte. Durante os estudos para implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, assim como agora, na fase de funcionamento, esta parcela da população Xipaya lutou por reconhecimento, o que se mostra claro no tomo sete dos estudos etnoecológicos, intitulado “Citadinos e Ribeirinhos da Volta Grande do Xingu”, e nos estudos complementares realizados nas Terras Indígenas Xipaya e Kuruaya. Apesar deste reconhecimento, achei relevante levantar uma crítica quanto à forma como estes dados foram coletados e dos conceitos utilizados para definição de pertencimento de um indivíduo a um grupo indígena. Segundo Corbisier e Serpa (2010, p. 23),

pesquisadores responsáveis pelos estudos entre os indígenas citadinos e ribeirinhos, lideranças e representações dessa população indígena foram reunidas e integradas à equipe de estudos para que a identificação das famílias indígenas na cidade de Altamira e em comunidades da Volta Grande do Xingu fosse possível. Ao mesmo tempo os entrevistados mais velhos, ou seja, os indígenas mais velhos nas localidades auxiliavam na “construção da genealogia das famílias. É interessante observar que a equipe indígena formada contava com seis indígenas, em que cinco eram Xipaya. O que torna os resultados obtidos no EIA particularmente interessantes já que indivíduos da população xipaya estiveram envolvidos na produção destes.

O povo Xipaya habita desde o início de sua história em um local de fronteira, que se define pela chegada de frentes de colonização, missões, frente seringalista, a busca pela borracha, abertura da Transamazônica e a construção e operacionalização da Usina Hidrelétrica de Belo Monte como marcos de desenvolvimento pretendido desde a década de 1970. Localizar espacialmente essas frentes e a interação da população Xipaya com elas é essencial.

Com o advento das construções desenvolvimentistas na região da Transamazônica, as populações indígenas do Médio Xingu são afetadas em diversos níveis e com consequências distintas. As populações que moravam na cidade de Altamira, especificamente às margens do Igarapé Pannels, sofreram com a pressão imobiliária e parte se deslocou para bairros do centro, próximo ao Igarapé Altamira. Conflitos surgiram e, no caso Xipaya, foram catalisadores de retorno à área do rio Iriri.

Ressaltamos que com a criação da Terra Indígena não há uma mudança de todo o grupo para aquela localidade, mas sim uma continuação da multilocalidade. Assim, uma constante migração que ocorria durante o ciclo da borracha entre áreas produtoras e de comercialização persiste até os dias de hoje, mas por motivos diferentes: em um primeiro momento, muitos

indígenas trabalhavam nos seringais na Terra do Meio, ao passo que hoje a migração decorre do estabelecimento de uma Terra Indígena nessa área, fato que deve ser estudado de forma mais profunda, para que se compreendam os processos decisórios de lá viver.

O grande projeto desenvolvimentista que se mostra mais importante para compreender o processo de reorganização da população Xipaya é a UHE Belo Monte. O reconhecimento da existência da população Xipaya, que teve início na década de 1980, se intensifica com a nova apresentação do projeto. Durante o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), foi levantada a necessidade de se fazer um estudo pormenorizado dos indígenas citadinos de Altamira e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu. Esses estudos incorporavam os Xipaya e, através deles, tornou-se clara a necessidade de inclusão na pesquisa a área do rio Iriri. Assim, a Terra Indígena Xipaya foi incorporada às Terras Indígenas afetadas pela UHE Belo Monte. Esses estudos, que visavam apenas determinar a população indígena que seria afetada pelo projeto, acabaram por mostrar a multilocalidade e relações existentes entre os diversos grupos Xipaya, se tornando, paradoxalmente, um fator importante para o processo de reconhecimento do grupo Xipaya.

Percebo que desta maneira, ainda que esses estudos carreguem uma concepção das populações afetadas como objetos, ainda assim é aqui que o povo Xipaya consegue se colocar como sujeito. Assim, o povo Xipaya reaparece como indígena enquanto população afetada por Kararaô (ELETRONORTE, 1988) e apenas posteriormente, no contexto de Belo Monte, sua trajetória e etnogênese são tratadas em bibliografias.

Ao longo desse período, diversos levantamentos foram realizados entre a população Xipaya, com destaque para a produção do CIMI e da atuação do antropólogo Antônio Carlos Magalhães (2008). Os primeiros estudos que poderiam ser compreendidos como uma pesquisa independente sobre o povo Xipaya foram os realizados por Carmem Rodrigues (FARGETTI; RODRIGUES, 2008) e por Marlinda Patrício (2000), sendo que esta estuda os Xipaya e Kuruaya no contexto de seu processo de etnogênese e aquela, a língua Xipaya, que não está extinta. Atinge-se, portanto, o ponto que completa a dinâmica do reconhecimento do povo Xipaya, em que ele é percebido e descrito como indígena tanto pelo governo, quanto por pesquisadores das ciências humanas.

Os Xipaya, arrastados à desordem desde os primeiros contatos até as contínuas ocorrências de confrontos, sofreram interposições em seus modos de vida, que não findaram, subsistindo na contemporaneidade. Os reflexos já são sentidos pelos mesmos em face das transformações nos

rios, na fauna e na flora, com intercessões diretas em seus modos de vida, os quais também alcançam seu universo simbólico.

Com base na Coletânea de Documentos da Terra Índigena Xipaya, de 2014, discorro a seguir, e brevemente, um Resumo do Relatório de Identificação desse povo.

2.2 Costumes e usos da terra pelos povos indígenas Xipaya.

Quanto à *habitação permanente*, de acordo com leituras bibliográficas, os critérios utilizados atualmente pelos Xipaya na formação e localização da aldeia e agrupamentos residenciais, se encontram em cinco razões principais: 1) proximidade do curso d'água, especificamente dos rios Curuá e Iriri; 2) proximidade por vínculo de parentesco; 3) afinidade no modo de vida cotidiano, que gira em torno das atividades de coleta, agricultura, caça e pesca; 4) locais onde existe a melhor terra para atividades agrícolas; e 5) luta pela reocupação de parte do território tradicional do povo Xipaya na região.

Quanto às *atividades produtivas*, desde os primeiros contatos dos Xipaya com segmentos da sociedade nacional, eles foram persuadidos a extrair e comercializar produtos da floresta (borracha, castanha-do-pará, peles etc.) e a se constituir mão de obra a serviço dos patrões seringalistas, em atividades ligadas ao conhecimento e domínio dos rios (barqueiros, pilotos, tripulantes e construtores de embarcações), para o abastecimento dos barracões (caçadores, pescadores e produtores agrícolas) e até em expedições punitivas contra outros índios (guias, “iscas”).

Na época da primeira fase do extrativismo da borracha, a localidade Entre-Rios, por sua localização estratégica na confluência do rio Curuá no rio Iriri, concentrou forte e prestigiado barracão, onde se aviavam e vendiam suas produções, tanto índios Xipaya e Kuruaya, como também os não índios envolvidos no mesmo sistema. Com a decadência da economia seringalista, tanto os índios da região, como os ribeirinhos não índios que permaneceram na região, se envolveram em outras atividades extrativistas (caça a felinos, para venda do couro – “pele de fantasia”; extração de castanha-do-pará; salgamento de carnes e peixes, para venda a regatões etc).

A atividade garimpeira aurífera na região, embora não ocorra na área aqui em estudo, começou a ter importância a partir dos anos 80 do século XX, e afeta a vida dos Xipaya, pela

existência de dragas que vasculham o fundo dos rios Curuá e Iriri, toldando suas águas, mudando o rumo e profundidade dos canais e poluindo seus leitos com mercúrio e dejetos jogados ao léu, e pela presença do garimpo do Madalena, na vizinha Terra Indígena Kuruaya.

Suas atividades cotidianas variam entre a agricultura, a caça, a pesca e a coleta. Atualmente, as atividades de extrativismo da castanha-do-pará e a agricultura são exercidas pelos Xipaya de forma sazonal. As atividades produtivas, como caçadas, pescarias, produção de farinha e confecção de artesanato são realizadas durante todo o ano, sendo mais intensificadas nos finais de semana, principalmente quando se tratam de caçadas e pescarias coletivas. As atividades de coleta e extração vegetal destinam-se basicamente ao atendimento de necessidades de alimentação, construção de casas, confecção de artigos da cultura material e medicamentos. Mas, também, objetivam a comercialização.

O comércio dos Xipaya está relacionado à atividade da coleta de castanha-do-pará, único produto razoavelmente rentável para os índios, mas outros produtos são comercializados por eles com menor frequência: peixes, aves, mudas de mogno, farinha de mandioca, milho, arroz e óleo de coco babaçu.

Os vales dos igarapés fornecem, entretanto, a maioria das frutas coletadas para consumo. Para a preparação de “vinhos” (suco), coletam frutas nativas, como *Euterpe oleracea* (açai), o *Oenocarpus bacaba* (bacaba), o *Oenocarpus bataua* (patauá), o *Theobroma grandiflorum* (cupuaçu), o *Hymenaea courbaril* (jatobá), o *Byrsonima crassifolia* (murici), o *Theobroma cacao* (cacau), a *Peritassa laevigata* (gulosa), o *Spondias mombin* (cajá). O uso de remédios caseiros preparados com substâncias retiradas de plantas da floresta é bastante comum entre os Xipaya.

As palhas do açai são usadas na cobertura das casas, como matéria-prima para artesanato e adubo. O tronco produz ripas e caibros para construções rurais, lenha e celulose. A madeira louro-vermelho²⁰ é extraída para a confecção de canoas, remos, arcos, flechas, mesas, cadeiras e camas. A incidência de tais madeiras ocorre por toda a área proposta. A madeira utilizada como combustível é extraída preferencialmente nos baixões dos igarapés. Aquelas utilizadas em construções, mobiliário, armamento e artesanato são encontradas em maior abundância nas chapadas e morros.

A agricultura é outra das principais atividades de subsistência dos Xipaya, sobressaindo o cultivo da mandioca brava, em sua maior parte para o feitiço da farinha. Além da mandioca, planta-

²⁰ Nome Científico: *Ocotea myriantha* (Meisn) Mez; Família: LAURACEAE.

se também milho, arroz, feijão, macaxeira, cará, batata-doce, inhame, abóbora e frutas do roçado, como melancia, banana, cana-de-açúcar, mamão e abacaxi. Para a implantação de roçados, os Xipaya utilizam geralmente áreas de capoeira situadas próximas das moradias. Os roçados são localizados no entorno da aldeia Tukamã e das localidades Remanso e São Geraldo. Plantam essencialmente para a alimentação do grupo familiar e também para garantir a ração de criações domésticas. A criação doméstica de patos e galinhas é considerada uma complementação da dieta Xipaya.

A pesca é praticada durante todo o ano para o próprio consumo em cada uma das comunidades Xipaya, mas é especialmente durante a estação seca (verão) que esta atividade se torna mais intensa, pela baixa do nível das águas, ficando estas mais tranquilas e claras, vindo a facilitar a captura dos peixes. Apesar de ser considerada uma atividade culturalmente masculina, há a participação das mulheres e crianças em alguns momentos. Quando os homens se ausentam de casa, são as mulheres que se responsabilizam pela procura do alimento, especialmente pescando.

A caça representa outro importante recurso alimentar da dieta Xipaya, considerada uma atividade essencialmente masculina, ora realizada coletivamente, ora individualmente. Esta atividade leva os índios a conhecerem os hábitos dos animais para melhor poder procurá-los ou esperá-los. Desse modo, sabem dos hábitos e costumes dos animais de cada espécie: se andam de dia ou de noite, de quais frutas gostam, onde costumam se esconder e descansar.

Quanto às *relações socioeconômica e culturais* com outros grupos indígenas e com sociedade regional envolvente, verifiquei que, a partir do movimento migratório Xipaya para as margens dos rios Curuá e Iriri, no começo do século XX, houve o encontro e o início de um convívio mais constante e sistemático deles com os Juruna, Arara e Kuruaya e também com os não índios que chegavam à região. Particularmente entre os Xipaya e os Kuruaya ocorreu a formação de fortes laços de parentesco, além da troca de conhecimentos culturais e linguísticos de um grupo para outro. Observa-se também que, outrora inimigos, Xipaya e Kayapó atualmente mantêm uma relação amistosa, ocorrendo esporadicamente visitas dos Xipaya aos Kayapó das Terras Indígenas Kayapó, Trincheira-Bacajá, Kararaô e Baú.

Em tratativas políticas que envolvem interesses de todos os grupos indígenas da região (Arara, Kayapó, Assurini, Araweté, Parakanã, Kararaô, Xikdrin, Juruna, Kuruaya), como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, os Xipaya têm participação ativa,

assim como já se fazem representar como unidade étnica diferenciada em atividades culturais regionais, como jogos indígenas organizados pelo governo do Estado do Pará. Também, é importante registrar a relação dos Xipaya com os ribeirinhos não índios, moradores próximos da Terra Indígena.

Quanto ao *meio ambiente*, os ecossistemas recebem dos Xipaya a seguinte classificação: terra firme (terrenos elevados e planos; referidos também como chapada, terra alta, terra plana e planície); mata cerrada ou cerrado (mata baixa e fechada); baixão do rio (mata periodicamente inundada nos vales dos rios e igapós); baixo de grotas (solos úmidos dos vales de igarapés e grotas); cabeceiras de grotas (ou chorador, onde mina água); e serras (terrenos montanhosos, pedregosos ou não).

Quanto à *reprodução física e cultural*, a recuperação da tradição perdida no tempo, com a consequente revitalização da cultura é, atualmente, um dos objetivos principais do povo Xipaya, concretamente iniciado com o retorno à terra imemorial e a reivindicação ao órgão indigenista oficial pela regularização de um território exclusivo. Em contribuição ao processo de reelaboração cultural, é importante mencionar o trabalho do etnólogo Curt Nimuendaju junto ao grupo Xipaya no alto do rio Curuá (Figura 13) nos anos de 1918 e 1919, quando recolheu um rico material, publicado em 1981 pela revista *Religião e Sociedade*, intitulado “Fragmentos de Religião e Tradição dos índios Sipaia”. O autor ressalta no material:

Apesar das já então desfavoráveis condições do grupo, tendo em vista o estado de sujeição dos mesmos aos padrões seringalistas; ao mesmo tempo em que sofriam múltiplas restrições ao exercício de sua religião e outros itens de seu sistema cultural, os Xipaya não haviam se tornado cristãos. (NIMUENDAJU, 1981, p. 23)

No trabalho, Nimuendaju registrou importantes mitos e práticas religiosas ainda em uso no cotidiano Xipaya. O mito da cobra grande, colhido por ele, demonstra como os Xipaya foram iniciados na atividade agrícola. Através dos mitos e história sobre a migração indígena, é confirmada a extensão do território histórico Xipaya e algumas áreas específicas habitadas por eles, dentre elas: São Francisco no baixo Iriri, região do baixo Curuá próximo à sua foz (onde atualmente é a Terra Indígena aqui delimitada), o morro Pelado no alto Curuá, a Ilha do Sobradinho (também dentro da atual área delimitada) e a região do alto Iriri. Sítios arqueológicos também são observados na área delimitada da Terra Indígena Xipaya.

Na própria aldeia Tukamã, com a abertura dos roçados são encontrados com relativa

facilidade machadinhas de pedra e inúmeros cacos de cerâmica de potes, tigelas e jarros, confeccionados por seus ancestrais que ali residiram. A língua Xipaya, que até muito recentemente era falada apenas por algumas poucas anciãs Xipaya moradoras em Altamira, hoje já está sendo falada por grande parte dos Xipaya de Carvalho de Tukamã e Remanso (inclusive crianças e alguns parceiros não índios casados com índias dali), devido ao interesse deles em conseguirem o concurso de um linguista da Missão Novas Tribos do Brasil, que vem se dedicando a recolher informações com as índias idosas de Altamira e ensiná-la àqueles que estão naquelas duas localidades dentro da Terra Indígena Xipaya.

Na área da saúde, observa-se também a continuidade de algumas práticas de cura anteriormente utilizadas pelos pajés tradicionais, como a defumação, a reza e a ingestão de medicamentos oriundos de plantas nativas da floresta. Atualmente, a maior parte dos indígenas dizem ser católicos, havendo frequentemente rezas na casa do Sr. Salvador e Maria Ceres Xipaya, na localidade São Geraldo, dirigidas pelo primeiro, haja vista que a Capela de São Sebastião, existente anteriormente na localidade Entre-Rios, foi derrubada pela empresa Rondon Projetos Ecológicos.

De acordo com a bibliografia e documentação histórica existente, é sabido que o grupo Xipaya nunca foi de grandes dimensões populacionais. Snethlge, em 1913, estimou a população Xipaya “em algumas centenas de índios”. E, como o próprio Nimuendaju comenta, tal estimativa poderia ser exagerada. Em 1918, Nimuendaju registrou apenas 80 Xipaya. Em meados da década de 1940, ele mesmo calculou existirem apenas uns “30, misturados com índios Kuruaya, no rio Curuá”. Alguns indígenas entrevistados pelo Grupo Técnico da Portaria nº 974/PRES/99 explicaram que, devido às epidemias de gripe e sarampo que assolaram os altos rios Iriri e Curuá, nas primeiras décadas do século XX, houve uma substancial queda populacional daquele povo. O Grupo Técnico constatou também que as mortes ocorridas na Terra Indígena Xipaya nos anos anteriores, ocorreram predominantemente na população infantil, causadas principalmente pela malária, infecção intestinal e febres.

Simoni e Dagnino (2016), utilizando informações de campo, de censos demográficos (IBGE, 2000 e 2010) e de levantamentos que visavam à identificação de indígenas na cidade, ligados aos estudos de viabilidade da construção de Belo Monte, tinham como objetivo compreender os movimentos e dinâmicas dessas populações com relação aos dados produzidos sobre elas. Como resultados, mostraram uma presença crescente no meio urbano, principalmente

das etnias Xipaya, Kuruaya e Juruna, que passaram por um processo de recuperação demográfica na cidade vinculada ao movimento político de articulação em torno de sua identidade étnica, sobretudo a partir dos anos de 1990. Além disso, apontaram as ameaças provocadas pela usina e por forças políticas que colocam esta população em risco.

Arnault (2016), em um recorte etnográfico, traz um estudo dos indígenas moradores da cidade de Altamira em face da construção de Belo Monte, acompanhando as experiências dos Xipaya e Kuruaya em seus bairros tradicionalmente ocupados (São Sebastião e Jardim Independente) e a situação destes por conta do alagamento diante da construção do reservatório da usina, o que reconfigurou as prioridades do movimento indígena na cidade. São expostas, também, a partir da experiência dos seus interlocutores, as consequências dos impactos da usina sobre essas populações.

No sentido de corroborar com esses estudos, no próximo capítulo analisarei como os Xipaya vivem no contexto de mais um novo grande projeto com seus múltiplos impactos e como estão se articulando em virtude de tais processos, através de narrativas e imagens expressas em face aos problemas que ocorreram, localizando os sentimentos, emoções e ações que sentiram e realizaram. Quanto ao processo pelo qual esse grupo, que tem uma singularidade própria e vivia na região da UHEBM, passou, entendemos que ele perdeu seu modo de vida e se autoproclamou como grupo étnico específico. Portanto, na sequência, serão expostas as sensibilidades a que os povos indígenas Xipaya estão submetidos.

CAPÍTULO 3 - POVOS XIPAYA: TERRITORIALIZAÇÕES, PERTENÇAS E LUTAS IDENTITÁRIAS

[...] *essa história primordial, dramática e algumas vezes inclusive trágica, deve ser não só conhecida, mas também continuamente rememorada (ELIADE, 1998).*

Todo processo de desterritorialização é seguido por uma reterritorialização²¹, porém a implicação da desterritorialização sofrida pelos povos indígenas em Altamira/PA envolve um conjunto de relações bem mais complicadas do que demonstra o aparente, em virtude de rupturas distintas e não apenas econômicas nas relações que perpassam pela subjetividade do território, de relações imateriais vividas e concebidas no espaço.

Com base em Nogueira (2002, p. 32), os mapas mentais se constituem:

em imagens espaciais construídas de lugares conhecidos direta ou indiretamente cujas representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido. Assim, os mapas mentais representam mais do que pontos de referência que facilitam a localização e a orientação espacial, mas contêm saberes sobre os lugares que só quem vivencia pode revelar os seus elementos subjetivos presentes no cotidiano.

Nesse sentido, a demonstração das sensibidades presente no cotidiano de indígenas desterritorializados, é logo abaixo manifestada na elaboração do mapa mental que, para um olhar despercebido sem pretensão analítica não passa de apenas de um desenho infantil, mas que, na realidade, se trata de manifestações do espaço percebido e vivido por crianças e adolescentes²² antes da desterritorialização. No artigo de Ronicleici Conceição, José Herrera e Gleiciely Carvalho, intitulado “A desterritorialização das crianças e dos adolescentes face à UHE Belo Monte: uma análise a partir dos RUC São Joaquim e Laranjeiras em Altamira-PA” (2019, p. 91, 92), onde foi solicitado às crianças e aos adolescentes que desenhassem em uma folha de papel A4 as relações cotidianas do antigo território que, a certo modo, reconstituísse um mapa mental, e o atual local de moradia.

3.1 As condições de vida dos povos indígenas Xipaya pós UHE Belo Monte.

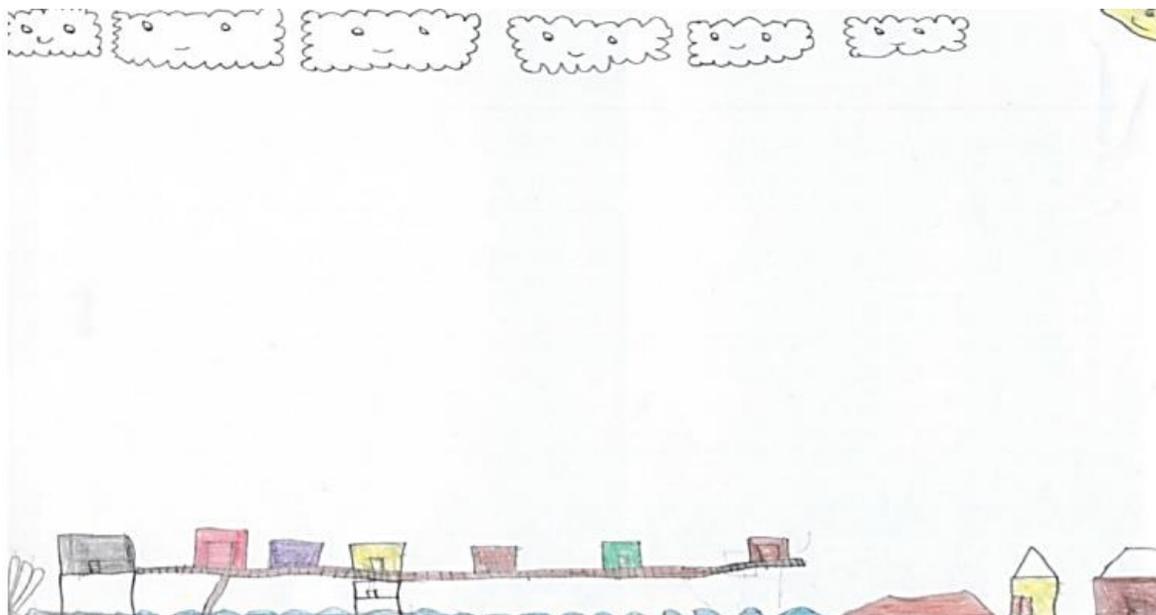
²¹A reterritorialização compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação. (<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366>, FUINI, Lucas, 2012, p. 227).

²² Não são crianças e adolescentes pertencentes aos povos indígenas Xipaya.

A Figura 19, foi produzida por uma criança de oito anos de idade, moradora do RUC São Joaquim onde percebo que a criança expressou a sua percepção de organização do espaço de convivência que antes era habitado por ela e sua família, onde mostra o território antigo e o contexto socioespacial. Com o desenho, a criança expõe em pormenores como eram as casas de palafitas, os seus vizinhos (que eram amigos e parentes) e como mantinham uma boa convivência. A criança ressalta através do rabisco quanto a estrutura em que a casa era construída, em palafitas, lugar não apropriado e seguro que em geral são em situações precárias condições de vida e sem o mínimo de saneamento, mas diante das condições financeiras dos genitores era o que lhes restava, o que não deixa de sentir saudades das relações imateriais vividas e concebidas no antigo território.

Na Figura 20, a mesma criança autora da Figura 19, expressa no desenho a forma de visualizar o novo território, bem como as relações sociais modificadas pelo processo de desterritorialização. Observa-se na Figura 20 um contexto socioespacial divergente do desenho da Figura 19. De forma resumida a criança manifesta o modelo unificado de ocupação no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) São Joaquim, o qual também pode ser encontrado nos demais reassentamentos da cidade, com casas análogas, mínimas arborizações e ruas pavimentadas, espaço paisagisticamente afável para se morar. Apesar disso, esse embelezamento paisagístico impresso a um olhar de uma criança faz camuflar a deficiência no cumprimento de algumas condicionantes.

Figura 19 – Antigo território da criança desterritorializada.



Fonte: Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes. Oliveira e Conceição (2016, p. 10).

Figura 20 – Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) São Joaquim: atual local de moradia.



Fonte: Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes. Oliveira e Conceição (2016, p. 20).

Em depoimento no artigo “A desterritorialização das crianças e dos adolescentes face à UHE Belo Monte: uma análise a partir dos RUC São Joaquim e Laranjeiras em Altamira-PA” (2019, p. 89), o entrevistado G, adolescente de 15 anos de idade, faz o seguinte relato: “[é] legal, mas ao mesmo tempo é chato, porque eu gostava de lá, porque era legal”. Observa-se que o sentimento de pertencimento e identidade com o antigo território é algo percebido de maneira muito relevante também entre as crianças e adolescentes, como é possível verificar na fala do

entrevistado G, morador do RUC São Joaquim.

Em tal premissa, as relações e percepções das mudanças espaço-temporais ficam evidenciadas na entrevista do adolescente ao dizer que gosta do atual local de moradia, mas que, às vezes, o considera “chato”, pelo fato de ter perdido a sua rede de sociabilidade familiar e comunitária. Ao ser questionado do porquê da antiga moradia ser “legal”, responde: “meus amigos, lá eu brincava, aqui eu não brinco”.

A percepção da criança sobre os impactos sociais ocasionados pelo processo de realocação “forçada” representa os sentimentos de identidade nas vivências sobre o território de origem e as relações de amizade e de convivência comunitária desconstituída pela dinâmica da desterritorialização que interfere diretamente nas oportunidades de materialização do direito ao lazer e ao brincar, assim como no desenvolvimento biopsicossocial²³ desses sujeitos.

Nessa perspectiva, é importante pensar o território para além da materialização das relações de poder capitalista. É necessário, também, considerar as subjetividades e os elementos de valor cultural e simbólico que se formam no território ao longo do tempo.

Os indígenas Xipaya, que migraram para a cidade de Altamira, oriundos dos rios Iriri e Curuá, se esforçam para resconstituir, um arremedo de suas aldeias na cidade. Em razão disso, é muito comum encontrar na fala dos interlocutores que Altamira é a aldeia deles. Porém, a especulação imobiliária, principalmente nos bairros próximos ao centro da cidade, impediu a reprodução do modo de vida indígena devido a construções de imóveis modernos e empreendimentos empresariais.

Grandes construções, como todo empreendimento de grande porte, geram impactos imediatos, a curtos, médios e longos prazos no meio ambiente e nas sociedades tradicionais, ultrapassando os limites de sua abrangência. No que se refere aos discursos para justificar esses efeitos, no caso das construções das hidrelétricas, predomina o de levar o desenvolvimento às regiões antes atrasadas. Para a construção da UHE Belo Monte ao longo do Rio Xingu, não foi diferente.

A migração dos povos indígenas Xipaya alterou drasticamente os modos de viver, e é preciso considerar que esses povos elaboraram expectativas, construindo significados para tais experiências e se confrontando com padrões historicamente estabelecidos pela sociedade perante aos indígenas citadinos. As mudanças que se processaram aos povos indígenas Xipaya impuseram

²³ Para melhor detalhamento do conceito, Piaget e Barbel (1969).

novas exigências, como a redefinição de um novo modo de vida, a reorganização e a reconstrução de um novo espaço geográfico.

Neste trabalho, parto da relação entre memória e história, e dos jogos de memória, sentimentos e esquecimento, que para os povos indígenas Xipaya, foram deixados para trás suas terras, suas plantações, suas formas tradicionais de viver, sem contar as lembranças e os sentimentos de perda muitas vezes adormecidos.

Dona Elizabete Xipaia (Figura 21), indígena e residente no bairro Independente II em Altamira, relata na Tese de Doutorado “Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia”, de Eliane da Silva Sousa Faria, que já havia ido ver a casa para a qual se mudaria no reassentamento. Sobre suas impressões a respeito do local, ela relata:

Já fui lá, eu não gostei, não vou mentir. Eu não vou achar bom lá, acostumada a morar aqui perto do rio, não tem como gostar. Lá a gente não tem como tomar banho no rio, porque ninguém vai tomar banho na água suja, eu gosto de tomar banho é em água limpa. Desde pequena eu ia pra beira aqui do Xingu era cedo. Quando não tinha esse muro aí, era tudo aberto, era muito bom (FARIA, Eliane, Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, 2016, p. 54)

Elizabete Xipaia se refere à invasão dos territórios indígenas no Bairro Independente II, realizada pela ação de grileiros que, com títulos falsos de terra, expulsaram os indígenas de seu território, e pelos comerciantes ricos da cidade, para se apoderarem dos territórios indígenas. No início da década de 1990, foram construídos muros e casas no bairro, fechando a área que dava acesso ao rio Xingu, impedindo que os indígenas tivessem acesso à orla do rio e, portanto, de realizarem atividades como pescar, lavar roupa, tomar banho etc.

Figura 21 – Elizabete Xipaia e seus netos em sua casa no RUC Laranjeiras.



Fonte: FARIA, Eliane. Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, (2016, p.159).

Percebe-se conflitos relacionados à invasão do território indígena por grileiros no bairro Independente II. De acordo com o Google Maps as casas dos Xipaya e dos Kuruaya do bairro Independente II ficam localizadas próximas ao rio Xingu. Segundo Elizabete Xipaia na Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, de Eliane da Silva Sousa Faria, 2016, p. 152, “eles [*indígenas*] sempre tiveram acesso ao rio para realizar suas atividades cotidianas: pescar, lavar roupa, tomar banho”. Elizabete Xipaia relata²⁴ que “no início de 2000, foram construídos muros e casas por ordem de um homem que, segundo ela, identificou-se como dono do terreno em frente ao rio”. Em consequência da construção houve o impedimento do livre acesso dos moradores do bairro Independente II aos locais onde realizavam atividades cotidianas importantes para a comunidade. Elizabete Xipaya diz:

o suposto dono do terreno não apresentou nenhum documento que comprove a posse do terreno. A gente não tem mais acesso a nada, essa área aqui era do meu pai. Eles [os grileiros] tomaram o terreno. Já botei na justiça dois processos que eu tenho aí e nada. E a parte da frente ele ainda vendeu pra Eletronorte. Eles acabaram com tudo aí. Não tem mais acesso pra nada aí. (Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, Eliane da Silva Sousa Faria, 2016, p. 152)

²⁴ FARIA, Eliane. Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, de Eliane da Silva Sousa Faria, 2016, p. 152.

A indígena Elizabete Xipayaya, continua sua fala relatando o que havia mudado na sua vida com a construção dos muros e casas:

Eu sinto assim, porque quando nós viemos para cá, aqui não tinha muita gente como tem agora. Aqui tudo era liberado para nós. Tudo. Tinha a casa do Dilton e a nossa aqui e a da Dona Valdina e da Dona Chica. Não existia casa não. Tocou fogo no capim e queimou tudo, ficou tudo queimado aí. Aí, depois disso daí, a gente se sentia à vontade porque não tinha muita gente, não tinha muito carro que passa toda hora. Na hora que a gente queria ir na beira do rio de tardizinha, a gente ia, tomava um banho, assava uma carne na beira do rio, agora nós não pode. Cercaram tudo, fecharam tudo aí (FARIA, Eliane, Tese de Doutorado Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, 2016, p. 42)

Entende-se que a indígena explica que os terrenos que pertenciam aos indígenas foram tomados por grileiros, pessoas que apareciam com título de propriedade e os expulsavam, e se mostra bastante indignada com a situação, pois um território que antes era deles foi tomado, e seus direitos não foram garantidos.

Diante do relato de Elizabete Xipayaya, nos faz refletirmos quanto à teoria do Perspectivismo Indígena de Eduardo Viveiros de Castro, onde o mesmo informa que:

O perspectivismo consiste num conceito formulado a partir de uma base etnográfica, que sintetiza as visões indígenas sobre as interações entre seres humanos e não humanos enquanto relações sociocosmológicas. No mundo existiriam diferentes classes de pessoas que concebem a realidade a partir de pontos de vista próprios, levando em conta sua forma corpórea. O mundo real das diferentes espécies depende de seus pontos de vista, porque o 'mundo' é composto das diferentes espécies, é o espaço abstrato de divergência entre elas enquanto pontos de vista: não há pontos de vista sobre as coisas – as coisas e os seres é que são pontos de vista. A questão aqui, portanto, não é saber como os macacos vêem o mundo, mas que mundo se exprime através dos macacos, de que mundo eles são o ponto de vista (Viveiros de Castro 2002b, p.384-385).

De fato, o argumento propõe que a realidade sensível está dada em cada perspectiva, ou melhor dizendo, que o mundo está implicado no ponto de vista. Afirmar as espécies viventes arrastam um mundo específico implicado em seus pontos de vista respectivos acaba deixando entender que, no limite, as relações intersubjetivas já estão previstas, ou que a assimetria de perceptos já está dada de antemão. Se todo ponto de vista arrasta consigo sua própria realidade sensível, os encontros entre pontos de vista seriam da ordem das relações relacionadas: o perspectivismo seria, assim, a atualização, em encontros reais, das assimetrias já virtualmente estabelecidas.

É possível observar a estreita relação que os indígenas mantêm com o rio e que deve ser reconhecida e compreendida como a base fundamental de suas culturas, vida espiritual,

integridade e sobrevivência econômica, pois para as comunidades indígenas, a relação com o rio não é meramente uma questão de sobrevivência alimentar, econômica, mas um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras. Depreendemos a interação da indígena com o ambiente, o rio como parte da vida indígena, um modo de viver que tem a natureza encarnada na vida, em que o rio revela a complexa relação de unidade entre territorialidade, alteridade, temporalidade, sustentabilidade e prática cultural de lazer.

Nilson Curuaia, indígena e morador do bairro Independente II, diz que “providências estavam sendo tomadas em relação ao muro e casas (Figura 22) erguidos no bairro e a ocupação ilegal dos terrenos indígenas”. Ele afirmou que “os indígenas não pretendem entrar em confronto direto pela posse do terreno e deixaram a encargo dos órgãos federais resolver a questão”. Segundo ele, “documentos e um abaixo assinado constando os nomes de todos os moradores do bairro, alegando que os terrenos invadidos são território indígena, foram encaminhados ao Ministério Público Federal, Polícia Federal e FUNAI”. Porém, nada foi resolvido.

Figura 22- Muro e casas construídos em frente à casa de indígenas, impedindo o acesso ao rio Xingu.



Fonte: FARIA, Eliane. Viagem Etno-histórica e Arqueológica ao Médio Xingu: Memória e História Indígena na Amazônia, 2016, p. 41.

Cabe destacar que em se tratando de lugar, o muro é o dispositivo espacial que representa mais claramente a identidade de um grupo, pois é a materialização dos limites reconhecidos. O

lugar antropológico, mais precisamente o lugar que interessa ao etnólogo, ou seja, o lugar no qual ocupa o indígena, tem a sua fronteira, mesmo que invisível, como o fechamento daquele mundo (AUGÉ, 2012). A organização espacial do lugar e seu reconhecimento como espaço consagrado perpassam pela demarcação de seus limites, que estabelecem universos distintos: o conhecido e o desconhecido; a natureza selvagem e a civilização; e, na atualidade, o público e o privado. Do ponto de vista sociológico, os muros são significados como “estruturas de paredes, podendo ser de vários tipos, com a função de separar o espaço e o sujeito, seja ele amigos, vizinhos e conflitantes (MARCHETI, 1969, p. 24). Desse modo, entende-se que o muro determina lugares de pertencimento, relações de forças que particulariza o gesto de divisão de territórios.

O muro, ao mesmo tempo que divide o espaço, significa-o em relação ao sujeito, com seu modo específico de discurso, língua, cultura e organização social. O muro delimita relações sociais, traçando linhas fronteiriças entre o espaço e o sujeito. Produz o efeito de pertencimento, mas também de exclusão. Discursivamente, divide o espaço em suas posições antagônicas, leis, religiões, culturas, línguas e poder vigente. O antagonismo circunscreve um confronto de posições e poderes distintos, de modo que as relações antagônicas se dão entre pertencer e não pertencer a determinado espaço. Isto individualiza o sujeito em seus sentidos permitidos e não permitidos. A individuação remete, necessariamente,

[...] ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma do sujeito histórico, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólica-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade (ORLANDI, 2012, p. 22).

Depreende-se que o sujeito tem uma forma distintiva de se dizer, de se colocar de produzir sentidos, modo de identificação que tem a ver com o processo de individualização. O espaço, ao ser dividido pelo muro, emerge o efeito do pertencimento e do proibido. Portanto, o sujeito tem uma forma distintiva de se dizer, de se colocar, de produzir sentidos, dada a sua forma-sujeito histórica.

Para Caldeira (2011, p. 231), “a construção de *ciudades de muros* é um emblema da segregação socioespacial em que a tradução das disputas se inscreve nas cercas como disparidades, divisões e distâncias, instituindo regras de exclusão”. O resultado desse emblema restringe o movimento, isola, distancia e, simbolicamente, encarcera aqueles considerados perigosos, naturalizando preconceitos sociais, raciais e dividindo o mundo de forma maniqueísta

entre o bem e o mal.

A luta pela preservação do território é uma constante na vida dos indígenas, visto que há uma eterna cobiça dos fazendeiros pelas suas terras, em sua maioria providas de água em abundância e solo fértil. Com os Xipaya não é diferente. Relatos dos viajantes e estudiosos revelam que esse povo mudou de localidade por diversas vezes, tentando se resguardar das lutas com fazendeiros, garimpeiros ou mesmo representantes do governo ou da igreja. A territorialidade constitui-se na forma como o povo indígena se comunica com as formas de vida que lhe rodeiam e estas relações consolidam a consciência de pertencimento a este lugar.

O capítulo ‘Dos Índios’ da Constituição Federal de 1988 é resultado de uma reação às políticas explícitas de “desindianização” e “emancipação” em curso durante o regime militar. E, junto das modificações na ordem internacional advindas da Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra em 1989 e promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004, estabelece os contornos do regime do indigenato atualmente em vigor no Brasil, segundo o qual: são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nessa mesma esteira, a Convenção sobre Diversidade Biológica²⁵, cujo texto foi firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e promulgada pelo Decreto 2.519/1998, dispõe sobre a obrigação de cada parte contratante de:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas [...] (BRASIL, art. 8, j, 1998, não paginado).

Nesta visão parte-se da premissa de que a relativização de valores e princípios constitucionais é admitida até o limite em que reste preservado o núcleo essencial do direito fundamental.

A construção da UHE Belo Monte afetou diretamente as condições de vida e, dentre eles,

²⁵ Tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção foi estabelecida durante a notória ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema.

os povos indígenas Xipaya, moradores de ilhas do Xingu que vivem majoritariamente da pesca e caça e da relação com o ambiente que tem como formas de vida, desenvolvimento econômico e manutenção e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões. Com a inundação de suas ilhas e ribeiras onde viviam antes, essas comunidades foram submetidas a novas condições de vida, o que tem comprometido a garantia de necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, atenção à saúde digna e eficiente, oportunidades de trabalho, espaços de cultura e lazer. Demandas que influenciam sua constituição como sujeitos de direitos.

Com isso, as ações mitigatórias com relação à construção de uma barragem deveriam, senão melhorar, ao menos manter igual o nível de vida dos atingidos e atingidas, mas foram inéptas frente aos impactos a que se destinavam, transformaram-se num mecanismo de repetições de atividades etnocidas que, até o advento da Constituição Federal de 1988, justificaram o aniquilamento dos povos indígenas e a sua inclusão forçada à cultura dominante.

O termo etnocídio deixa perfeitamente claro que o desrespeito aos direitos ali estabelecidos é uma grave ameaça à sobrevivência e autonomia socioculturais dos povos concernidos.

Pode-se considerar como ação etnocida, no que concerne às minorias étnicas situadas em território nacional, toda decisão política tomada à revelia das instâncias de formação de consenso próprias das coletividades afetadas por tal decisão, a qual acarrete mediata ou imediatamente a destruição do modo de vida das coletividades, ou constitua grave ameaça (ação com potencial etnocida) à continuidade desse modo de vida (Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro, de Eduardo Viveiros de Castro, 2016, p. 1).

Como amplamente citado, os índios parecem ter sido apagados da história de ocupação das terras em litígio. O pensamento de Eduardo Viveiros de Castro é ratificado pela análise científica de estudiosos críticos da construção de Belo Monte, como para Fearnside, que levanta as mesmas preocupações com o megaempreendimento afirmando que:

vários impactos biológicos e sociais são previstos com a redução dos níveis da água do rio Xingu no trecho abaixo da barragem principal, como problemas para a navegação e os efeitos sobre a floresta aluvial em toda a área afetada pelo rebaixamento do lençol freático, extinção local de espécies, escassez da pesca, aumento de pressão fundiária e de desmatamento, migração de não-índios, ocupação desordenada do território, proliferação de epidemias e diminuição da qualidade da água (FEARNSIDE, 2011, p. 5).

Ademais, chama atenção que, ao longo dos tempos, as sociedades têm passado por inúmeras transformações, resultantes do decurso histórico, que influenciam os aspectos constitutivos de

suas respectivas estruturas sociais. Os diferentes sujeitos históricos, inseridos no domínio das coletividades, apresentam demandas específicas que carecem de respostas por parte do Estado, requerendo ações interventivas relativas às suas necessidades de ordens distintas, como educação, saúde, moradia, trabalho.

A ordem constitucional inaugurada pela Carta de 1988 funda-se no pluralismo político e reconhece como patrimônio nacional as diversas formas de expressão e os modos de fazer, criar e viver dos povos indígenas Xipaya e variados grupos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Um todo não homogêneo, constituído num ‘pacto contramajoritário’, que preserva as exterioridades representadas por minorias étnicas, garantindo a sua reprodução.

Dada a magnitude dos impactos previstos e as condições da região, dos EIA se extrai a conclusão inequívoca de que, quanto ao povo indígena Xipaya, a UHE Belo Monte representa um acelerador do processo de fragmentação econômica, social e cultural em curso a uma velocidade incompatível com as estratégias de autorreação e de autoadaptação que vinham sendo experimentadas pelo grupo indígena Xipaya atingido pela hidrelétrica e removidos no ano de 2014 para região urbana de Alatomira/PA.

Com isso, o prognóstico do EIA é de que a UHE Belo Monte poderia gerar a completa desagregação do povo indígena afetado, com risco de supressão irreversível dos modos de vida e da transmissão dos conhecimentos tradicionais, caso não fosse fortalecida a capacidade de reação e de adaptação desse grupo, através de medidas mitigatórias efetivas destinadas a fortalecê-lo social, cultural e economicamente, a proteger os seus territórios e a garantir a atuação do Estado na região, em especial da FUNAI.

Dentre os segmentos presentes no amplo conjunto social, as comunidades indígenas caracterizam-se por sua especificidade e complexidade, não podendo ser definida em uma concepção determinada e única devido as diversas formas de se manifestarem nas áreas sociais, culturais, econômicas, dentre outras. Tais instabilidades e indeterminações promovem as vivências de experiências diferenciadas.

Neste contexto de vínculo a um território específico é que se produziu a transferência dos povos indígenas Xipaya das margens do rio Xingu, e é através do pertencimento ao território que podemos compreender a clivagem entre um antes e depois. A recondução das interações sociais dos Xipaya, da maneira como eram desenvolvidas – implicando o relacionamento com elementos de um meio específico – se encontra comprometida pelas diferenças entre organizações espaciais.

Assim, há uma necessidade de um novo olhar sobre a condição dos povos indígenas moradores de ilhas do Xingu, especificamente os Xipaya, que foram impactados com a idealização da UHE Belo Monte, focalizando suas expressões, anseios e principais necessidades. Compreender o contexto desse grupo significa também levantar suas principais questões e conhecer formas e estratégias, como o direito de participar ativamente da elaboração e da determinação dos programas de saúde, habitação e demais programas econômicos e sociais que lhes afetem, com o intuito de promover possibilidades de se vivenciar uma vida cidadã em contrapartida a um contexto de exclusão social.

3.2 As sensibilidades e resistências dos Xipaya.

Analisar as percepções dos povos indígenas sobre um processo contínuo de mudanças direcionado à sua realidade implica captar subjetividades diversas, compreendendo sensibilidades múltiplas. Desvelar um universo de valores e significados dos povos indígenas Xipaya impõe compreender as expressões como meio de alcançar suas necessidades e anseios, bem como seus estímulos e perspectivas.

Inicialmente, é necessário compreender a complexidade que envolve a mudança para um grupo que extraia recursos da região em que moram para sua sobrevivência. O processo de mudança expressou a existência de um processo contínuo de desestruturação, requerendo aos povos indígenas a flexibilidade para se adaptar a novas situações, e, por conseguinte, lançando-os diante de grandes desafios. Assim, os povos indígenas vivenciam o processo de sua reconstrução econômico-social. Nessa conjuntura, os impactos causados incluem,

efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens (FEARNSIDE, 2015, p. 10).

Compreende-se que analisar os impactos é avaliar a restrição de acesso a recursos para

reprodução ou continuidade do modo de vida, perda ou redução das fontes de emprego, renda ou meios de sustento. Dentro dessas condições, a tarefa de dar significação ao novo ambiente mobiliza então, novas habilidades e demanda uma transformação dos espaços, assim como das classificações e significações referentes ao ambiente anterior.

É necessário, portanto, um olhar sobre o espaço que não seja de superfície, mas de profundidade. Desta maneira, pode-se pensar em modos de espacialização diferentes, estabelecidos por sistemas culturais e sociais distintos, implicando em processos de objetivação e subjetivação específicos.

Cada vez que um povo volta os olhos para as suas origens ele encontra, em lugar de fatos documentados, registrando historicamente os acontecimentos importantes e significativos que construíram seu passado, as narrativas míticas e as lendas. As narrativas míticas são envoltas de elementos (naturais e/ou produzidos pela ação humana) e de práticas cotidianas rotineiras ou religiosas, que expressam peculiaridades geográficas de diferentes lugares. Segundo Claval (2011, p. 11):

Os homens não podem viver sem dar sentido àquilo que os cerca; a dimensão simbólica. Em diferentes contextos geográficos, há relatos de uma diversidade de narrativas míticas, que são alimentadas, recriadas e ressignificadas ao longo do tempo, por diferentes sujeitos sociais. Em algumas épocas e situações, a narrativa interessa a determinados grupos hegemônicos (políticos, econômicos), para manutenção ou ampliação do poder sobre o território. Em outras situações, a narrativa pode apresentar uma natureza contra-hegemônica. Por outro lado, mitos podem fazer apenas parte das práticas religiosas ou lúdico-festivas de diferentes segmentos societários. (CHAVAL, 2011, p.11)

Diante do exposto, essas narrativas formam a cultura de uma comunidade e podem ser a chave para as buscas do homem contemporâneo. Se as vivências que marcaram a gestação e a infância de uma pessoa são determinantes para sua conduta e mesmo para a felicidade na fase adulta, poder-se-ia afirmar, também, que o empreendimento na busca de conhecer as origens de uma sociedade é determinante para a sua compreensão no presente, e até mesmo para a aceitação de determinadas características coletivas e pessoais construídas ao longo do tempo.

Dardel (2011, p. 48) destaca que, “ao considerar que a terra é mãe de tudo que vive, entende-se que há laços de parentesco que une o homem a tudo que o cerca: árvores, animais, rochas”. O referido autor assevera que a montanha, a floresta e outros elementos fisiográficos não se constituem apenas em um quadro exterior. Essa abordagem fenomenológica se aplica às leituras de mundo de diversos povos indígenas de diferentes contextos geográficos. Deve-se destacar, no entanto, que esses grupos indígenas cultuam deuses que transitam do mundo espiritual para suas

realidades de circularidade cotidiana (matas, rios). Todavia, suas origens humanas estão relacionadas à terra.

As narrativas míticas, que mostram a origem do povo Xipaya juntamente com a origem do próprio rio, apresentam importantes reflexões ontológicas desse povo e seguem contadas pelos homens mais velhos às pessoas nas aldeias.

A referência mítica da existência compartilhada do povo Xipaya com o rio Xingu, especialmente na região da Volta Grande, é também a experiência histórica desse povo com o território. O povo Xipaya estabeleceu-se na região deslocando-se pelas ilhas, onde fixavam suas aldeias. Com a chegada dos não indígenas à região de Altamira, os Xipaya passaram por severos ataques visando ao deslocamento compulsório de seu território. O fio desses ataques envolve desde os massacres ocorridos em conflitos fundiários e pressões territoriais de fazendeiros até, mais recentemente, a batalha contra os graves efeitos da usina hidrelétrica UHE Belo Monte.

É possível observar através de documentários, entrevistas a jornais, relatórios e outras fontes que foram bases para a referida pesquisa que os indígenas expressam o temor de serem obrigados a estabelecer uma relação de dependência com as empresas responsáveis pela construção e operação da UHE Belo Monte. Os indígenas desprezam a situação de submissão que observam vigorar entre empresas e alguns povos indígenas impactados. Nas falas de uma liderança Xipaya: “Fui entrando no movimento, fui a reuniões e encontros, fui até Tucuruí ver a usina; e os indígenas que estavam lá, os Parakanã, hoje são governados pela Eletronorte.” A atual submissão dos Parakanã em relação à Eletronorte é também apresentada: “Na aldeia dos Parakanã, os índios estão todos comprados pela Eletronorte”.

Por outro lado, os indígenas acusam a existência organizada das empresas nas aldeias, que estendem agrados para lideranças mais idosas e assim criam divisões internas ao grupo, ocasionando discordâncias não desejadas entre parentes:

O maior impacto que eu acho também é que, às vezes, por exemplo, eu e ele, nós somos parentes, mas devido à empresa colocar tanta coisa na cabeça dele, ele vai e fica contra eu. Isso já acontece lá dentro da nossa aldeia, porque eles ficam indo lá e dando presentinho, só pra eles. Quando a gente vai falar contra, eles acham ruim. Ficam colocando os parentes uns contra os outros, até os parentes se confrontar” (MELLO, Cecília, Artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 133).

O erguimento da barragem, dos imensos canais por onde se contornará o rio e a instalação

da usina propriamente dita, criaram colisões a montante do barramento principal (onde se situa Altamira, que será inundada) e o refluxo deste barramento (a região da Volta Grande do Xingu, que sofrerá com a forte redução da vazão do rio). Assim, as consequências são de duas ordens: algumas áreas encherão e outras secarão, o que modificará completamente o regime de cheias e vazantes em torno do qual se organiza a vida dos povos da região.

Os impactos na pesca, por exemplo, base da renda e da dieta dos povos ribeirinhos e indígenas, são imprevisíveis. Os indígenas explicam que, com o rio permanentemente cheio a montante, dificilmente será possível capturar os peixes; e com o rio permanentemente seco a jusante, observar-se-á uma rápida escassez deste recurso vital: “Caso venha a barragem, uma parte vai secar, aí os peixes vão morrer; a parte que vai encher vai ficar muito funda, a gente não vai conseguir tirar o peixe de lá”²⁶.

Entre os Juruna da TI Paquiçamba, Xipaya e Arara da TI Arara da Volta Grande, a pesca e a agricultura são as bases de sustentação da vida da comunidade. Sem a fertilização natural das terras oriundas da dinâmica de cheias e vazante do rio, inviabiliza-se a agricultura. Destaca-se que entre os Juruna, o cultivo do cacau é a principal fonte de renda. Os indígenas que vivem fora das aldeias, na cidade de Altamira, também perdem uma importante fonte de renda com a inviabilização da pesca, que funciona como uma espécie de “amortecedor social” em conjunturas em que a renda cai. Segundo indígenas Xipaya, morador de Altamira:

A renda nossa é a pesca, a gente também mexe com agricultura, a gente tem um plano de plantio de cacau, é a renda maior que tá tendo, é o ouro aqui da região de Altamira. Dá ligeiro, 4-5 anos já tira a produção, dá para se sustentar e formar um filho seu. O peixe é para se sustentar mais no dia a dia. (MELLO, Cecília, Artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 133)

Se chegar a acabar a pesca, a gente tá *caçado*²⁷. Altamira hoje praticamente vive da pesca. Se você não tem trabalho, vai para o rio, tira 50-60 quilo de peixe e isso aí já lhe tirou do aperreio tanto como alimento como para vender e comprar um material de escola dos filhos, uma roupa, um calçado[...] (MELLO, Cecília, Artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 133 e 134)

A possível tradução em números da relação com a pesca pode ser percebida na Figura 23,

²⁶ Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Cecília Campello do Amaral Mello, 2013, p. 133.

²⁷ O mesmo que condenado.

logo abaixo, pela relevância para a renda e para a alimentação. Observa-se na figura que os chefes de famílias têm como fonte de renda principal a pescaria seguida para consumo próprio, seguida como momento de lazer e posteriormente para mais de um dos objetivos citados anteriormente. Ressalta-se que o item “Todas” representa os que utilizam a pesca para atividade comercial, alimentação e lazer. Assim, podemos observar na Figura 23 que a atividade de pesca tem uma representatividade maior para os povos indígenas como atividade comercial e complementação da renda e/ou consumo próprio.

Figura 23 – Objetivo da Pesca.



Fonte: Relatório de Cadastramento das Famílias Indígenas Realocadas . NORTE ENERGIA, 2011, p. 48.

Assim como a pesca, outros produtos alimentícios foram afetados, como as roças de mandioca, que começaram a desaparecer. As casas de farinha nem chegavam a ser construídas. Com a mudança dos hábitos alimentares em favor dos gêneros adquiridos na cidade, paradoxalmente a “desnutrição aumentou entre as crianças indígenas”, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira/Pará, 2012.

Uma preocupação destacada e visível pela fala dos indígenas foi a provável contaminação das águas do rio pela vegetação que será submersa pelo reservatório e entrará em decomposição. Algumas espécies são conhecidas pelos indígenas como tóxicas ou venenosas e podem levar à grande mortandade das espécies de peixes que vivem no rio. Nas palavras de uma liderança Xipaya:

Os índios do rio Bacajá, os Arara dos Maia, os Juruna, o Trincheira vai ficar numa situação muito difícil, porque vai secar. Eles vão passar fome, onde é que vão pescar? Como é que vão trazer o produto para vender? E para nós o rio já vai encher, nossa aldeia vai pro fundo totalmente. Todas as aldeias vão ser atingidas: até o Kikretum e Gorotira, duas aldeias dos índios Kayapó, porque vai ter gente indo pescar lá pra cima [...] (MELLO, Cecília, Artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 135).

Diante da informação, depreende-se que os indígenas expressam incertezas e desinformação sobre questões essenciais para sua vida, como sobre o que acontecerá com a seca do rio, que produto vão comercializar sem a pesca e quanto a aldeia ser alagada pelas águas do rio, pois com a redução de áreas de pesca, conseqüentemente interferem no modo de vida dessas populações que sobrevivem da atividade. Em face dessas transformações, identifica-se o comprometimento da atividade e da renda de centenas de pescadores que dependem diretamente do seu desenvolvimento.

Se a gente pergunta sobre a como vai ficar água, eles falam ‘isso aí a gente vai dar um jeito’, mas que jeito eles vão dar? A gente quer saber qual o tipo de jeito, mas não dizem claramente. A gente vai poder beber essa água? Hoje, a gente toma banho e vive em paz, acho que somos pessoas saudias, ninguém anda com dor, cheio de coceira, tomando remédio. Numa obra disso aí, usa muita química, bomba pra destruir pedra, tudo isso vai ser usado. E como é que vai ficar a água da gente? Como a gente vai fazer para tomar banho e para beber? (MELLO, Cecília, Artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 134).

É possível apreender de acordo com a fala acima que os indígenas apontam que as autoridades envolvidas na construção e implementação da UHE Belo Monte não reconhecem a qualidade de vida que tinham em suas aldeias e as conquistas em termos de infraestrutura que obtiveram ao longo dos anos. Segundo eles, essa dimensão de suas vidas não aparece nos estudos e nos discursos da Eletronorte, que os apresentam como “miseráveis”. Uma liderança Xipaya entrevistada por Cecília Mello, 2013, p. 135, faz a seguinte afirmação:

Eles nunca disseram ‘a gente vai dar outra aldeia para vocês em outro lugar com toda a estrutura que vocês têm aqui’. Eu quero saber: vai ter a estrutura que a gente tem lá hoje? Temos posto de saúde, auxiliar de enfermagem, escola, cada qual tem sua casa com banheiro dentro de casa, planta o feijão, o arroz, a mandioca para fazer a farinha. Tudo dentro da aldeia. Com a barragem, como é que a gente vai se estruturar de novo? Ou vão dar outra aldeia com toda essa estrutura? . (MELLO, Cecília, no artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 135)

Percebe-se que a liderança indígena chama a atenção para as diferentes fontes de riquezas que obtêm de suas terras e para a composição diversificada de sua renda, que lhes garante uma boa qualidade de vida, diferentemente da imagem de pobreza ou miséria comumente associadas aos grupos indígenas. Estruturas desconsideradas pelo EIA e pelos empreendedores da UHE Belo Monte, visto no decorrer desta pesquisa, nos capítulos anteriores.

Um item desconsiderado pelo EIA e pelos empreendedores da UHE Belo Monte é a questão dos impactos do projeto da usina quanto a saúde psíquica²⁸ dos indígenas atingidos, ou seja, os impactos na saúde mental em função das incertezas da população sobre o seu destino, conforme a seguinte fala de uma indígena Xipaya entrevistada por Cecília Mello, 2013, p. 137,

A gente tem aquela preocupação. Hoje eu vivo num bairro que alaga, o Açazal, é difícil morar ali, mas não tem outra opção, ali é nossa casa, nosso lazer, é tudo o que a gente tem, é lá onde eu construí a minha vida. Eu deito à noite e tenho essa preocupação. Não sei o que vai acontecer se essa barragem sair. Para onde eu vou? Porque eu não tenho uma terra, não tenho lote. Se até a minha aldeia vai para o fundo, eu vou para onde? (MELLO, Cecília, no artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 137).

Por meio da fala da indígena, percebemos que o lugar onde se mora ganha inúmeros sentidos mediante experiências vividas e expectativas e nessa perspectiva, um abrigo guarda, além de corpos, mentes carregadas de desejos e angústias, sonhos e felicidades, afetos e descaminhos. Cecília Mello, 2013, p. 140, destaca um problema completamente ignorado pelos EIA:

os limites temporais das indenizações. Se a quantificação dos danos materiais e imateriais a que foram submetidas comunidades inteiras é questionável, os indígenas trazem uma objeção a mais: como indenizar vidas ainda por vir? Essas vidas estão hoje alicerçadas em sua capacidade de reprodução sociomaterial na Terra Indígena onde vivem, mas quando esta é ameaçada de tornar-se inviável, agudiza-se a pertinência dos povos indígenas sobre o que deverá acontecer às gerações futuras. (MELLO, Cecília, no artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 140)

De acordo com a citação acima, a autora chama atenção para as gerações futuras, quanto ao desafio de adaptar-se à nova realidade para manter as condições básicas de reprodução física e cultural, agora sem os padrões de mobilidade espacial de seus antepassados.

Embora parte dos Juruna e parte dos Xipaya viva fora de suas aldeias, na cidade de Altamira, os Jurunas da cidade e Jurunas das Terras Indígenas (TIs) se veem enquanto um só

²⁸ Tema não discutido nesta dissertação.

grupo, assim como os Xipaya da cidade e da aldeia. São comuns as idas e vindas constantes entre cidade e aldeia; passam-se meses do ano ou períodos da vida em um e em outro lugar, mas conforme Cecília Mello, 2013, p. 142, a interrupção de um fluxo de um rio, que seria uma mobilidade com dimensão importante de sua organização social, afirma:

A barragem interrompe adicionalmente fluxos de trocas simbólica e material entre grupos sociais que serão apartados abruptamente por uma barreira artificial. Suspende-se assim as práticas cotidianas – visitas, comércio, transporte, lazer, práticas rituais e religiosas – que solidificam os laços de parentesco e amizade entre grupos que – mesmo habitando localidades diferentes – entendem-se enquanto unidade, como é o caso dos indígenas que vivem ora nas aldeias, ora nas cidades, ora nas áreas ribeirinhas. (MELLO, Cecília, no artigo Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, 2013, p. 142)

Há, portanto, um deslocamento dos povos indígenas, que não pode ser reduzida a uma divisão socioespacial simplista, opondo cidade e aldeia. Há uma continuidade estrutural entre esses espaços e essa continuidade é garantida materialmente pela navegabilidade do rio. Não é difícil prever o que acontecerá com esses laços se o meio por onde se tecem for cortado.

Quanto aos impactos na pesca e nível da água, João Xipaya faz o seguinte relato em entrevista para a Vistoria Interinstitucional realizada pelas equipes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado (DPE), em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Fundo de Populações das Nações Unidas (ONU), a Embaixada da União Européia no Brasil (EUR), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Ambientais Renováveis (IBAMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA):

Não é igual como era antigamente, não, o negócio do peixe aqui mudou, agora os peixes estão sofrendo para desovar nesse tempo, não está tendo mais piracema, e já era para estarem desovando e a água do rio está baixa. Piracema que a gente fala é o lugar que a bichinha subia para desovar. Aqui, às vezes, quando dá uma chuva forte elas ficam na boca do igarapé tentando subir porque agora é o único lugar. Não enche mais como enchia. O poço está bom de água, agora no inverno, né?, mas no verão também dá uma baixada boa. Em 2015, teve uma época aqui que nossos poços secaram tudo (Relatório de Vistoria Interinstitucional, Garantia da vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu, 2019, p.85 e 86).

Com a falta de peixes (Figura 24) e a baixa vazão do rio Xingu, os indígenas ficam isolados, pois não é possível navegar de barco, como também não há água potável e, mesmo morando ao

lado de uma estação gigante da hidrelétrica, muitas comunidades, ironicamente, permanecem no escuro – é um apagão recorrente, gerando revolta nos indígenas, como se pode observar no cartaz abaixo.

Na Figura 24 relata um desabafo de quanto a sobrevivência econômica e cultural dos indígenas dependem do rio, onde irrigam a terra para plantar e pescam o peixe para comer. O Rio Xingu oferece às famílias indígenas o principal alimento, o pescado. As águas do Xingu são as principais fontes de obtenção de alimento e geração de renda aos indígenas. Era fundamental [o rio] para a reprodução material e social dos povos indígenas, seja no modo de produção (a agricultura de vazante, a pesca artesanal, a pecuária), seja na manutenção de seus rituais e cultura (os encantados da água, a história do povo, as ruínas, os cemitérios, as pinturas, etc) e tornou-se proibido para a pesca em vários trechos pela empresa construtora da UHE Belo Monte e por um barramento para desviar parte do rio. Essas mudanças realizadas por conta da construtora acarretam transformações consideráveis na forma de vida econômica, social, política e cultural dos povos indígenas, sem deixar de mencionar a acessibilidade.

Figura 24 – Cartaz no escritório da ONG de proteção ambiental Xingu Vivo.



Fonte: Fotografia de Zoe Sullivan, 2017. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2017/02/brasil-desprovido-barragem-belo-monte-devastadora-as-culturas-indigenas>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Um encontro chamado “Amazônia Centro do Mundo”, ocorrido nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2019, reuniu lideranças da floresta, pensadores e cientistas da academia, representantes de movimentos sociais e jovens ativistas climáticos do Brasil e da Europa, dos movimentos Engajamundo, Extinction Rebellion e Fridays For Future, este último inspirado pela adolescente sueca Greta Thunberg, na cidade de Altamira-Pará. Estavam ali para se conhecerem e criarem uma aliança pela floresta. A reunião desses participantes não indica interesses na biodiversidade em questão.

Eliane Brum, escritora, repórter e documentarista, presente no encontro, informa:

Um dos momentos mais emocionantes aconteceu quando um agricultor da Volta Grande do Xingu, ecossistema que está sendo secado e destruído pela UHE Belo Monte e ameaçado também pela instalação da mineradora canadense Belo Sun, pediu, aos prantos, perdão aos indígenas por um dia ter ocupado terras que lhes pertenciam. Ao terminar seu discurso, um Kayapó colocou sua mão sobre a dele e, imediatamente, várias pessoas foram somando mãos. A cena tornou-se uma performance artística, não planejada, da aliança que ali estava sendo consumada. Antes de os fazendeiros e grileiros se retirarem, vencidos em sua tentativa de criar tumulto e silenciar as vozes, ocorreu o momento mais tenso do encontro. Surgiu também ali uma liderança que a sociedade brasileira — a que defende a vida, a democracia e a justiça — precisa se organizar para amparar. Seu nome, para recordar e proteger: Juma Xipaya²⁹. (<https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>, Eliane Brum, 27 de novembro de 2019, Acesso em: 24 de abril de 2021)

Figura 25 – Juma Xipaya no Encontro Amazônia Centro do Mundo, em 18 de novembro de 2019, em Altamira, e ao seu lado, Mitã Xipaya, jovem liderança indígena.



Fonte: Fotografia de Lilo Clareto. Coluna Eliane Brum. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>. Acesso em: 27 abr. 2021.

²⁹ Figura 25.

Estudante do curso medicina da Universidade Federal do Pará, campus Altamira, Juma Xipaya pertence a um povo que chegou a ser considerado extinto e precisou provar que tinha sobrevivido à tentativa de extermínio. Ela fez um discurso³⁰ contundente contra os que tentavam impedir a realização do evento. Um dos notórios grileiros presentes se descontrolou e colocou o dedo no seu peito. Perto dele, duas missionárias, que foram companheiras de Dorothy Stang, assassinada em 2005 por um grupo que ficou conhecido como “consórcio da morte”, rezavam. Eliane Brum disponibilizou em sua coluna Amazônia, no site <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>, no dia 27 de novembro de 2019, a explanação da jovem Juma Xipaya no Encontro Amazônica Centro do Mundo:

Meu nome é Juma Xipaya. Eu fico pensando o que vocês pensam quando muitas vezes se contrapõem aos nossos discursos, às nossas lutas. Parece que somos inimigos de vocês. Só quero lembrar vocês que, em momento algum, nós falamos que vocês são nossos inimigos ou que nós somos inimigos de vocês. Nós defendemos a vida, nós defendemos a floresta. E se vocês dizem que a Amazônia é do Brasil, por que vocês não estão lutando para defender a Amazônia?

Toda essa produção e esse desenvolvimento que vocês pensam são para os brasileiros ou é para o estrangeiro? Então que discurso é este que vocês pregam que a Amazônia é do Brasil, sendo que vocês não sabem a importância do que a Amazônia significa pra nós, vocês não sabem o valor da Amazônia? Vocês não são dignos para dizer isso. Sabem por quê? Vocês não sabem o que é perder um filho, vocês não sabem o que é ter as casas invadidas, vocês não sabem o que é ser expulso de terras. Respeite, respeite, respeite. Respeite a minha fala.

Vocês devem nos ouvir. Vocês invadem as nossas terras, vocês entregam o nosso minério, vocês acabam com a nossa vida, e não querem ouvir a nossa voz. Respeitem. Respeitem a Amazônia, respeitem os nossos povos que morrem todos os dias, que têm mulheres todos os dias violentadas, que têm indígenas com mãos decepadas por defenderem as suas terras. Nós defendemos o Brasil. Nós defendemos a Amazônia com nossa própria vida há séculos!

O dever de defender a Amazônia não é só porque nós, indígenas, moramos nas nossas terras. O mundo tem o dever, tem a obrigação de defender a Amazônia, porque é daqui que tiram todas as nossas riquezas e deixam somente as mazelas, as doenças, as tristezas, os conflitos.

Desrespeito é vocês virem aqui gritar, interromper a nossa fala. Se estão aqui para dialogar, então respeitem cada um. Não agridam, não cometam violência, porque eu não estou aqui agredindo vocês. Eu estou defendendo nossos direitos, o direito de existência, o direito de indígenas. Nós também somos donos, até muito mais do que vocês. O Xingu, a Amazônia, todos os seres que vocês não conseguem ver nem respeitar, sabem por quê? Porque vocês não são ligados à terra, vocês não sabem como é a conexão com a mãe natureza. Porque qual é o filho que luta para desmatar e para matar a sua mãe?

Que filhos são vocês? Que brasileiros são vocês? Eu tenho dó. Não de vocês. Eu tenho dó das futuras gerações. Dos filhos e netos de vocês. Vocês não têm o direito de acabar com a nossa futura geração. A Amazônia e o Brasil não são só de vocês. São também nossos.

³⁰ <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>

No mínimo, vocês têm que ter respeito e aprender a conviver. (<https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>, Eliane Brum, 27 de novembro de 2019, Acesso em: 24 de abril de 2021)

É importante destacar no discurso de Juma Xipaya a preocupação quanto às futuras gerações indígenas. A fala traz uma reflexão a um novo olhar para o futuro, potencialmente possível e alentador. Temo que Belo Monte, ao descumprir condicionantes, possa ter proporcionado o início de um processo de esfacelamento da cultura indígena no Xingu, um extermínio de etnias inteiras, a ocupação de suas reservas e a contaminação do rio.

Um desafio quanto à continuidade da reafirmação da identidade, a defesa aos direitos de seus territórios, ar, água, árvores, não são apenas detalhes na vida dos povos indígenas, mas sim um momento profundo em suas histórias milenares e um monumento de conquista e vitória que se introduz e marca a reviravolta na história traçada pelos colonizadores europeus, isto é, uma revolução de fato na própria história do Brasil.

Juma nasceu em 1991, na aldeia Tukamã, uma pequena comunidade Xipaya à beira do Rio Iriri, a cerca de 400 quilômetros a oeste de Altamira. Ainda adolescente, se envolveu com a resistência à construção de Belo Monte: antes de completar 18 anos, juntou-se ao crescente movimento Xingu Forever, que lutava pelos direitos dos indígenas impactados pela usina. Foi sua jovem força combativa que levou os moradores de Tukamã, em 2015, a nomearem Juma cacica da aldeia — aos 24 anos, ela se tornou a primeira mulher a liderar uma comunidade Xipaya.

Segundo Peter Speetjens, 2020³¹, “o cargo lhe deu ainda mais força para esquadrihar os diversos planos apresentados pela Norte Energia, o consórcio de empresas responsável pela construção e operação de Belo Monte”. Certa de que muitos dos direitos indígenas estavam sendo violados e vendo muitas demandas sendo ignoradas, Juma procurou se reunir com outras lideranças na busca de uma solução comum.

É triste dizer, mas nunca houve um movimento indígena unido contra Belo Monte. Desde o início, a Norte Energia focou na divisão. E conseguiu. Muitos líderes [indígenas] receberam carros e barcos e se esqueceram de outras coisas, como saúde e educação. Com os carros, eles podiam ir à cidade [de Altamira] para beber e festejar. Acredito que este foi o primeiro passo em um processo deliberado de destruição de nossa cultura. (<https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>, Peter Speetjens, em 21 julho 2020, Acesso em 27 de abril de 2021)

³¹ <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>

Em uma entrevista cedida em 2020, ao site Mongabay³², especializado em notícias ambientais, Juma Xipaya declara ser íntima do perigo desde que se tornou uma das principais vozes indígenas contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Foram muitas ameaças de morte a partir de então, inclusive uma tentativa de assassinato à qual por pouco não escapou, o que se confirma na seguinte fala de Juma Xipaya: “Hoje só ando algumas centenas de metros, entre a minha casa e a universidade. E nunca ando sozinha. Quase não tenho uma vida social. Só quando eu volto para a minha aldeia”.

Ela (Juma Xipaya) ainda relata na mesma entrevista que dois homens armados em uma caminhonete branca começaram a aparecer nos lugares em que ela frequentava. Juma Xipaya apresentou queixa, mas a polícia disse que não havia muito o que fazer sem provas e que não tinham fundos para oferecer proteção. No início, o carro ficava parado na frente de sua casa, depois na entrada da universidade onde ela estudava. “Eu estava com medo, é claro, mas tentei não me sentir intimidada”. Juma, lembra:

Um dia saí da casa da minha tia em Altamira. Eu estava grávida de cinco meses e tinha dois primos e quatro crianças no carro. Chovia muito, então eu dirigi devagar. De repente, a caminhonete branca me bateu de lado. Rolamos três vezes. Foi um milagre não perder meu filho e nenhum de nós ficar gravemente ferido. (<https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>, Peter Speetjens em 21 julho 2020).

Juma relata na entrevista ao site que depois que seu filho nasceu, em junho de 2018, decidiu abandonar sua posição como cacica e voltar à universidade, mas uma semana após o início das aulas, a picape branca voltou a aparecer, dessa vez em frente à universidade. Juma relembra:

Naquele dia, eu estava no laboratório do outro lado do prédio. Alguns estudantes me avisaram e eu saí pela porta dos fundos. Na segunda semana, meu filho ficou doente e eu o levei a um médico. No meio do caminho, a caminhonete apareceu e me seguiu por todo o caminho. Mais uma vez, fui à polícia, mas novamente eles disseram que não podiam fazer nada. (<https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>, Peter Speetjens em 21 julho 2020).

Peter Speetjens, 2020³³, informa que devido a várias ameaças, Juma Xipaya decidiu pedir ajuda a Raoni, cacique do povo Kayapó, que entrou em contato com uma Organização Internacional de Direitos Indígenas. Como resultado, Juma passou alguns meses na Suíça e

³² <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>

³³ <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>, Peter Speetjens em 21 julho 2020

apresentou queixa às Nações Unidas. No entanto, a única solução que lhe ofereceram foi a possibilidade de permanecer lá na condição de refugiada, mas logo retornou e afirmou na entrevista ao Peter Speetjens: “Minha terra está aqui, minha floresta está aqui, minha família está aqui. Cortar a corda me mataria. Além disso, não quero fugir. Eu não fiz nada errado. Eles fizeram. Se for preciso, prefiro morrer aqui. Com dignidade. Então voltei”.

Desde seu retorno a Altamira, Juma mantinha a cabeça baixa, sem fazer alarde. Com a conferência de novembro de 2019 e sua fala direcionada aos ruralistas, mostrou a cara novamente. O resultado: mais uma semana de observação hipervigilante da picape branca. Mesmo afastada da linha de frente contra a corrupção, o medo, diz ela a Peter Speetjens³⁴: “Passei minha vida lutando pelos outros. Hoje sou mãe. Sou estudante. E tenho certeza: não quero ser a próxima Dorothy Stang³⁵”.

Durante o levantamento de fontes, foi encontrada uma nota de solidariedade no site do FUNDO DEMA, um fundo fiduciário criado em 2003, que apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”, informando e manifestando solidariedade a Juma Xipaya, que no dia 20 de abril de 2021 teve sua residência invadida. Na ocasião, levaram caixas com documentos importantes contendo provas de denúncias feitas, desde 2007, contra Belo Monte, contra garimpeiros, madeireiros, também casos de assédio sexual e de negligência com a saúde indígena na região.

A história do povos indígenas na Amazônia é marcada por atos, manifestos, encontros, seminários, cartas de repúdio, movimentos, decisões jurídicas, processos, nos quais citamos alguns: A Era dos direitos e da luta política iniciou-se com a Constituição de 1988, com Artigo 231, um símbolo de avanço; Em fevereiro de 1989 ocorreu o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em Altamira; O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), elabora, um documento intitulado SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia; a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho

³⁴ <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-quer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>, Peter Speetjens em 21 julho 2020

³⁵ Dorothy Stang foi missionária na Amazônia. Defensora dos direitos humanos, apoiava a reforma agrária e a luta dos trabalhadores do campo, administrando conflitos pela posse e exploração de terras. Foi assassinada em 2005, em um crime encomendado por fazendeiros da região.

Indigenista Missionário (CIMI) enviam carta ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que houvesse uma discussão exemplar e a construção de um consenso com a sociedade local; Encontro das Comunidades da Volta Grande do Rio Xingu, onde os participantes produzem carta com diversos pedidos às autoridades que estudam e discutem sobre o setor elétrico brasileiro; demarcação e homologação T.I. Xipaya, habitada pelos Xipaya; o encontro Amazônia Centro do Mundo, realizado em Altamira, entre outros realizados com abrangência local.

O mais atual protesto em frente a Câmara dos Deputados, em Brasília, com a participação de 500 a 850 indígenas, marca a mais nova luta dos Xipaya e de outros povos indígenas, pelo veto do PL 490, texto que prevê alterações nas regras de demarcação de terras indígenas e cria um “marco temporal” (só serão consideradas terras indígenas os lugares ocupados por eles até o dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição). Esta é uma descaracterização do Art. 231, da atual política indigenista. A tese do “marco temporal” exclui todo o processo histórico do Brasil, de expulsões violentas das terras.

A Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) produziu uma nota técnica em que analisa o Projeto de Lei (PL) 490/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados. Na avaliação da Assessoria Jurídica do Cimi, a própria forma do PL 490 é inconstitucional, pois a Constituição Federal não pode ser modificada por um projeto de lei. “Desconsiderar o esbulho violento e os vícios nos processos de demarcação anteriores a 1988, bem como não levar em consideração as diretrizes constitucionais e técnicas para a efetivação da demarcação é violar o direito fundamental indígena à terra”, destaca a nota técnica.

Quanto às diretrizes gerais das políticas habitacionais, contudo, continuam a cargo do governo federal. Tomando o direito à moradia como um de seus princípios, a Política Nacional de Habitação foi aprovada em 2004 pelo Conselho das Cidades, com o objetivo de promover condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos populacionais, com especial atenção à população de baixa renda (BONDUKI; ROSSETO; GHIRALDI, 2009, p. 31). Seus princípios – direito social à moradia, função social da propriedade urbana, questão habitacional como política de Estado, gestão democrática e participativa, articulação à política urbana e integração desta às demais políticas sociais e ambientais – pautam as Políticas Locais de Habitação por Interesse Social (PLHIS), elaboradas e implementadas em nível municipal.

Para as PLHIS, estão previstos mecanismos de participação popular como assegurar a

participação nas etapas de formulação, decisão e controle da execução da política habitacional, com canais permanentes de geração e circulação de informações – por exemplo, sobre o risco que as populações correm, nos casos de determinados assentamentos precários – e de negociação e construção de projetos coletivos (DENADI; REGINO, 2009).

Como lembra Ingold (2000, p. 20), “assim como não pode existir um organismo sem ambiente, também não pode existir ambiente sem um organismo”. O meio em que os homens vivem é o mundo tal qual existe, e toma significado para os agentes, aquele se desenvolvendo em simultaneidade com o desenvolvimento destes. Assim, recursos adquiridos no ambiente do rio são desestruturados em um ambiente desenvolvido com critérios estranhos à prática e o sistema de ideias dos ribeirinhos.

Os povos indígenas desenvolveram sobre o território deles um conjunto técnico, baseado numa relação com a terra e mobilizando elementos de implicação nas relações sociais, que permitiu também uma organização social própria. Nas palavras de Heck e Loebens (2012, p. 61):

Os povos indígenas chegam ao início do século XXI não apenas como sobreviventes, mas como povos com ricas culturas e sabedoria milenar. É a partir daí que se constituem em importantes atores sociais, políticos e étnicos, trazendo importantes contribuições na construção de novos projetos de vida as futuras gerações.

Diante do exposto, é relevante ressaltar estudos anteriores sobre representações, que possibilitaram entender as relações estabelecidas, as concepções construídas, compartilhadas e defendidas no interior dos povos indígenas. Neste sentido, as relações ecológicas em um sistema de objetos diferenciados exigem novas disposições e desempenhos que até o momento representaram um conjunto de desafios para a coletividade.

Desta maneira, a explosão demográfica provocada pela UHEBM resultou numa sobreposição de impactos, na medida em que se identifica que o cumprimento das medidas condicionantes não vêm cumprindo as metas e prazos e a tentativa de impor que estas devem substituir as políticas públicas, efetivamente, resulta baixa qualidade na execução, atendimento e acesso aos serviços e políticas públicas. Neste caso, entende-se que as condicionantes socioambientais deveriam vir para se somar àquelas.

Por fim, entender as lutas sociais e resistência na área de influência de Belo Monte, ultrapassa a análise crítica da relação complexa Estado e mercado e o contraponto dos segmentos dos movimentos sociais. Compreende-se da veracidade que alguns segmentos sociais, por não

granjearem fazer a leitura da intrincada relação capital e trabalho, conseguem delimitar situações mais imediatas e pontuais, sobrevestem no campo da disputa por meios e da efetivação das condicionantes socioambientais, o que não retira da luta o caráter de relevância.

Outros segmentos que, considerando o caminho articulado com outras forças, internas e externas (organismos internacionais financiadores de pesquisa, universidades, pesquisadores, participação em sindicatos, partidos políticos), juntam ações de formação política; creem que o território é cruzado e acometido pelo capital, com visibilidade a ampliação da acumulação da riqueza com a brandura do Estado neoliberal.

Este, por sua vez, em nome de um desenvolvimento econômico, progride as barreiras, desmazela leis e contraria direitos instituídos na Carta Magna. Então, é por isso que o projeto energético de Belo Monte tem se sustentado e vem se efetivando, mas a luta social contra esse tipo de desenvolvimento também vem sendo animada por mais de trinta anos, e segue esculpindo o rumo da sua história na luta permanente por direitos.

Neste capítulo constatamos as sensibilidades, através das emoções, sentimentos e afetos nas falas dos indígenas Xipaya. Os discursos dos indígenas quanto à UHE Belo Monte demonstram um discurso emocional, marcado por uma forte carga emocional. As emoções são evocativas de moralidades e tem o objetivo de provocar uma empatia com as representações sociais de quem discursava. Os sentimentos de tristeza, raiva, desprezo, revolta, insegurança etc., pelas falas ficaram evidentes. Percebemos que a trajetória de vida dos indígenas, vem em um processo marcado por sentimentos como o de ingratidão, tristeza, desrespeito, etc.

A partir das falas, identificamos sensibilidades, com emoções suscitadas pela atual situação social em que o povo se encontra. É possível apreendermos que estamos lidando com a esfera de uma linguagem cultural das emoções e das moralidades: a raiva, o rancor, a agressividade, o medo, a coragem, o orgulho, a vergonha, etc. Tais emoções são expressas em representações sensíveis que, mesmo que se refiram a algo que não tenha existência real concreta, o que está colocado para reflexão é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar uma situação/representação portadora de sentido, de significado. “É este âmbito do sensível que incide sobre as formas de valorizar, classificar a realidade ou de reagir diante de determinadas práticas sociais”, como mostra Pesavento (2007a). Assim, afirma-se que “as sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos” (PESAVENTO, 2007a, p.15), mas que deixam suas marcas

nas produções humanas.

Recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio.(PESAVENTO, 2005a, em linha, s/p)

A memória, por sua vez, pode ser considerada como o reconhecimento de uma imagem do passado, ocupando-se de memórias/lembranças reintegradas subjetivamente a esse passado, que não mais volta de forma objetiva, mas que se apresenta nas imagens sensíveis da própria memória. Os conflitos sociais presentes nos povos indígenas Xipaya estão representados a partir de discursos emocionais, onde as questões indígenas proferidas nas falas conduzem a memória, projeções de futuro, territorialidade, identidade e a interface indivíduo-cultura, aos quais se vinculam questões éticas e políticas.

A trajetória das lutas sociais encampadas pelos indígenas Xipaya apontam retrocessos e desafios, cujas falas enaltecem a permanente luta pelo direito à moradia, denunciando que os assentamentos criados em função da construção da UHE Belo Monte, que desterritorializou-os, tenham equipamentos públicos, como postos de saúde, escolas, transporte público, mercados, espaços coletivos de convivência, lazer. Nesta dissertação foi destacado a forma compulsória de desapropriação, por conseguinte, de toda uma história construída alicerçada pelos laços de vizinhança e solidariedade. Ainda sobre os retrocessos, destacamos a falta de transparência, por parte da Norte Energia e do poder público, em relação a dimensão dos impactos reais causados pela UHEBM.

O que se prevê, e já se vivencia são as ameaças da extinção de culturas tradicionais dos indígenas, como também de ribeirinhos, pescadores artesanais. Esses fatores, ativam as ações políticas envidadas pelos movimentos que sentem a pressão constante materializada pela criminalização, pela cooptação, que forjam fragmentações nos grupos sociais. Todavia, isso não engessou as lutas sociais, que são representadas por uma pluralidade, as quais tensionadas por essa diversidade, qualificam o movimento na direção da ampliação e da construção de uma base mais democrática, que efervesce numa dinâmica contraditória da luta entre capital e trabalho. Nessa direção, os desafios que se colocam servem também para apontar o norte dessas lutas e resistências, que seguem ativando ações políticas, como manifestações, paralisações, ocupações, mobilizações, participações em conferências, seminários nacionais e internacionais, publicações gráficas e nas mídias sociais, participações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que serve um rio? Para pescar, para banhar, para navegar, para amamentar, para lazer. Sim, as mulheres indígenas costumam levar seus bebês para banhar-se no rio e alimentam-nos ali mesmo, dentro d'água, onde as crianças boiam tranquilas abraçadas ao seio materno. Um rio tem muitos “aproveitamentos”, muito mais do que geralmente se imagina. É o que ensinam as crianças e populações indígenas que vivem à beira do rio Xingu.

A destruição do rio é indissociável da destruição de modos de vida. Os povos indígenas e ribeirinhos não dependem do rio apenas para a seu sustento – o que em si já seria muito –, mas a própria composição de pessoas nesses grupos se faz a partir de uma afinidade completamente integrada às dinâmicas do rio. Como assegura Watatakalu Yawalapiti: *“O índio vive do beiju e do peixe. A minha comunidade não consegue viver sem o peixe. E o rio Xingu é o que dá o peixe pra gente. Se morrer o Xingu, a gente morre junto, porque o rio é tudo para nós”*³⁶. Ou ainda a Tuíra Kayapó, com sua fala indignada, em audiência pública no Senado Federal, em dezembro de 2009: *“o rio Xingu é meu pai, o rio Xingu é minha mãe. Vocês dizem na minha frente que vão matar o meu pai, que vão matar a minha mãe”*.

Procuramos, no decorrer desta dissertação, abordar sobre os impactos sociais a partir da análise de falas, depoimentos e entrevistas, a escala da vida dos indígenas Xipaya que fazem as porções centro oriental da Amazônia brasileira. Concebemos o espaço geográfico como sendo “a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial” (SANTOS, 2008, p. 85).

Os objetivos desta dissertação se pautaram em analisar, através de narrativas, como os Xipaya se expressam em face aos problemas que ocorreram, localizando os sentimentos, emoções e ações nos processos de resistências e mobilização socioculturais na garantia de territórios e de recursos socioeconômicos devastados claramente com a instalação da UHE Belo Monte, apresentando o processo de construção da hidrelétrica e a história da formação e características dos povos indígenas Xipaya.

No primeiro capítulo trouxemos a polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal que já dura mais de 20 anos. A hidrelétrica foi e vem sendo alvo de

³⁶ Depoimento retirado do documentário: Povos do Xingu contra a construção de Belo Monte, do Greenpeace. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZmOozYXozb8>.

intensos debates na região, principalmente a partir 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impactos Ambiental (EIA), intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

Ao longo do primeiro capítulo tentou-se demonstrar todo o cenário no qual se implantou a UHE Belo Monte, onde é mencionado a disputa histórica sobre como foi possível a sua viabilização diante do conflito de interesses entre o desenvolvimento econômico do país promovido pelo aproveitamento hidroelétrico versus a permanência da conservação do meio ambiente, e da proteção do modo de vida de povos indígenas, os povos do Rio Xingu, povos da Floresta Amazônica e habitantes tradicionais da Bacia do Rio Xingu no Pará. Onde tudo parecia estar calcado, em um primeiro momento, no debate entre conservacionistas e desenvolvimentistas, e depois na competência em executar ações relacionadas à gestão do negócio, que deveriam, conseqüentemente, levar a um suposto desenvolvimento sustentável local com a implantação da usina. E, que, na verdade, apresentaram um ínfimo cumprimento das condicionantes que validam o licenciamento ambiental do empreendimento, que garantiriam que as medidas mitigadoras diminuíssem os impactos negativos gerados pela instalação de Belo Monte.

No segundo capítulo, relatamos caso do povo Xipaya por ter passado por um processo de descrição que em dado momento relata sua extinção enquanto povo indígena. Posteriormente, por um movimento do próprio grupo, a retomada da identidade étnica deste. A busca de uma reconstituição histórica desse processo através dos dados mostra-se reveladora, pois, acompanhando a descrição de cada autor, aponta as formas através das quais o povo Xipaya foi descrito como extinto.

A dinâmica do reconhecimento, por sua vez, traz à tona a participação Xipaya enquanto produtor de descrição, primeiramente como povo indígena. Esse movimento começa a se delinear na retomada de ocupação do território do rio Iriri, afluente do Rio Xingu, hoje Terra Indígena Xipaya, que reverbera nos primeiros estudos a apontarem a etnogênese ou ressurgimento Xipaya. Houve um passo além quando os próprios indígenas passaram a controlar ou ao menos a participar da produção de dados sobre os mesmos.

No terceiro capítulo realizamos a análise e reflexão sobre as falas violadas pelas pressões e convenções sociais aos povos indígenas Xipaya. As sensibilidades foram expressas através de opiniões, com desejos para o futuro e utopias do passado. São relatos de vidas povoados de ruídos e tumultos, mas muitas vezes é nos murmúrios que se deve ater a atenção, pois lá também se

esboçam as intuições de um tempo e traços do que está por vir. As narrativas dos indígenas Xipaya nos proporcionaram formas de ver, sentir e perceber dos homens de uma outra época, ou seja, as sensibilidades de um outro no tempo:

Toda experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, precisando ser objetivada em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva (PESAVENTO, 2005, p. 132).

Percebemos assim, que através das Sensibilidades pode-se capturar a vida no tempo; trabalhar com experiências individuais e coletivas; reconstruir formas de conhecimento do mundo; conhecer o modo como os indígenas Xipaya pensam, sentem e se colocam diante do mundo em um contexto cultural e temporal específico o drama em abandonar seus territórios, sua história, sua memória e o estilo de vida que tinham com base na relação que mantinham com o rio Xingu, e se mudarem para os chamados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos).

A intensa presença indígena pluriétnica prevalece na cidade de Altamira, que tem sua constituição com o aldeamento Tavaquara, formado, principalmente, por índios das etnias Xipaya, Curuaya e Juruna, os quais reivindicam ações do Ministério Público Federal em relação à demarcação de um território na área urbana desde o início da década de 2000.

O impacto social da expulsão de pessoas que habitam, por gerações, em um determinado lugar é extremamente invasivo a estas sociedades e sugere para elas ter de desenvolver outras aptidões. A pesca, a caça, a coleta e a prática de cultivo e da criação de animais deixam de ser a configuração tradicional para muitas famílias em seu contato com o novo local de moradia.

Os indígenas Xipaya, impactados e reassentados, aturam grandes mudanças e interpelações nos seus modos de vida. A distância do rio e a quebra do laço de parentesco são problemas que nenhum estudo prevê e demanda medidas para mitigar. A realidade desses moradores é de uma exata segregação socioespacial; imêmore nas porções mais afastadas da área urbana com deficiência de serviços em todos os âmbitos. Ademais, sofrem com graves contratempos nas casas “descartáveis” que a Norte Energia entregou, como amplas dificuldades de infraestruturas e de inconformidade para o clima amazônico, sem contar o elevado valor da conta de energia na região que tem uma das maiores hidrelétricas do Brasil.

As mínimas ações implementadas são disfarces e, por isso, pouco diligentes no tocante à melhoria da qualidade de vida dessas populações étnica e culturalmente singulares e específicas.

O que se nota é um amplo número de dificuldades de diversas ordens que afligem de sobremodo os povos indígenas, provocando um ato etnocida disseminado. Como protótipo, houve a inserção de uma alimentação com base em produtos industrializados às famílias que habitam nas aldeias e que também afetam os que moram na cidade, desconjuntando, assim, seus modos de vida.

Salientamos que, ainda que a dissertação tenha trabalhado de forma específica “os indígenas Xipaya”, no sentido de mobilização de luta, inferimos que são diversas as etnias existentes no espaço citadino de Altamira/PA e que cada uma tem suas peculiaridades, vida junto ao Xingu e à constituição da cidade, assim como têm reivindicações específicas.

A dissertação serve também como uma das poucas referências acerca da história dos povos indígenas Xipaya, contudo, a dissertação não tem a ambição de abarcar toda a história deste povo, pois sabe-se da complexidade do tema, mas pela falta de pesquisas na área, este trabalho de conclusão de curso serve como um incentivo para mais pesquisas relacionadas ao tema, tendo em vista a sua importância para o entendimento de um povo já considerado extinto.

A pesquisa procurou colaborar para uma maior compreensão das batalhas e realizações dos povos indígenas Xipaya citadinos, em específico, em uma cidade média para onde concentram adversas políticas que requerem uma extensa discussão com ambientes extrarregionais, mas que conserva em seu meio intraurbano características como a presença de múltiplos povos indígenas, que têm seus modos de vida unidos à dinâmica do rio Xingu e constituem fortes afinidades com os parentes das aldeias e/ou ilhas.

Ademais, essas afinidades, bem como as batalhas por direitos, a exemplo do direito de autodeterminação em conjunto desses povos situados em diferentes espaços geográficos, corroboram o hibridismo rural e urbano na Amazônia. É relevante enfatizar que os povos indígenas na cidade já têm voz e impulsionam direitos a seu favor, embora, como bem ressaltou Magalhães (2017), os “procedimentos de desapropriação de Belo Monte terem sido emudecidos”.

Enfim, ressalta-se que “Altamira é mais uma parcela do espaço amazônico que reflete a urbanodiversidade” (TRINDADE JUNIOR, 2013) da região, com descrições particulares, principalmente pela sua constituição urbana pluriétnica. Essas peculiaridades não são perpassadas na esfera do projeto urbano e regional e nas políticas particulares, como as de mitigação e contrapartida de impactos de Belo Monte. Existe a premência de compromissos políticos que considere as características próprias da cidade com suas multiplicidades, em um cenário de dentro para por fora, em que as particularidades étnicas, com seus modos de vida e de culturas, sejam

consideradas. Só dessa forma acredita-se que “Os donos do rio” poderiam ser, de fato, os “donos”.

REFERÊNCIAS

A BATALHA de Belo Monte. Folha de S. Paulo, 2013. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/capitulo-4-povos-indigenas.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ABREU, Yolanda Vieira de; AZEVEDO, Marcelo Romão Manhães de (2009). **Racionamento de Energia Elétrica de 2001: o Estado do Tocantins.** Eumed.Net, Universidade de Málaga. Málaga – Espanha. Disponível em <http://www.eumed.net/libros-gratis/2009d/630/index.htm>. Acesso em 05 mai. 2014.

ANDRADE, L.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas.** In: SANTOS, L.; ANDRADE, L. (org.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas.* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p. 7-24.

ANTONAZ, D. Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte. In: MAGALHÃES, S. M. B; HERNANDEZ, F. M. (Orgs). **Painel de especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.** Painel de Especialistas, 2009. Disponível: <http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ARNAULT, R. P. P. **Altamira indígena em Belo Monte: experiências Xipaya e Kuruaya em transformação.** Orientador: Renato Sztutman. 2016, 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 9. ed. Campinas, 2012.

BATISTA, I. M. S. & MIRANDA, L. M. Os “Hidronegócios” nos rios da Amazônia. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 39, nº 81, 2019. pp. 117-139 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-06>.

BECKER. B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159, set. 2012.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 90 - 160p.

BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella; GHIRALDI, Flávio Henrique. Política e Sistema Nacional de Habitação, Plano Nacional e Habitação. In: SANTA ROSA, J.; DENALDI, R. **Planos locais de habitação de interesse social.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. p. 31-58.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Despacho de aprovação do relatório de delimitação da Área Indígena Koatinemo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 33, 18 nov., 1992. Seção 1, p. 16150.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. **Promulga a convenção sobre diversidade biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992**. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso: em 12 ago. 2020.

BRUM, Eliane. **O AI-5 já se instala na Amazônia (e nas periferias urbanas) Ações de autoritarismo explícito se multiplicam no país e aceleram a desproteção da floresta, de seus povos e de ambientalistas**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-11-27/o-ai-5-ja-se-instala-na-amazonia-e-nas-periferias-urbanas.html>. Acesso em: 27/04/2021.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excelentíssimo senhor presidente da província, doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**, 1 nov. 1863. (Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania**. São Paulo: ed. 34, Edusp, 2011.

CASTRO, Sheila *et al.* **Ecos Kararaô - nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio: considerações a respeito da Hidrelétrica Belo Monte**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v.1, n. 1, p. 102-121, jan./jun. 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de (org.). **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI . 2012. **Povos Indígenas no Brasil 1885-1986**. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/OJL00002.pdf>. Aceso em: 10 maio, 2012.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CONCEIÇÃO, Ronicleici Santos da; HERRERA, José Antônio; CARVALHO, Gleiciely Barroso; **A desterritorialização das crianças e dos adolescentes face à UHE Belo Monte: uma análise a partir dos RUC São Joaquim e Laranjeiras em Altamira-PA**. 2019. Nova Revista Amazônica, v. 7, ano 5, 3, set. 2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2008. Brasília, DF: CIMI, 2008.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**.

Relatório 2006-2007. Brasília, DF: CIMI, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra os povos indígenas no Brasil.** Relatório 2003-2005. Brasília, DF: CIMI, 2005.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Outros 500: construindo uma nova história.** São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Marcha e Conferência Indígena.** Brasília, DF: CIMI, 2000.

CORBISIER, Ana; SERPA, Paulo. **Índios citadinos de Altamira e famílias indígenas ribeirinhas da Volta Grande do Xingu: aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais.** 2010. Disponível em: <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT3-416-3-20101113190929.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2012.

CORRÊA, Mariza, 2003. **Antropólogas & antropologia.** Belo Horizonte: Editora UFMG.

CORRÊA, S. R. M., OLIVEIRA, R. V. **A nova agenda de desenvolvimento pela ótica dos conflitos sociais: o caso de Belo Monte.** Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, UFMA, v.12, n. 24, p. 60, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Hinterlândia, Hierarquias e Redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: EDUSP, 1995.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1977.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio: ensaios e documentos.** São Paulo, Ed. Brasiliense s.a, 1987.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEMA, Fundo. **Somos a Floresta, 2021.** Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/noticias-fundo-dema/43742/todo-apoio-a-juma-xipaia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DENALDI, Rosana. REGINO, Tássia. PLHIS: Metodologia, princípios e diretrizes. In: SANTA ROSA, J.; DENALDI, R. **Planos locais de habitação de interesse social.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. p. 59-82.

ELETRONORTE, **Usina hidrelétrica Kararaô, efeitos e programas ambientais: síntese.** São Paulo: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A; Consórcio Nacional de Engenheiros. Consultores S.A., 1988.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** Trad. Pola Civelli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESCARLATE, Cláudia de Freitas. **O rio cabeça: paisagem memória e convívio**. Orientadora: Lúcia Maria Sá Antunes Costa. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.proureb2.fau.ufrj.br/claudia-de-freitas-escarlata>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. Belo Monte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 35, 2009 (Tomo 7 – Citadinos e Ribeirinhos da Volta Grande do Xingu).

FARGETTI, Cristina; RODRIGUES, Carmem. **Consoantes do Xipaya e do Juruna: uma comparação em busca do proto-sistema**. Alfa, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 535-563, 2008.

FARIA, Eliane da Silva Sousa. **Viagem etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu: memória e história indígena na Amazônia**. Orientadora: Denise Pahl Schaan. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FEARNSIDE, P. M. **Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin**. Environmental Management, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 16–27, 2006.

FEARNSIDE, Philip. **A usina Hidrelétrica de Belo Monte em pauta**. Política Ambiental, Minas Gerais. n 7, jan. 2011. Disponível em: <https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/politicaambiental7.pdf>. Acesso em: 7 de jul. 2014.

Fearnside, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FEARNSIDE, P. M. **Brazilian politics threaten environmental policies**. Science, v. 353, n. 6301, p. 746-748, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi: Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 314-332. , p. 321.

FIGUEIREDO, Carmem. **UHE Belo Monte e as comunidades indígenas**. Acompanhamento. Programa de Comunicação - UHE Belo Monte. 2011.

FLEURY, Lorena Cândido (2013). **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da usina hidrelétrica de belo monte em perspectiva**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/90184>. Acesso em: 05 de nov. 2014.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Relatório complementar de diligência para verificar a necessidade de readequação dos limites da Terra Indígena Xipaya**. Brasília, DF, 1994.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Xipaya**. Brasília, DF, 2002; 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Portaria 2362 de 15 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/licitacao/2007/Anexo%2012%20-%20Xipaya.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

FUINI, Lucas. L. **Territórios e territorialidades da música: Explorando a letra musical como relato de cotidianos e lugares**. Anais do II Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas Cidades, Unesp, Presidente Prudente, 2012.

GALIZONI, Flávia. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Orientador: Renato da Silva Queiroz. 2000. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000 (mimeo).

HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (org.). **Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. Brasília, DF: Conselho Indigenista Missionário, 2012.

HUTTON, Patrick. **History as an art of memory**. University Press of New England: 1993.

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **Licença Provisória Nº 342/2010, 2010**. Disponível: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/sai-licenca-previa-de-belo-monte-com-40-condicionantes>. Acesso em: 18 jun. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012(c). **Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas – resultado do universo**. Rio de Janeiro. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 22/12/2020.

IBGE **Manual do recenseador**. Rio de Janeiro. 2010a. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

IBGE 2010(b). **Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

IBGE. 2010(c). **Características gerais dos indígenas**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

IBGE. 2010(d). **Questionário básico**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2585.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

IBGE 2010(e). **Questionário amostra**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2584.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

INGOLD, Tim. Culture, nature and environment: steps to an ecology of life. *In*: INGOLD, Tim. **The perception of the environment. Essays in liveliness, dwelling and skill**. London and New York: Routledge, 2000. p. 13-26.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Xipaya**. 2003a. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/resumo-do-relatorio-circunstanciado-de-identificacao-e-delimitacao-da-terra>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. Mar. 2010. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>. Acesso em 2 de set. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Instituto Socioambiental Especial Belo Monte**. 2010). Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/loc.asp>. Acesso em: 2 fev. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **“Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana>. Acesso em: 16 de set. De 2021.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KHANGRAM, S. **Dams and development: transnational struggles for water and power**. Ithaca, NY, London: Cornell University Press, 2004.

KOIFFMANN BECKER, Maria. **Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 783-790, dez. 2012.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **Reflexos da racionalidade econômica: instrumental na Amazônia no contexto dos povos indígenas em face da construção da UHE Belo Monte**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LUPION, Márcia Regina de Oliveira. **O percurso da História das sensibilidades**. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2017, Maringá – PR. Anais [...]. Semana de História. Maringá - PR, p. 10, 9 out. 2017.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Identidade e reconhecimento étnico: índios citadinos de Altamira**. Belém: Fundação Humanitas, 2008 (Coleção Índios).

MAGALHÃES, Antônio Carlos; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Um canto fúnebre em**

Altamira: os povos indígenas e alguns dos primeiros efeitos da barragem de Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (org.). Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais. Brasília, DF: ABA, 2012. p. 18-44.

MAGALHÃES, S. B.. **A voz dos ribeirinhos expulsos.** In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC* [livro eletrônico]. Org.: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.. São Paulo: SBPC, 2017. Disponível: <<http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. (rg.). **Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.** Painel de especialistas, 2009. Disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf. Acesso em: 26 fev. 2017.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASSEY, Doreen. **Filosofia política da espacialidade: algumas considerações.** Revista Geographia, Niterói, RJ: UFF; EGG, ano 6, n. 12, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MEDEIROS, Hermes Fonseca de. **Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Sobre a Vida Selvagem, Incluindo Implicações Socioeconômicas.** In: PAINEL DE ESPECIALISTAS. *Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.* 2009. p. 167-184. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. **O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira.** In: SEVÁ FILHO, O. (org.). Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

MELLO, Cecília Campello do Amaral. **Se houvesse equidade: a percepção dos grupos indígenas e ribeirinhos da região da Altamira sobre o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Novos Cadernos NAEA, v. 16, n. 1, p. 125-147, 2013.

MIRANDA, Leila Mourão; BATISTA, Iane Maria da Silva. **Os “hidronegócios” nos rios da Amazônia.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 39, p. 130, n. 81, 2019.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **Reflexos da racionalidade econômica: instrumental na Amazônia no contexto dos povos indígenas em face da construção da UHE Belo Monte.** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

NIMUENDAJU, C. 1944. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes** - Adaptado de Curt Nimuendaju. IBGE.

NIMUENDAJÚ, Curt, 1948. Tribes of the lower and middle Xingu river. *In*: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington: smithsonian institute. Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. v. 3. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju1988mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg. Acesso em: 22 ago. 2019.

NIMUENDAJÚ, Curt U. 1981. **Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipáia: contribuições ao conhecimento das tribos de índios da região do Xingu, Brasil Central**. *Religião e Sociedade* (7). Rio de Janeiro: Tempo e Presença Ed.; São Paulo: Cortez: 3-47.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de Vistoria Interinstitucional: Garantia de vida e proteção do patrimônio natural e socioambiental da Volta Grande do rio Xingu**. Altamira (PA), 2019. Imeo. Consultado em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-deimprensa/documentos/2019/Relatorio_VGX_2019.pdf

NORTE ENERGIA. **Projeto básico ambiental**. Versão Final, set. 2011.

NORTE ENERGIA. **Relatório de Cadastramento das Famílias Indígenas Realocadas**. Polifônicas Ideais, Altamira, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e as Histórias de Vida**. *In*: Nóvoa, Antônio (org). *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 2000.

OLIVEIRA FILHO, J. P., **Uma etnologia dos ‘índios misturados’: situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. *In*: A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999a.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em antropologia histórica**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1999b.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Os índios Juruna do alto Xingu**. *Dédalo*, v. 6, n. 11,12, p. 6-291, 1970.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação Tikúna**. São Paulo: Livraria Pioneira Edotora, 1972.

OLIVEIRA, A. C.; CONCEIÇÃO, R, S. **Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes** / Social Impacts of Compensatory Policies of Belo Monte Plant: Affectation Dynamics to Children and Adolescents. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, p. 8-34, 2016.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. UNIC/ Rio/ 023 – Mar. 2008. 12 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenção nº 169, da OIT, de 7

de junho de 1989. **Convenção relativa aos povos indígena e tribais em países independentes.** Disponível em: <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convds.pl?C169>. Acesso em: 3 ago. 2012.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia.** Campinas SP: Pontes Editores, 2012.

PADINHA, Marcel Ribeiro. **Grandes Objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida.** Orientador: Arthur Magon Whitacker. 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. **Índios de verdade? O caso dos Xipaia e Curuaia.** Orientador: Louis Carlos Forline. 2000. 134 f. Dissertação (Mestrado em antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PATRÍCIO, Marlinda Melo. **Verbetes Xipaya em: povos indígenas do Brasil.** 2003. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xipaya>. Acesso em: 16 set. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005a, consulté le 02 avril 2017. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **Sensibilidades: escrita e leitura da alma.** In: PESAVENTO, Sandra, LANGUE, Frédérique. (orgs). *Sensibilidades na História: Memórias singulares e Identidades urbanas.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007a

PESAVENTO, Sandra Jatay; LANGUE, Frédérique. (org.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PONTES JR. Felício; BELTRÃO, Jane Felipe. **Xingu, barragem e nações indígenas.** In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (org.). *Tenotã - mõe: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.* São Paulo: IRN, 2005. cap. 3, p. 74-90. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/499>. Acesso em: 16 set. 2020.

PREZIA, Benedito. **Comunidade Xipaya busca a própria história.** Entrevista de Luís Gonzaga Xipaya de Carvalho para o CIMI: assembleia geral do CIMI em Luizânia. **CIMI, PORANTIM,** Brasília, DF, ano. 13, n. 240, p. 10, nov. 2001.

PREZIA, Benedito. **Kuruaya: um povo em busca de sua autonomia.** **PORANTIM,** em defesa da causa indígena, Brasília DF, 23, n. 243, p. 11, mar. 2002.

RODRIGUES, Edmilson Brito Rodrigues. **Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALAZAR, Maria. Mongabay Series: Infraestrutura na Amazônia. **Brasil desprovido: a barragem de Belo Monte é devastadora para as culturas indígenas.** Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2017/02/brasil-desprovido-barragem-belo-monte-devastadora-as-culturas-indigenas/>. Acesso em: 27/04/2021.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 6. ed. São Paulo: 2008c.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. **TENOTÃ-MÕ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.** IRN. 2005 SNETHLAGE, Emília, “A travessia entre o Xingu e o Tapajoz”. Boletim do Museu Emilio Goeldi, v. 7, 1910.

SIMONI, A. T; DAGNINO, R. S. **Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 303 – 326, maio/ago. 2016.

SIMONI, Alessandra Traldi. **Demografia e identidade do povo Xipaya no médio rio Xingu, PA.** Campinas, SP: [s.n], 2013.

SNETHLAGE, Emília. **A travessia entre o Xingu e o Tapajós.** Boletim do Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia, Belém, v. 7, p. 49-92, 1913a [1910].

SNETHLAGE, Emília. **A travessia entre o Xingu e o Tapajoz.** Boletim do Museu Goeldi, Belém, v.7, p. 49-92, 1912.

SNETHLAGE, Emília. **A travessia entre o Xingu e o Tapajoz.** Boletim do Museu Emilio Goeldi, v.7, 1913.

SNETHLAGE, Emília. **Die indianerstaemme am mittleren Xingu.** Im besonderen die Chipaya und Curuaya. Zeitschrift fuer Ethnologie. **LII, LIII**, Berlin. p. 395 – 427, 1921.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante.** Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, jan./dez., 2008.

SPEETJENS, Peter. **Mongabay: notícias ambientais para informar e transformar, 2020.** Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como-ativista-na-amazonia-nao-querer-ser-a-proxima-dorothy-stang/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SPEETJENS, Peter. Mongabay: **Juma Xipaya, indígena e ativista: “Não quero ser a próxima Dorothy Stang”**, 2020. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2020/07/a-vida-como->

ativista-na-amazonia-nao-querer-ser-a-proxima-dorothy-stang/. Acesso em: 05/05/2021.

TALENTO, A. **Moradores da área de Belo Monte ficam sem indenização**. Folha de São Paulo. São Paulo, 5 ago. 2012. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2012/08/1132069-moradores-da-area-de-belo-monte-ficam-sem-indenizacao.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE JUNIOR., S-C. C. **Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira**. Papers do NAEA, n° 321, Belém, Dezembro de 2013. p. 1-22.

UMBUZEIRO, A. U. B. **Altamira e sua história**. 4. ed. Belém: Ponto Press, 2012. 382 p.

VILLAS-BÔAS, A. Introdução. In: VILLAS-BÔAS, A. (org.). **De olho na Bacia do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002b. **“Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena”**. In. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. pp. 345-399.